

100
**CADERNOS
CANDIDO MENDES**

A África do Sul e a Estratégia do Oceano Índico

Colonialismo, Racismo, Descolonização

A Inovação na Literatura Angolana

Quatro Poetas Negros Brasileiros

África do Sul: A Convenção do Povo Negro

estudos
AFRO-ASIÁTICOS **2**





CADERNOS
CANDIDO MENDES

estudos
AFRO-ASIÁTICOS ²

CADERNOS CANDIDO MENDES

Conselho Editorial

Almir de Castro, Candido Mendes, Candido José Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hélio Silva, José Maria Nunes Pereira, Luiz Alberto Bahia, Sérgio Pereira da Silva, Vicente Barreto.

Editor

Candido José Mendes de Almeida

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

Ano 1 — n.º 2 — maio-agosto de 1978
Edição de *Cadernos Candido Mendes*
Publicação quadrimestral do Centro de Estudos
Afro-Asiáticos — CEAA do Conjunto Universitário
Candido Mendes

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
José Maria Nunes Pereira

Coordenação Editorial

Carlos Augusto de Oliveira Lima, Hamilton Magalhães Neto, João Augusto de Oliveira Carneiro, José Maria Nunes Pereira, Maria Helena de Oliveira Barbosa, Severino Bezerra Cabral Filho, Victor Vockerodt, Williams da Silva Gonçalves

Secretaria de Redação
Hamilton Magalhães Neto

Supervisão Gráfica
Carlos Augusto de Oliveira Lima

Capa
Antônio Seara e Paula Seara

Composição e Impressão
Artes Gráficas Schulze Ltda.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estudos Afro-Asiáticos aceita colaboração. Somente serão publicados artigos inéditos; os originais enviados não serão devolvidos.

Solicita-se permuta.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Se solicita canje.

Preço no país: Cr\$ 70,00
Assinatura: Cr\$ 210,00
Price (exterior): US\$ 5.00
Subscription: US\$ 15.00 (three issues)

Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para:
Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua Visconde de Pirajá, 351 — 7.º andar
22410 — Rio de Janeiro — Brasil
Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:
Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua Visconde de Pirajá, 351 — 7.º andar
22410 — Rio de Janeiro — Brasil

SUMÁRIO

A África do Sul e a Estratégia do Oceano Índico	5
<i>Victor A. Vockerodt</i>	
Analisa o papel desempenhado pela África do Sul na estratégia de defesa do Ocidente no Oceano Índico, põe em discussão a política dos Estados Unidos a respeito da Base Diego Garcia, situada no Índico, e critica certos analistas políticos que tentam minimizar a importância estratégica desse Oceano, encobrendo assim o papel de "guardião dos oceanos" assumido pela África do Sul.	
Colonialismo, Racismo, Descolonização	16
<i>José Maria Nunes Pereira</i>	
Criticando o colonialismo cultural no Brasil e o estudo europocêntrico da História, o artigo analisa as estruturas políticas, econômicas e ideológicas do colonialismo (em especial o racismo) e o processo de descolonização nas suas duas vertentes: a luta dos povos asiáticos e africanos pela libertação e as políticas metropolitanas visando o neocolonialismo.	
Quatro Poetas Negros Brasileiros	30
<i>David Brookshaw</i>	
Ao abordar a poética de quatro brasileiros negros, o autor ressalta que tal prática é marcada por uma busca de identidade cultural num mundo branco hostil, ora através de tentativas de integração nesse mundo (Lino Guedes e Eduardo Oliveira), ora pela negação dos valores que ele impõe (Solano Trindade e Nei Lopes).	
A Inovação na Literatura Angolana	44
<i>José Luís Pires Laranjeira</i>	
Salienta a atual dificuldade de o crítico europeu penetrar nas literaturas africanas de língua portuguesa, na medida em que elas, evitando os padrões literários do velho continente, buscam sua individualidade, lançando mão de elementos locais, notadamente os lingüísticos.	
Documento: The Black Peoples' Convention—BPC (Convenção do Povo Negro da África do Sul)	48
CEAA: Notas Introdutórias para Linhas de Pesquisas	53
Indicação Bibliográfica: A Via Chinesa	65
Livros: A Sinologia no Brasil	68



A ÁFRICA DO SUL E A ESTRATÉGIA DO OCEANO ÍNDICO

Victor A. Vockerodt*

Introdução

A África do Sul é um Estado que se tem sempre colocado na defensiva em face do resto do mundo, principalmente a partir da extinção do colonialismo na África. A defesa tem sido, assim, parte integrante de sua política interna e externa. O fato pode ser notado, por exemplo, no conceito freqüentemente atribuído à expressão *laager*, originalmente uma tática militar defensiva empregada pelos brancos em suas guerras pela posse de terras dos africanos nos séculos XVIII e XIX. Atualmente, tal expressão integra o pensamento político dessa parte da população, como símbolo de seu entrincheiramento coletivo ante a hostilidade do mundo nos dias atuais.

Este trabalho procura analisar os argumentos defendidos pela África do Sul, segundo os quais o país deve ser o "guardião dos oceanos", isto é, do Índico e do Atlântico Sul. Essa visão de sua importância estratégica se constitui num dos grandes apelos ideológicos visando a contínua adesão da África do Sul ao mundo capitalista ocidental.

Um tal estudo, necessariamente, reúne as justificativas dos principais protagonistas, especialmente os Estados Unidos, OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e certos países latino-americanos. No entanto, não se pretende aqui examinar o papel da União Soviética no Oceano Índico, principalmente porque a África do Sul se considera aliada do Ocidente, e é esta associação que será explorada.

A União Soviética tem-se comportado como uma superpotência à procura de vias e meios para disputar com seu principal antagonista, os Estados Unidos, a hegemonia do poder mundial. Dentro desse quadro, são as considerações geopolíticas que atuam de forma primacial, e, não, necessariamente a solidariedade. Talvez seja oportuno citar o comentário de Vladimir Ossipor, correspondente do *Izvestia*, na Inglaterra: "Por qual autoridade internacional e desde quando foi conferido aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha o direito exclusivo de enviar seus navios de guerra para onde julgarem necessários? E qual autoridade privou a União Soviética desse direito? Não acreditamos na 'diplomacia de canhoneiras'. Nós não temos intenções sinistras quanto aos oceanos do mundo. Mas, gostando vocês ou não, devemos ao menos saber o que se passa à nossa volta. Temos direito a isto e pretendemos exercer esse direito."¹

Outra "potência" que não se encontra explicitamente discutida no artigo é a França e o papel que ela exerce no Oceano Índico. Sua presença na área é significativa; contudo, na presente conjuntura mundial, e mais especificamente nesta parte do mundo, a atuação francesa é ditada mais pela sua associação, e inserção, no mundo ocidental sob a

* Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

liderança dos Estados Unidos do que por uma atuação unilateral.

Em artigo a sair no próximo número, consideraremos extensivamente o papel da OTAN e de alguns países sul-americanos em relação ao problema de defesa da área do Atlântico Sul. Não se trata, o presente artigo, de um estudo técnico de aspectos de defesa, mas de um exame das justificativas ideológicas e militares apresentadas para uma aliança militar ocidental no Índico e no Atlântico Sul. A África do Sul pretende ter um papel fundamental nesta conjuntura, papel este que será objeto de detalhada análise.

A importância do Oceano Índico repousa, atualmente, no fato de ter sido, a partir da Segunda Guerra Mundial, palco da violenta luta afro-asiática contra o colonialismo. Depois de 500 anos de colonialismo português, Moçambique, seguido de Angola, obteve a sua independência. (Guiné-Bissau declarou sua independência um ano antes do golpe de 1974, em Portugal.) Uma guerra de libertação (apesar da "solução interna") vem sendo travada no Zimbábue contra o governo espúrio de minoria branca, chefiado por Ian Smith, enquanto que a África do Sul — a cidadela da opressão colonialista — enfrenta hoje pressões internas e externas. Mais ao norte, o Chifre da África assiste a terríveis levantes. A guerra de libertação que vem sendo travada pelo povo da Eritrêa contra a Etiópia chegou a uma fase decisiva; a própria Etiópia encontra-se em meio a uma luta para evitar a fragmentação do país, como ficou evidente quando dos recentes conflitos armados provocados pela invasão da Somália na área de Ogaden. Djibuti, estrategicamente importante no que toca ao Mar Vermelho e ao fluxo de petróleo, somente veio a tornar-se independente em 1977, libertando-se do colonialismo francês; e até o recente golpe de Estado nas Ilhas Seychelles causou uma certa preocupação nos meios militares da Europa e do Pentágono.

O problema do Oceano Índico

A comentada importância estratégica da área está diretamente ligada à sua dominação pelo Reino Unido, no século XIX e início do XX. A Índia foi o centro do Império Britânico, e o Oceano Índico até a Segunda Guerra Mundial era considerado "um lago inglês". A importância da região para a Inglaterra está implícita na alusão do então primeiro-ministro Harold Wilson, em 1964, de que um único soldado inglês a leste de Suez tinha mais valor do que mil soldados britânicos no Reno.

A libertação forçada de suas antigas colônias pela Inglaterra, somada à redução do poderio naval e terrestre desta, liberaram forças sociais que ainda hoje fermentam na área. O que está em jogo é a autodeterminação dos povos da região e, não, a "se-

gurança nacional" dos países da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos; nem é o caso de um "vácuo de poder" que precisa ser "preenchido".

O Oceano Índico compreende uma área de cerca de 75 milhões de quilômetros quadrados, sendo o menor dos três grandes oceanos. Situado ao norte da Antártida, ele se limita a oeste pela África, a leste pela Austrália e Indonésia e a norte pela Ásia Meridional. Corre no sentido leste-oeste (enquanto o Pacífico e o Atlântico correm do norte para o sul) e se encontra quase cercado pelos continentes. Possui quatro saídas ou "pontos-chave"²: o Canal de Suez, através do Mar Vermelho, muito estreito em sua maior parte; os estreitos das ilhas situadas entre a península malaia e a Austrália; a ampla passagem ao sul da Austrália; e a ampla passagem do Cabo da Boa Esperança, na África do Sul. O Índico conta também com seis grandes golfos (Mar Vermelho, Mar de Omã, a Baía de Bengala e os golfos de Aden e de Málaca) e grandes ilhas, bem como pequenos atóis de coral. Entre as ilhas, Madagascar é a quinta ilha do mundo em extensão. Ao sul da Índia encontra-se Sri Lanka e, a leste, as ilhas do Arquipélago Indonésio, como Sumatra e Java, prolongando-se em forma de cadeia ao longo do Mar de Timor até a Austrália, que define os limites dos Oceanos Índico e Pacífico.

As distâncias marítimas são relativamente longas. Por exemplo, de Suez a Jacarta, 5.510 milhas marítimas; da Cidade do Cabo a Calcutá, 5.480; do Kuwait a Suez, 3.301; e de Aden a Karachi, 1.740. Ele tem sido descrito como uma "gigantesca bacia de águas que separa e ao mesmo tempo aproxima as várias terras que a circundam."³

Historicamente, essa "gigantesca bacia de águas" jamais produziu uma potência naval dominante. Ainda hoje, não existe qualquer país litorâneo que controle efetivamente a área. No entanto, uma potência exterior chegou, outrora, a dominar a região — a "Pax" britânica.

Com a derrota, em 1783, da esquadra francesa, comandada por De Suffren, pela esquadra inglesa, tornou-se simplesmente uma questão de tempo a transformação do oceano num "lago inglês". Ao fim das guerras napoleônicas na primeira metade do século XIX, a Inglaterra dominava efetivamente a área. Mesmo o processo de descolonização, que começou em 1947 com a independência da Índia, não alterou a hegemonia inglesa. Na realidade, essa predominância foi mantida não obstante uma presença naval relativamente pequena. A importância do Índico consiste, como sempre consistiu, no fato de ser uma área de comércio. Nos primórdios da expansão européia foi o comércio das especiarias; hoje, é o petróleo.

O problema da predominância externa na área volta a ser, no momento, fator de capital im-

portância. Ferenc A. Vali, analista político norte-americano, observou com oportunidade: "Há, sem dúvida, uma grande validade na tese, recentemente apresentada, de que a predominância estrangeira nos países do Oceano Índico resultou, principalmente, da rivalidade entre as grandes potências, dos conflitos entre as potências da região e da interferência européia nos assuntos destas últimas."⁴

A importância "geopolítica" do Oceano Índico tornou-se nos meios conservadores, ao final da década passada, objeto de crescente preocupação, em virtude de duas razões fundamentais, reconhecidas pelos próprios conservadores.⁵ Em primeiro lugar, a decisão do governo trabalhista da Inglaterra, em 16 de janeiro de 1968, de retirar as tropas britânicas a leste de Suez ao final de 1971. Alegou Harold Wilson: "Achamos que não há mais interesse, para nós, em permanecer no Extremo Oriente e no Golfo [Pérsico] após a data que mencionarei."

A segunda razão para preocupações foi a visita, em março de 1968, de três navios de guerra soviéticos a vários portos do Oceano Índico. Para a comunidade de defesa do mundo ocidental, a visita, tão próxima à manifestação inglesa de sua intenção de retirar-se da área, equivaleu a uma advertência pública da União Soviética de que tencionava preencher o "vazio" que se formava.⁶

Tais razões, embora referidas pela maioria dos analistas, não explicam inteiramente a realidade. Uma outra importante razão para a agitação dos conservadores em favor da militarização do Oceano Índico é, na realidade, o desejo de contrabalançar a forte pretensão dos países litorâneos de fazerem com que a área seja declarada "zona de paz" e "área desnuclearizada". A ex-primeira-ministra de Sri Lanka, senhora Bandaranaike, propôs uma resolução à Conferência do Cairo, em outubro de 1964, no sentido de se desnuclearizar a África, o Oceano Índico e o Atlântico Sul. Em setembro de 1970, os chefes de Estado não-alinhados, reunidos em Lusaka, na Zâmbia, adotaram uma resolução que declarava o Índico zona de paz.

Por outro lado, em 16 de dezembro de 1971, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou resolução que, entre outras coisas:

I — Declara solenemente que o Oceano Índico, dentro de limites a serem determinados, juntamente com o espaço aéreo sobre o mesmo e o solo subjacente, torna-se pela presente, e em caráter definitivo, zona de paz;

II — Exorta as grandes potências, em conformidade com a presente Declaração, a estabelecerem de imediato consultas com os países litorâneos do Oceano Índico, tendo em vista:

a) sustar medidas que levem à escalada e à expansão de sua presença militar no Oceano Índico;

b) a eliminação, no Oceano Índico, de todas as bases, instalações militares, meios de apoio logístico, de sistemas de distribuição de armas nucleares e de destruição em massa e de qualquer manifestação da presença militar de grandes potências no Oceano Índico, concebida no contexto da rivalidade entre as mesmas."

O apoio do Ocidente a essas idéias tem sido discreto.⁷ A União Soviética, ao contrário, desde 1964 vem de público apoiando a idéia de declarar a área como zona de paz. A relutância do Ocidente em respeitar os interesses das populações da região é uma consequência da guerra fria. O argumento básico para isso encontra-se sintetizado por Hahn e Cottrell em quatro pontos:

"As iniciativas de Moscou [na área] permitem identificar os seguintes objetivos gerais:

1. A implantação da política soviética, bem como sua influência econômica em países-chaves da África Austral. Aqui, os objetivos de Moscou visam o fortalecimento de políticas antiocidentais, assim como a conquista de bases operacionais para a expansão de sua influência nos países e territórios vizinhos, principalmente através do apoio específico a movimentos de libertação e a grupos guerrilheiros.

2. O estímulo ao estabelecimento de regimes de orientação marxista em países que controlem pontos terminais de importância das linhas internas de comunicação da África Austral, notadamente em Angola e Moçambique. Esses países não apenas se constituem em compensadores alvos, mas representam, também, vantajosos pontos-chave para o uso de pressões contra países sem saída para o mar ou dependentes das vias de comunicação de países vizinhos para seus transportes, como Zâmbia e Zaire, de modo a alinhá-los entre as nações militares que estão emergindo como representantes — voluntariamente ou não — dos desígnios soviéticos na África Austral.

3. A expansão da presença militar soviética na periferia do continente, por meio da conquista de acesso a instalações portuárias chaves e de bases aéreas.

4. Para levar a União Soviética, a longo prazo e através desse acesso a portos e ao controle em potencial das vias marítimas adjacentes, à posição de potência capaz de controlar as linhas vitais de abastecimento de matérias-primas originárias da África e de regiões vizinhas, destinadas às nações industrializadas independentes."⁸

Tais analistas parecem esquecidos de que essas observações acerca das intenções soviéticas descrevem na realidade a política de países ocidentais. Troquemos as palavras "soviético", "Moscou", "regimes de orientação marxista", por "europeu",

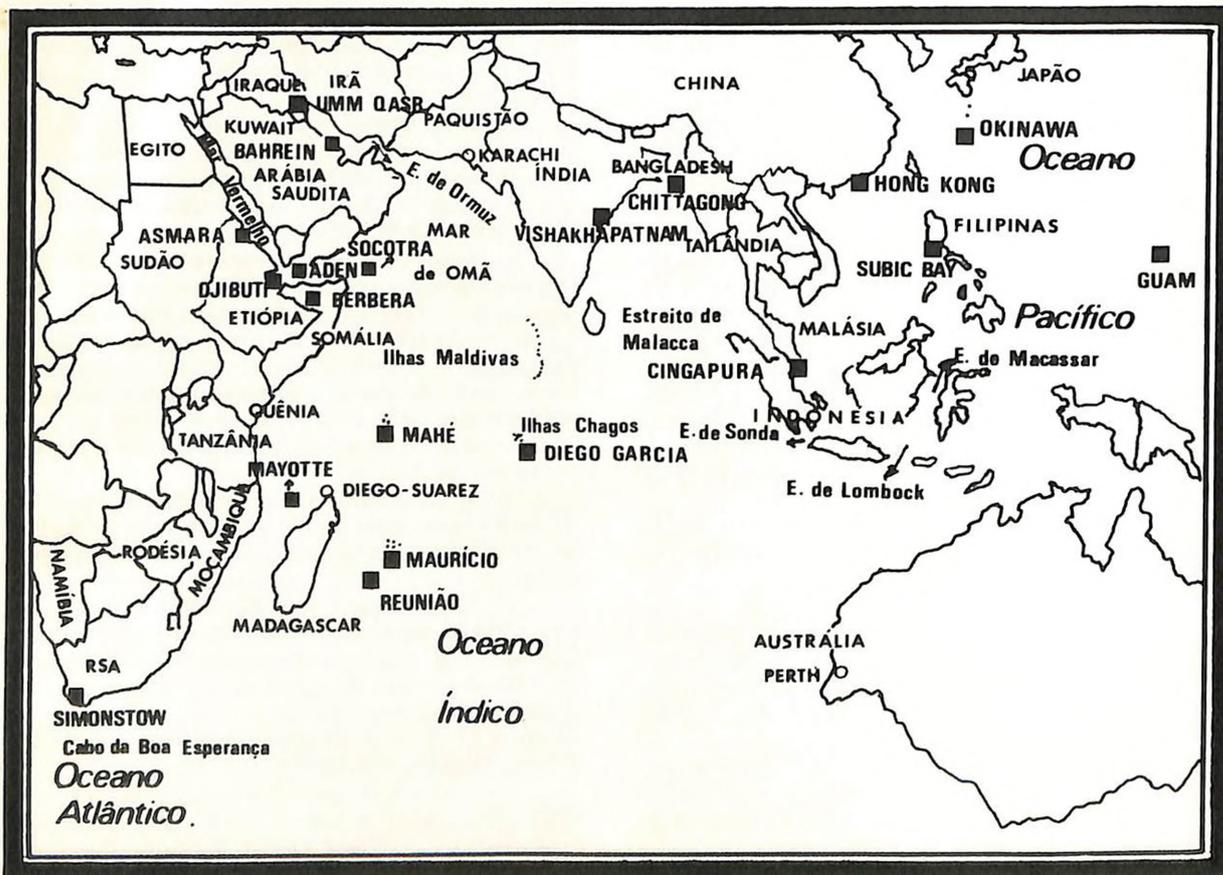
“Paris ou Londres” e “regimes de orientação ocidental”, e teremos o panorama da realidade atual da África Austral, permanecendo exatamente os mesmos motivos.

A Base Diego Garcia: suas implicações

Os Estados Unidos chegaram a um acordo com o Reino Unido, visando o estabelecimento de uma base de comunicações na ilha de Diego Garcia, em dezembro de 1966. Este centro de comunicações está atualmente se tornando, em ritmo acelerado, uma base aérea e naval, estrategicamente localizada como um posto avançado em toda a área. Conforme observa Ferenc A. Vali, “a localização geo-estratégica de Diego Garcia foi uma escolha feliz: repousa no vértice de um triângulo isóscele, cuja base se estende da Austrália à África do Sul. Aviões baseados nessa ilha poderiam proteger as linhas de petroleiros do Golfo Pérsico ao Cabo, assim como outras rotas marítimas entre o Mar de Omã e o Estreito de Malacca.”⁹

Presumivelmente “proteger” tem um valor estratégico, conforme salienta Vali, e é também de

valor estratégico “atacar”, sendo que esta última interpretação, por parte das populações locais, é naturalmente inevitável. O antigo embaixador norte-americano na Índia, Chester Bowles, observou que “qualquer que seja a argumentação norte-americana, Diego Garcia simboliza o mais recente exemplo da desnecessária intervenção dos Estados Unidos na Ásia. Para os asiáticos, Diego Garcia não representa simplesmente o aproveitamento de uma remota base militar com objetivos defensivos”. Não é de surpreender, portanto, que Harold Wilson tenha declarado, em 1968, um ano após a decisão de converter a estrategicamente localizada Diego Garcia em base de comunicações (atualmente sendo transformada em base militar), que a Inglaterra deixava de ter qualquer responsabilidade na defesa da área. De um modo geral, o Reino Unido e os Estados Unidos haviam decidido previamente consolidar sua política de defesa nesse “triângulo isóscele”. Hoje, passados dez anos, é possível ver-se passo a passo a aplicação desse plano, assim como suas conseqüências militares.¹⁰ Fica também parcialmente explicada a razão da decisão inglesa de revo-



■ Bases e/ou portos onde as grandes potências dispõem de facilidades.

gar, em dezembro de 1974, o Acordo de Simons-town, com a África do Sul, e a razão pela qual a Inglaterra pôde "permitir-se" uma tal decisão.

A decisão de ampliar a base de Diego Garcia, em 1974, levou a uma militarização crescente da área que, conforme temiam alguns membros do Congresso e do Senado norte-americanos, poderia precipitar uma corrida armamentista na região.¹¹ Na época, o diretor da Central Intelligence Agency — CIA, William Colby, advertiu o Congresso dos Estados Unidos de que se o Pentágono prosseguisse em seus planos para uma grande concentração aeronaval em Diego Garcia provavelmente provocaria a adoção de igual procedimento pela União Soviética. Sustentava também que, embora venha crescendo, a presença soviética na área é ainda insignificante, não representando ameaça real aos interesses ocidentais.

A presença soviética no Oceano Índico é indiscutível. O crescimento da Marinha soviética como um todo é, segundo a maioria dos analistas, fenomenal. Anteriormente a março de 1968, a União Soviética utilizava o Oceano Índico extensivamente para a pesca, e, durante a guerra do Vietnã, seus cargueiros cruzavam o oceano com frequência. O que não foi ainda comprovado é a existência de bases soviéticas na área. O presidente Ford, numa entrevista à imprensa, em 28 de agosto de 1974, declarou que "a União Soviética já dispunha de três grandes bases em operação no Oceano Índico".¹² Posteriormente, essas bases foram identificadas como sendo localizadas em Aden (Iêmen do Sul), Berbera (Somália) e Umm Qasr (Iraque). A TASS, agência de notícias soviéticas, imediatamente negou a existência de qualquer base da União Soviética no Oceano Índico.¹²

A questão das bases foi e continua sendo tema para grandes debates. Ferenc A. Vali fornece três possíveis variantes do que pode ser considerado como base e as implicações de cada uma:

"1. bases localizadas no território de um país responsável pela própria base militar (bases totalmente soberanas);

2. bases estabelecidas através de tratado, em caráter permanente ou não, no território de outro país, com direitos jurisdicionais dentro da área demarcada (base de soberania limitada ou território cedido);

3. área portuária separada (ancoragem) ou corredor aéreo para utilização, segundo acordo, por uma potência estrangeira, a qual detém direitos jurisdicionais sobre seu próprio pessoal (as instalações podem ser usadas em conjunto com as forças navais ou militares do país em que se localizam)."¹³

Valendo-se dessa classificação, Vali conclui que nem os Estados Unidos nem a União Soviética possuem qualquer base no sentido da primeira de-

finição. Diego Garcia se ajusta mais à segunda definição, enquanto que os acordos da União Soviética se enquadram à terceira, como no caso de Berbera e Mogadíscio, na Somália, antes do rompimento das relações pelo governo da Somália com a União Soviética. Com base nessas distinções, Vali afirma que "não há provas de que a União Soviética possua tratado oficial (anunciado) que lhe assegure qualquer base soberana ou sob mandato, aérea ou naval, na área do Oceano Índico. Pelas embarcações auxiliares que acompanham os navios de guerra soviéticos, conclui-se que tais unidades dependem, em grande parte, de abastecimento no mar".¹⁴

Pode-se concluir daí que a União Soviética utiliza os portos do Índico segundo as atuais leis internacionais, gozando assim dos mesmos direitos das demais nações para a obtenção de suprimentos, embarque de carga, reparos leves etc., nos portos de passagem. Na realidade, isto significa que a União Soviética encontra-se mais exposta a uma suspensão abrupta do uso de instalações, devido por exemplo a súbitas mudanças políticas na área, uma vez que sua presença depende mais de negociações com base na legislação internacional do que de tratados, como ocorreu no caso da Somália. Os Estados Unidos encontram-se numa posição bem melhor em Diego Garcia, conforme ressalta Joseph Fitchett: "A base de Diego Garcia, visada pelos Estados Unidos, contrabalançaria essas vantagens, oferecendo em caráter permanente serviços navais, aéreos e de comunicação. Diego Garcia encontra-se, além disso, livre de pressões políticas internas ou de aliados. Os soviéticos não gozam de tais imunidades nos países atualmente amigos."¹⁵ Não é de surpreender, pois, que Niu Sien-Chong, escrevendo em *NATO's Fifteen Nations*, considere que, "embora a União Soviética seja a potência mais ativa no Oceano Índico nos dias atuais e a única a manter uma presença naval permanente naquelas águas, a falta de uma base continua sendo um obstáculo de grande monta para o efetivo emprego do poderio marítimo soviético na área..."¹⁶

Qual seria então a *importância militar* do Oceano Índico para os Estados Unidos e para a União Soviética? A resposta à pergunta é múltipla, dependendo do enfoque ideológico. Para alguns analistas conservadores, os Estados Unidos estão aí presentes apenas em resposta à presença soviética. Já para os analistas de esquerda, os Estados Unidos participam do jogo imperialista, suplantando os ingleses como "policiais" da área. "Rocco M. Paone, professor de assuntos estrangeiros na Academia Naval de Anápolis (EUA), usou a denominação do analista político norte-americano Michael Klare de "bastião do mundo" para o Oceano Índico, fornecendo este inventário de seus recursos: 'A parte ocidental dos

territórios banhados pelo Índico guarda grande parte dos recursos minerais, agrícolas e florestais não explorados de algumas das regiões mais férteis da África (. . .) Ao longo das margens do noroeste concentram-se aproximadamente 60 por cento das reservas petrolíferas mundiais. A área norte desses territórios inclui a força de trabalho da Índia, e, nas regiões do leste e do sudeste, localizam-se as famosas riquezas das Índias Orientais e o continente da Austrália, em acelerado desenvolvimento'. Paone diz ainda que o país que controlar a região do Oceano Índico 'controlará a nova área central do mundo e poderá dominar a política mundial'.¹⁷

Para responder, então, a essa pergunta sobre a importância militar, torna-se necessária uma análise quanto às vantagens que poderiam ser auferidas por uma e outra potência, a nível militar, econômico ou político.

Em termos militares, a União Soviética não alimenta qualquer interesse declarado no Índico. Não se trata de um oceano que se limite com seu principal inimigo, os Estados Unidos. Tem uma possível importância para a União Soviética em sua disputa com a China, mas a presença naval chinesa é, de modo geral, considerada insignificante. Além disso, a União Soviética possui uma vasta fronteira com a China, a partir da qual poderia lançar um ataque contando com o apoio de bases na retaguarda. Em razão destes fatores militares óbvios, a maioria dos analistas invoca razões políticas ou psicológicas para explicar essa presença. Estas últimas implicam um máximo de ostentação naval para fins de natureza psicológica, um trabalho de superpotência que poderia ser valioso numa possível crise local, dispensando-a de recorrer à força para estabilizar a balança de poder. Alguns analistas acreditam que a União Soviética poderia, eventualmente, envolver-se numa diplomacia de "canhoneiras" (como os Estados Unidos no Líbano, em 1958; no Kuwait, em 1961; e em Cuba, em 1962 . . .).

Em caso de guerra, alguns deles acreditam que o Oceano Índico não venha a tornar-se palco de combates decisivos. O capitão Bindra observa que "o estudo da história das guerras no Oceano Índico revela que os estreitos ou o Canal de Suez, que podem ser rapidamente controlados ou fechados, assim como as imensas distâncias das demais áreas externas responsáveis pelo conflito e sua solução, combinaram-se para relegar o Oceano Índico à posição de área de baixa atividade. Deste modo, sempre que as grandes potências tiverem que se confrontar no Atlântico ou no Pacífico, somente forças residuais poderão ser desviadas para o Oceano Índico."¹⁸

No entanto, não se pode deixar de levar em consideração o fato de que, em termos militares, a União Soviética tem mais razões para preocupar-

se com a presença de submarinos dos Estados Unidos no Oceano Índico, equipados com mísseis Polaris ou Poseidon, isto é, mísseis com um alcance de 1.600 a 2.500 milhas. Conforme observa Ferenc A. Vali, esses mísseis, partindo "de posições na área noroeste do oceano, poderiam atingir alvos na Ásia Central soviética e nos Montes Urais".¹⁹ Oles Smolansky cita o comandante McGwire, segundo o qual "a esquadra soviética deslocava-se de forma indecisa no Oceano Índico, a despeito do fato de que ela se encontrava despreparada, em termos operacionais, para esse tipo de deslocamento.

A decisão do Kremlin foi grandemente influenciada pela iniciativa de Washington de intensificar a força de Polaris, espalhada no Mediterrâneo, com unidades em operações no Mar de Omã. Novos melhoramentos no sistema naval de lançamentos, isto é, a mudança para mísseis ICBM do tipo Poseidon (com alcance de até 3 mil milhas) e sua pretendida difusão, no início desta década, no Oceano Índico, devem ter agravado a inquietação soviética. E finalmente, sem que se possa ignorar, uma outra 'prova' da aparente determinação de Washington de ampliar a área de ação de seus submarinos nucleares no Oceano Índico foi possivelmente fornecida pela conclusão, em dezembro de 1966, de um tratado anglo-americano 'autorizando os Estados Unidos a construir e usarem instalações em território inglês do Oceano Índico'.²⁰

A existência da base de Diego Garcia parece ter sido um importante fator na decisão de Moscou de manter uma presença naval militar na área do Oceano Índico. O comentarista político do *Izvestia*, V. Kudryavtsev, descreve essa preocupação da seguinte maneira: "A área do oceano (. . .) é de quase 75 milhões de quilômetros quadrados, enquanto que a de Diego Garcia é apenas de 40 km²; isto é, comparativamente, trata-se sem dúvida de 'uma gota no oceano'. No entanto, essa 'gota' pode se tornar o centro de grandes tempestades no Oceano Índico. E tudo pelo fato de a pequena ilha de coral se constituir exatamente no ponto estratégico no qual os imperialistas concentram todos os seus esforços para obter, conservar ou fortalecer posições — econômicas, políticas e militares — na área. Além disso, a tecnologia militar atual vem se desenvolvendo com maior rapidez do que a tecnologia civil, o que permite transformar mesmo uma pequena ilha no fulcro de uma estratégia de grandes proporções."²¹

Para os Estados Unidos, a importância estratégica do Índico é do maior significado, embora a maior parte dos comentaristas a subestime. Para Howard Wriggins, por exemplo, "parece não haver para os Estados Unidos, interesse específico capaz de comprometê-los diretamente com os assuntos ligados ao Oceano Índico ou a seus países litorâ-

neos".²² Diz também Ferenc A. Vali: "Para os Estados Unidos, a região circundante a esse oceano, de modo geral, não constitui uma das áreas intimamente associadas a seus interesses vitais."²³ Para reforçar essa conclusão, Vali cita Ronal I. Spiers, Diretor do Bureau of Político-Military Affairs do Departamento de Estado: "A área do Oceano Índico, ao contrário da Europa e da Ásia, tem ficado apenas à margem da atenção dos Estados Unidos. Nunca considerada importante para o equilíbrio de forças, pelas grandes potências, ela tem ficado em plano secundário nas disputas pelo poder."²⁴ E, para J. E. Spence: "Os interesses estratégicos norte-americanos no Oceano Índico não parecem representar muito."²⁵

Essa minimização dos interesses estratégicos dos Estados Unidos no Índico é, até certo ponto, resultado da exclusão, por esses analistas, da República da África do Sul dessa particular discussão, apesar dos vultosos investimentos norte-americanos na área e da importância do acesso a matérias-primas estratégicas. A maioria dos comentaristas aponta três razões para a presença dos Estados Unidos: os investimentos em petróleo, no montante de aproximadamente 3,5 bilhões de dólares na área do Golfo Pérsico; a importância do Índico no comércio com a Europa e o Japão, principalmente para o transporte de petróleo; e o interesse na estabilidade e no desenvolvimento econômico dos países da região.²⁶ São inegáveis as vantagens, para os Estados Unidos, da presença de submarinos Polaris na área, mas o fato é minimizado com a afirmativa de que, em caso de guerra ela não terá importância decisiva.²⁷

Na opinião de Dale R. Tahtinen, "os Estados Unidos têm mantido uma impressionante força naval no Oceano Índico, com porta-aviões e todo seu equipamento acessório"²⁸; e ele indaga: "Por que os Estados Unidos mantêm uma presença naval tão extensiva no Oceano Índico?"²⁹ Após discutir aquelas três justificativas acerca da presença norte-americana na área, ele aborda ainda a importância da África do Sul para o Ocidente, concluindo que "na África do Sul os Estados Unidos têm ao mesmo tempo um interesse positivo, em obter suas matérias-primas, e um interesse negativo, em evitar que seus recursos e instalações militares caiam nas mãos da hegemonia soviética".³⁰ Essa distinção entre interesses positivos e negativos é, na verdade, uma acrobacia semântica, pois objetivamente ambas as razões levam, na atual situação, ao mesmo fim: o apoio ao regime de minoria branca racista.

Justificando suas declarações, Tahtinen afirma categoricamente que "os países em desenvolvimento situados ao longo do litoral (. . .) se ressentem do estabelecimento de bases militares de qualquer uma das superpotências. Seus líderes pressentem às vezes em tais ações uma tentativa neocolo-

nialista de conseguir influência nos assuntos internos dos países da região".³¹ Todavia, Tahtinen sustenta que "seria difícil demonstrar que Washington abriga tais pretensões (. . .) em especial quando seus líderes e cidadãos compreendem que os Estados Unidos estão construindo a única base militar no Oceano Índico a ser controlada por uma superpotência."³²

A África do Sul e a defesa do Ocidente

Este é precisamente o cerne da questão, e, a esta altura, torna-se imperativo um exame do papel da África do Sul na defesa e no sistema econômico dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Começemos pelo exame da maneira pela qual o regime sul-africano se vê no processo gerador do crescimento econômico e da defesa do mundo ocidental. Os nacionalistas brancos, no poder desde 1948, não têm dúvidas quanto à sua própria importância. P. W. Botha, ministro da defesa e atualmente também primeiro-ministro, afirmou em 1968: "Repetirei uma velha idéia que hoje parece generalizada: a África do Sul é o complemento da Europa, vital para sua defesa e necessária como suporte de sua economia. Isto significa que uma grande parte do poderio europeu poderá ter sido perdida juntamente com os territórios da África, o que equivale dizer que a Europa poderá ser derubada na África".³³ É desnecessário dizer que este é, ainda, um dos princípios básicos do pensamento do Partido Nacionalista e, da mesma forma, de um certo número de seus amigos estrangeiros.³⁴

A África do Sul não apenas expôs essas idéias, mas procurou por todos os meios se fazer aceita abertamente como um elemento importante na defesa do Ocidente.³⁵ Na década de 50, sua ligação com a Comunidade Britânica lhe garantiu o apoio militar do exterior. O tratado de Simons-town, de 1955, com a Inglaterra, determinava maior contribuição naval à África do Sul; e a Inglaterra se reservava o direito de usá-la a qualquer tempo. Na estratégia mundial, a África do Sul era vista como defensora ocidental na África Austral, no continente africano, no Oriente Médio, e também como "a entrada da África".

Na década de 60, porém, a política interna da África do Sul não permitiu que os países ocidentais a aceitassem abertamente em sua órbita militar. O processo de descolonização, o aumento do número de membros do Terceiro Mundo nas Nações Unidas e na Comunidade Britânica transformaram a política interna sul-africana em objeto de debate mundial, sobretudo na falta de qualquer possibilidade de ação efetiva.³⁶

No fim da década de 60 e início da atual, o governo da África do Sul aprovou e implantou

uma política baseada na intensificação de seus contatos com Estados africanos do norte, política esta chamada de *détente* (ou "diálogo"), e na consolidação de uma África Austral integrada, tendo como membro principal e mais poderoso a África do Sul.³⁷ Nesta última estratégia verificava-se uma evidente pressão no sentido de se criar, no mais curto espaço de tempo, "reservas" (*bantustans*) para os diversos grupos negros do país. Teoricamente, cada território se tornaria independente, e sua população poderia exercer direitos "democráticos", como o do voto. Deste modo, a África do Sul se livraria da imagem de regime de minoria branca e passaria a controlar de perto esses "bantustans independentes"; asseguraria "legalmente" 87 por cento do país para os brancos e o restante para a maioria da população; e, acima de tudo, a África do Sul teria um acesso permanente a inesgotáveis reservas de mão-de-obra. Assim, o mundo presenciou a primeira "cerimônia de independência" — a de Transkei, em outubro de 1976 —, não reconhecida por país algum do mundo!

Tais procedimentos políticos foram adotados porque a África do Sul compreendia que uma melhoria em suas relações com o resto do continente levaria a melhores relações com o Ocidente: "A estrada da África do Sul ao Ocidente passa pelo continente africano."³⁸

No decurso desse mesmo período, a África do Sul recebeu um montante sempre crescente de investimentos do exterior, principalmente no setor manufatureiro de sua economia.³⁹ E, nesse montante, a primazia do capital inglês é indiscutível.

"Por volta de 1970, os investimentos provenientes da Inglaterra totalizavam 1.983 milhões de libras — 58 por cento de todos os investimentos estrangeiros —, resultado de cem anos de envolvimento inglês na África do Sul, que com sua população minoritariamente branca jamais poderia ter prosperado da forma como prosperou."⁴⁰

Os investimentos norte-americanos, por sua vez, expandiram-se ainda mais, durante o período de 1968 a 1973 — passando de 692 milhões de dólares para 1,2 bilhões, o que representa um aumento de 73 por cento. Em 1976 esses investimentos atingiram 1,7 bilhões de dólares. Desnecessário se torna dizer que tais investimentos são altamente vantajosos para as empresas norte-americanas; as taxas de retorno têm-se situado entre 17 por cento e 19 por cento, desde 1968.⁴¹

A dimensão das relações comerciais entre os Estados Unidos e África do Sul pode ser avaliada, no que toca a determinados materiais estratégicos, pela crescente dependência desta em relação aos Estados

Unidos. Em 1971, o Conselho de Assuntos Africanos dos Estados Unidos, em seu relatório "Recursos da África", salientava que este continente "detém a maior parte das reservas mundiais de um número de matérias-primas importantes para as necessidades estratégicas ou econômicas dos Estados Unidos. No futuro, os Estados Unidos terão que se voltar para a África em busca, entre outros produtos, de cromita, de platina e metais congêneres, tantalita, petalita, ouro, amosita de fibras longas e asbesto de crocodilita, diamantes naturais para fins industriais e rocha de fosfato (dentro de 20 ou 30 anos)."⁴²

O quadro a seguir, fornecido por Cottrell e Hahn, mostra a participação da África do Sul na produção mundial de alguns minerais.

Produção de Minerais Seleccionados, na África do Sul, em Relação à Produção do "Mundo Livre", em 1973

	%		%
Ouro	77,0	Vanádio	51,5
Prata	1,5	Zinco	1,0
Diamantes ind.	32,5	Andaluzita	1,5
Diamantes (gemas)	32,0	Asbesto	12,5
Antimônio	32,0	Coríndon	8,0
Berilo	48,0 ^a	Fluorita	5,0
Cromo	48,0	Grafite	0,5
Cobre	2,5	Gesso	1,0
Minério de ferro	2,0	Mica	2,5
Manganês	32,5	Vermiculita	31,0
Níquel	36,0	Urânio	13,5 ^b
Estanho	3,5	Platina	87,0

Fonte: Os cálculos são baseados nos dados extraídos dos Commodity Data Summaries, 1975, e em dados fornecidos pelo Geological Survey and Mines Department, da Suazilândia.

a) Em relação à produção do "Mundo Livre", sem a produção interna dos Estados Unidos.

b) A produção de urânio, na África do Sul, montou a 14,2 por cento da produção mundial, em 1974.

Uma análise da África do Sul, e de suas relações no comércio internacional, é na realidade um meio eficaz para o levantamento do grau da dependência sul-africana. P. Smith⁴⁶ apresenta com a maior propriedade sua visão desse país nos dias atuais e revela a situação de dependência da África do Sul no "livre-comércio, em seu íntimo relacionamento internacional na esfera econômica e em relação aos investimentos do exterior".⁴⁷ Tal dependência torna-se particularmente óbvia quando se tem em mente que, em 1969, o comércio exterior foi responsável por 39 por cento do produto interno bruto sul-africano. O comércio global (excluído o ouro) aumentou de 1.462 milhões de dólares, em 1955, para 2.793 milhões, em 1960, e pa-

ra 5.128 milhões, em 1969. No período 1969-1970, 80,5 por cento do comércio da África do Sul foi feito através de portos no Oceano Índico. Há grandes possibilidades de que o comércio com os países da área abrangida por este oceano (notadamente os da Ásia) venha a ultrapassar em importância o volume de comércio normalmente feito através do Oceano Atlântico.⁴⁸

Quanto à integração da África do Sul nos planos militares do mundo ocidental, uma consideração sobre a Rota do Cabo e a proposta Organização do Tratado do Atlântico Sul parece-nos essencial e será assunto de artigo no próximo número.

Tradução: Rubyan Campos de Caldas Brito

NOTAS

1. *The Times* (Londres), de 22.2.71.
2. Alvin J. Cottrell e R. M. Burrell (organizadores), *The Indian Ocean: its Political, Economic, and Military Importance* (Nova York: 1972), p. 19.
3. Ferenc A. Vali, *Politics of the Indian Ocean Region: The Balance of Power* (Nova York: 1976), p. 25.
4. *Ibid.*, p. 14; para uma breve análise histórica da região, consultar Vali, *op. cit.*, p. 1-22. Para uma visão histórica mais completa, consultar Auguste Toussaint, *History of the Indian Ocean* (Chicago: 1966).
5. Consultar, por exemplo, Cottrell e Burrell, *op. cit.*, p. 21; e Patrick Wall (organizador), *The Indian Ocean and the Threat to the West: Four Studies in Global Strategy* (Londres: 1975). Neste livro, consultar especialmente o relatório "The Security of the Cape Oil Route", publicado pelo Institute for the Study of Conflict, p. 67-137.
6. Jagdish Vibhakar cita, nas p. 75-6 de seu livro *Afro-Asian Security and Indian Ocean* (Nova Déli: 1974), o relatório "The Indian Ocean in Soviet Naval Policy", publicado em 1972 pelo International Institute of Strategic Studies, com sede em Londres, que "analisou a apreensão dos ingleses quando da visita, em 1968, de três navios de guerra soviéticos à Índia, enquanto diversos barcos soviéticos menores eram entregues à marinha indiana. Dois dos três navios realizaram outras visitas, notadamente na costa africana, sendo descritos como uma 'frota' pela imprensa inglesa. O relatório insinuava que essas notícias falsas foram transmitidas aos jornais britânicos por fontes do governo inglês . . ."
7. O presidente Carter estendeu a maior parte das conversações SALT II, sobre desarmamento, para nelas incluir a discussão sobre a desmilitarização do Oceano Índico (*The New York Times*, de 22.6.77).
8. Walter F. Hahn e Alvin J. Cottrell, *Soviet Shadow Over Africa* (Washington, D.C.: 1976), p. 55.
9. Vali, *op. cit.*, p. 174.
10. Mohamed A. El-Khawass e Barry Cohen, *The Kissinger Study of Southern Africa: National Security Study Memorandum 39* (Westport, Connecticut: 1976), p. 40; ver também Jagdish Vibhakar, *op. cit.*, p. 51-69.
11. Vale citar o editorial do *Washington Post*, de 30.1.74, neste contexto: "... o ponto de vista comum é de que os soviéticos estão infiltrando seu poderio numa área transformada em "vácuo", pela retirada dos ingleses de seu papel de patrulha do litoral. Contudo, pode-se objetar que, pelo menos em parte, os soviéticos estão apenas estabelecendo um contrapeso, na estrutura de uma força anti-submarina, em águas que os Estados Unidos passaram a utilizar para posicionamento de seus submarinos de uma força anti-submarina, em águas que os Estados Unidos passaram a utilizar para posicionamento de seus submarinos de uma força anti-submarina, em águas que os Estados Unidos passaram a utilizar para justificar uma resdotados de mísseis. Descrever uma força anti-submarina como sinal do "expansionismo" soviético para justificar uma resdotados de mísseis. Descrever uma força anti-submarina como sinal do "expansionismo" soviético para justificar uma resposta norte-americana é levantar a questão de se se tratou igualmente de "expansionismo", quando os submarinos dos Estados Unidos foram inicialmente disseminados nessas mesmas águas.
12. "Aliás, o Oceano Índico pareceu durante longo tempo a última grande bacia, onde alguns Estados litorâneos, mais do que as grandes potências distantes, podiam ditar as normas. Uma perspectiva ultrapassada? Os Estados Unidos não estão ostensivamente comprometidos com nenhum país litorâneo, do contrário estariam obrigados a montar uma base para defesa dos mesmos. Em vez disso, vêm criando Estados, como o Irã, para que estes assumam os encargos relativos à estabilidade da região. Anteriormente, durante o governo Nixon, isto foi saudado como a doutrina Nixon. Esta doutrina não se aplicaria sobretudo ao Oceano Índico e suas redondezas? Teriam se alterado a tal ponto as relações norte-americanas com Moscou, chegando a fazer com que tal doutrina deixasse de ser uma diretriz segura da política norte-americana? E, finalmente, o que teria sucedido às sondagens soviéticas de 1971, para negociação de limites marítimos no Oceano Índico e noutros pontos?"
13. Ver *The New York Times*, de 29.8.74 e 1.9.74, e *The Christian Science Monitor*, de 9.9.74.
14. Vali, *op. cit.*, p. 57.
15. *Ibid.*, p. 178.
16. "Os soviéticos negam a existência de bases no Oceano Índico", *The Christian Science Monitor*, de 9.9.74. Poucos anos mais tarde, foi revelado que Diego Garcia era habitada. Os ingleses, na realidade, tiveram que transferir a população para Maurício. O governo deste país havia anteriormente vendido Diego Garcia à Inglaterra. Ver *New Internationalist*, n. 51, maio de 1977, p. 27.
17. Niu Sien-Chong, "New Strategic Outlook of the Indian Sub-Continent", *NATO's Fifteen Nations*, out.-nov. de 1974, p. 68.
18. Ivonne Pastor Barra, "South Africa in Imperialist Naval Strategy", *Tricontinental*, n. 100, 1976, p. 35.
19. Capitão A. P. S. Bindra, "Indian Ocean Vacuum: Fact or Fiction", in *NATO's Fifteen Nations*, fev.-mar. de 1971, p. 43.
20. Vali, *op. cit.*, p. 180; ver também J. E. Spence, *Foreign Investment in South Africa: The Political and Military Framework* (Uppsala, 1975), p. 24-5; e Oles S. Smolansky, "Soviet Entry into the Indian Ocean: An Analysis", *The Indian Ocean: Its Political, Economic, and Military Importance*, p. 340-6.
21. Oles Smolansky, *op. cit.*, p. 340; para Dale R. Tahtinen, "é motivo de particular preocupação para Moscou a existência de mísseis balísticos dos tipos Polaris e Poseidon, assim como a possibilidade da disseminação de submarinos Trident na região, quando estes se tornarem operacionais nos próximos anos. Os Trident transportarão mísseis com alcance entre três e quatro mil milhas marítimas, com múltiplas ogivas independentes, e, se forem dotados de aperfeiçoamentos propostos, poderão chegar a umas seis mil milhas." *In Arms in the Indian Ocean: Interests and Challenges* (Washington, D. C.: 1977), p. 16-7.
22. V. Kudryavtsev, "The Indian Ocean in the Plans of Imperialism", *International Affairs* (Moscou: novembro de 1974),

p. 114. Para J. E. Spence, contudo, "o que está claro é o fato de que o empenho dos norte-americanos em melhorar as instalações de San (sic) Diego visam contrabalançar a concentração naval soviética e oferecer meios para um efetivo deslocamento de suas forças", *in op. cit.*, p. 25.

22. Howard Wriggins, "U. S. Interests in the Indian Ocean", *The Indian Ocean: Its Political, Economic, and Military Importance*, p. 360.

23. Vali, *op. cit.*, p. 184.

24. *Ibid.*, p. 184.

25. Spence, *op. cit.*, p. 43.

26. Wriggins, *op. cit.*, p. 360-2; Vali, *op. cit.*, p. 184-6.

27. Ver nota 17. Todavia, o General Harbakhoh Singh, veterano do exército indiano, salienta que "uma importante vantagem estratégica que os norte-americanos poderão obter (na verdade atraindo para o Índico o grosso da esquadra soviética e, em particular, a força de submarinos nucleares) é que, em relação a essa área, a maioria das bases de mísseis no território da União Soviética estará facilmente ao alcance das aeronaves norte-americanas baseadas em porta-aviões e mísseis nucleares lançados por submarinos, enquanto que o território dos Estados Unidos e da Europa Ocidental estará fora ou quase fora do alcance de idênticas armas soviéticas". *In "U.S. Strategy in the Indian Ocean"*, *Indian Ocean Power Rivalry*, organizado por T. T. Poulouse (Nova Déli: 1974), p. 5-6.

28. Dale R. Tahtinen, *op. cit.*, p. 19.

29. *Ibid.*, p. 20.

30. *Ibid.*, p. 22. Neste ponto, é conveniente notar que, com relação ao envolvimento das superpotências na África, o então primeiro-ministro da África do Sul, John Vorster, tem a seguinte posição: "Deploro incondicionalmente o fato. Cabe a cada um e a todos que têm no coração os interesses da África do Sul e, também, os da África, opor-se de forma incondicional." *in South Africa Digest*, de 18.6.76, p. 5. Está, naturalmente, evidente que as observações de Vorster referem-se exclusivamente à União Soviética e que não se aplicam aos Estados Unidos ou aos países da Europa Ocidental. A África do Sul, de outro modo, não reivindicaria o direito de integrar o sistema de defesa do Ocidente.

31. Tahtien, *op. cit.*, p. 24.

32. *Ibid.*, p. 24.

33. P. W. Botha, "The Republic of South Africa and International Politics", 1948-1968. . . *And Now, The Future*, organizado por C. Mulder (Johannesburg: 1968), p. 236.

34. O senador Owen Horwood, ministro da Economia da África do Sul, por exemplo, disse a um grupo de pessoas durante solenidade pelo bicentenário da independência dos Estados Unidos, no Texas, que "você precisam de nós por causa de nossa posição geográfica implantada numa das grandes rotas comerciais do mundo. Foi estimado que dois terços do abastecimento de petróleo do Ocidente, assim como um quarto de seus alimentos, são transportados ao longo do Cabo". *In South African Digest*, de 16.7.76, p. 1. No mesmo estilo, porém de forma amistosa, Patrick Wall, parlamentar conservador britânico, em relatório à OTAN, prevê que "se a África do Sul for afastada do Ocidente, ficaremos não apenas privados de preciosas matérias-primas, mas perderemos também uma posição estratégica vital para nossos interesses. O equilíbrio de poder estaria dramaticamente alterado; a Europa isolada e exposta no futuro à dominação soviética. O Ocidente não pode permitir que essa expansão do poderio soviético se processe livremente". *In The Johannesburg Star*, de 5.6.76, em sua edição internacional.

35. Ver James Barber, *South Africa's Foreign Policy 1945-1970* (Londres: 1973), principalmente p. 81-96 e 285-301; também, Sam C. Nolutshungu, *South Africa in Africa: A Study in Ideology and Foreign Policy* (Nova York: 1975).

36. Aqui, vale a pena citar o ponto de vista dos sul-africanos brancos sobre a descolonização (P. W. Botha, *op. cit.*, p. 235): "Alguns países ocidentais encontravam-se esgotados, e os soviéticos aproveitaram a oportunidade para reduzir a influência ocidental, patrocinando (sic) uma campanha em favor da limitação (sic) do colonialismo."

37. "Uma África do Sul de natureza econômica e militar, cercada por países-clientes, contando com grandes potências como amigos, e geograficamente isolada de qualquer inimigo político. . .", Larry W. Bowman, "The Subordinate State System of Southern Africa", *in International Studies Quarterly*, volume 12, n. 3, setembro de 1968, p. 259; James Barber, *op. cit.*, p. 243-67; Sam C. Nolutshungu, *op. cit.*, p. 114-61.

38. *South African Digest*, de 23.7.73, p. 8-10.

39. "Entre 1964 e 1969, os investimentos em dólares na África do Sul quase duplicaram, passando de 238 milhões para 435 milhões. As empresas norte-americanas começavam a penetrar no resto da África Austral. A Gulf Oil explora atualmente a enorme área petrolífera de Cabinda, em Angola, e é ainda um importante investidor em Moçambique. A Diamond Company of Western Angola, multinacional norte-americana, vem realizando prospeções em todo o território angolano. A American Metal Climax possui 29 por cento da Tsumeb, o maior complexo mineiro na Namíbia". Ruth First, *The South African Connection: Western Investment in Apartheid* (Londres: 1972), p. 130.

O artigo de Jennifer Davis "U. S. Dollars in South Africa: Context and Consequence", *in Southern Africa Perspectives*, n. 3, fevereiro de 1978 (Nova York: The Africa Fund), fornece o seguinte quadro com os investimentos em dólares efetuados na África do Sul:

ANO	RAND/Milhões*	% DO TOTAL	% EM INVESTIMENTOS DIRETOS
1967	709	18,1	16,0
1972	1.450	18,6	19,0
1975	3.566	22,0	24,0

Fonte: Quadro elaborado a partir de números fornecidos por Nedbank Report. (Tais números referem-se à área do dólar, e inclui o Canadá).

* Rand: unidade monetária sul-africana.

40. *Ibid.*, p. 23.

41. Ver El-Khawass e Cohen, *op. cit.*, p. 32-5; também, Ian Mackler, *Pattern for Profit in Southern Africa* (Lexington,

- Massachusetts: 1972). Quanto a "crescimento econômico e institucionalização da pobreza para a maioria", ver Bethuel Setai, *The Political Economy of South Africa: The Making of Poverty* (Washington, D. C.: 1977).
42. El-Khawas e Cohen, *op. cit.*, p. 34-5.
43. Aparentemente, a África do Sul percebeu as vantagens deste argumento em relação à desacreditada teoria da importância estratégica da Rota do Cabo e de seu possível estrangulamento pela esquadra soviética. Louis Le Grange, ministro interino da Informação e do Interior, falando à Câmara de Comércio argentino-sul-africana, em Buenos Aires, declarou, entre outras coisas, que "a África do Sul e a Argentina são vizinhas através do Atlântico Sul. Ambas possuem minerais e matérias-primas vitais para o Ocidente. Temos, por isso, a maior preocupação em que essas vias marítimas de extrema importância continuem disponíveis para o comércio de nossos países e do Mundo Livre". In *South African Digest*, de 29.10.76.
44. Cottrell e Hahn, *op. cit.*, p. 31-2. É de estranhar que estes analistas, em *Soviet Shadow Over Africa*, deixem de mencionar o papel do investimento estrangeiro na África do Sul. Apresentam uma série de quadros estatísticos sobre a produção de minerais, mas em nenhum deles se faz menção sobre o volume de investimentos e, o que seria mais importante, quais os investidores.
45. "Sustentamos, de longa época, que a República da África do Sul é a guardiã dos cruzamentos das vias oceânicas e que, dessa forma, ela se tornava indispensável para o comércio mundial e para a estratégia do mundo ocidental". P. W. Botha, in *South African Digest*, de 26.3.76.
46. P. Smith, "South Africa and the Indian Ocean: The South African Viewpoint", *The Indian Ocean: Its Political, Economic, and Military Importance*, p. 269-92.
47. *Ibid.*, p. 269.
48. Smith fornece os seguintes dados: o comércio da África do Sul com a Ásia e a Oceania aumentou de 12,4 por cento, em 1959, para 17 por cento, em 1970. Os dados em relação aos Estados Unidos, durante o mesmo período, são de 15,2 por cento. O aumento do comércio com a Ásia foi de 298 milhões de dólares, em 1959, para 788 milhões, em 1969, ou seja, um incremento de 178 por cento.
49. P. Smith, *op. cit.*, p. 278-9.

SUMMARY

The author investigates the role South Africa proposes for itself as the "Guardian of the Oceans" in Western defense strategy, that is, in the area of the Indian Ocean and the South Atlantic. In this section, covering the Indian Ocean (the South Atlantic will be treated in a forthcoming article) a brief history of the area is presented from colonial times to the present struggle for a "denuclearized zone". This is followed by a discussion of United States military policy (regarding Diego Garcia),

military implications for the protagonists, as well as the South African connection. For the author certain analysts seem to minimize the strategic importance of the Indian Ocean for the United States by not considering its links with South Africa. These links are analyzed in the area of investments and mineral wealth. On the other hand, South Africa is using the issue of its strategic importance (as defined by them) as an ideological weapon in its campaign for acceptance into the West's defense system.

RÉSUMÉ

L'auteur analyse le rôle que l'Afrique du Sud se propose dans la stratégie de défense de l'Occident, pour la zone qui se situe dans l'Océan Indien et l'Atlantique Sud. Un bref historique de la partie recouvrant l'Océan Indien est présenté allant de l'époque coloniale à la présente lutte pour la "dénucléarisation". (L'Atlantique Sud sera traité dans un prochain article). Il s'ensuit une discussion détaillée sur la politique des États-Unis concernant Diego Garcia, sur les implications militaires, ainsi que sur la liaison Sud-Africaine.

Pour l'auteur, certains analystes semblent minimiser l'importance stratégique de l'Océan Indien pour les États-Unis, par le fait de négliger ses liens avec l'Afrique du Sud. Ces liens sont analysés dans le domaine des investissements et de la richesse du minerai. D'autre part, l'Afrique du Sud se sert de son importance stratégique comme arme idéologique dans sa campagne pour son intégration explicite dans le système de défense de l'Occident.

COLONIALISMO, RACISMO, DESCOLONIZAÇÃO

José Maria Nunes Pereira*

1. COLONIALISMO

1.1. O colonialismo cultural no estudo das Ciências Humanas no Brasil

O estudo das Ciências Humanas, e o da História em particular, padece no Brasil de um eurocentrismo, de uma visão de mundo imposta pelo centro do sistema político dominante (Europa-EUA), que deriva da permanência entre nós de um colonialismo cultural. Daí o fato de os nossos currículos universitários serem quase silenciosos no tratamento da história do mundo afro-asiático no pós-guerra, justamente quando os povos da Ásia e da África se levantaram contra a dominação colonial, no processo histórico mais importante da segunda metade do nosso século: a descolonização. O silêncio sobre esse processo só é tenuemente rompido por esparsas referências encontradas nos currículos acadêmicos, quase sempre marcadas por anacronismos e superficialidades, e o eurocentrismo que nelas transparece rivaliza com as distorções difundidas pelos meios de comunicação de massa. Dessa forma, estabelece-se uma aberrante comunhão de desinformação entre o meio universitário e o grande público. Ambos sofrem, pela ação desse colonialismo, de um mesmo grau de astigmatismo cultural na sua visão de mundo e de como o Brasil deve nele se situar. Essa doença acarreta uma outra semelhante: a miopia que encurta a linha do nosso horizonte político, dificultando por conseguinte que se estabeleça entre o povo brasileiro e os povos da África e da Ásia, entre outros, um diálogo propiciador de uma mais profunda reflexão sobre problemas comuns.

O modo como a África é vista, ou a *imagem* que dela nos é dada para *consumo*, constitui um exemplo marcante desse colonialismo cultural. Apresentada como uma totalidade amorfa, onde a diversidade só é mostrada pela atomização tribal, a África é analisada ainda hoje entre nós em termos discriminatórios. Nessa visão europocêntrica da História impera uma concepção dualista falsa, maniqueísta. Segundo ela, o centro do sistema, isto é, as *metrópoles* seriam as únicas parceiras e portadoras da civilização. A África só teria entrado na História através da ação colonizadora da Europa.

As *metrópoles* possuiriam cultura de valor universal; a África, costumes exóticos. O que é filosofia e religião na Europa toma os nomes de credice ou superstição na África. As lutas sociais nas *metrópoles*, analisadas pela Sociologia e pela Ciência Política, na África são reduzidas a lutas tribais — chave explicativa para todos os conflitos — e entregues ao estudo de uma Antropologia de matriz colonial.

No estudo da formação da nossa nacionalidade, a participação dos africanos e seus descen-

* Professor de História da África Contemporânea do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

dentes é escamoteada e relegada a uma "contribuição ao folclore, à culinária, ao misticismo". Torna-se necessário reescrever a História do Brasil, incorporando nela a participação real do povo, majoritariamente negro ou mestiço. Deveriam ser analisadas as diversas formações sociais africanas, bem como a conjuntura histórica em que elas estavam inseridas no período do tráfico escravo. Sem isso torna-se difícil compreender a nossa história, e a África permanece para a maioria dos brasileiros reduzida a uma *imagem* simplificada por quatro *t*: tribo, tambor, terreiro e . . . Tarzan. Dano para a África? Dano maior para nós.

1.2. O fenômeno colonial no contexto do capitalismo¹

O nosso objetivo de estudo é o colonialismo contemporâneo, fruto da revolução industrial europeia, e que teve como consequência a ocupação militar e política de quase toda a África e de grande parte da Ásia. Não cabe aqui a análise do chamado colonialismo moderno, que resultou na conquista do Novo Mundo e na formação das primeiras colônias de povoamento branco, entre as quais os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Colômbia do Cabo, na África do Sul. Esse se refere a um momento histórico anterior ao que tratamos; corresponde à fase que marca a transição do feudalismo para o capitalismo, conhecida como "mercantilismo". O colonialismo contemporâneo realiza-se já numa época de processo de maturação do capitalismo monopolista e será o responsável pela introdução do modo de produção capitalista na Ásia e na África.

A ocupação colonial da África corresponde a um período de perda da hegemonia britânica no comércio internacional. Até então, "a Inglaterra desempenhava uma tal supremacia industrial, marítima e colonial que ela não via necessidade de anexar novos territórios para encontrar mercados. Ela reinava sobre os quatro continentes (. . .)"². A perda dessa hegemonia absoluta dá-se pela intervenção, sobretudo na África, do conjunto das potências ocidentais, apresentando-se então uma concorrência de impérios coloniais que levou à codificação da partilha do continente africano, durante a Conferência de Berlim em 1884-85 (partilha essa, no entanto, iniciada na prática quase um século antes).

Elucidar as causas profundas da partilha da África remete, portanto, à determinação das causas dessa conjuntura de expansão das potências europeias — França e Alemanha em especial. Essas razões estão na ascensão do mundo capitalista ocidental no seu conjunto a um elevado nível econômico, capaz de competir com a Inglaterra, senhora até então dos mercados asiáticos e africanos. Com

efeito, a partir da segunda metade do século XIX, essas novas potências industriais estavam maduras para a expansão colonial e dela necessitavam. Tinham diante de si o modelo imperial inglês e sentiam-se até em condições de superá-lo, através da utilização de novas técnicas oriundas do aprofundamento da revolução industrial (transportes marítimos a vapor, ferrovias, siderurgia etc.) e de uma concentração financeira e industrial superior inclusive à britânica.³

Por outro lado, para além da ascensão dos países ocidentais ao estágio imperialista, ocorreu uma conjuntura extremamente favorável à extensão dos domínios coloniais: a decadência dos Estados asiáticos e africanos. Assistimos assim, a partir do século XIX, à desagregação dos principados indianos, das províncias turcas e, na África, à desestruturação de impérios e reinos, cujas bases haviam sido minadas desde o período do tráfico escravo.

No interior das nações capitalistas o fenômeno da colonização não foi realizado sem um reajuste de interesses das diversas frações da burguesia.⁴ A fração comercial, representada pelas grandes companhias de comércio, atuantes já antes da partilha colonial, mostrava-se reticente quanto a uma colonização que levasse à ocupação efetiva dos territórios. Deve-se ter em vista que a razão principal da atuação dessas companhias era a possibilidade de comerciar em regiões litorâneas livres de fronteiras, como por exemplo, na África, onde obtinham, através de transações com as classes dominantes locais, produtos comerciáveis na Europa com lucros altamente compensadores. Com a partilha e a consequente fronteirização e protecionismo coloniais, essas companhias ficariam restritas aos territórios conquistados pelas suas metrópoles. A burguesia industrial, por sua vez, era a mais interessada nesse empreendimento. A existência de recursos naturais disponíveis praticamente inesgotáveis e uma grande massa de mão-de-obra lhe abriam perspectivas de lucros sem precedentes, as quais serão confirmadas no decorrer da colonização, quando a dominação política por via militar permitirá a imposição de salários baixíssimos, inferiores ao nível necessário de subsistência. Esta será complementada pelo que resta da economia tradicional africana, pré-capitalista. Uma repressão constante será encarregada de frustrar qualquer tentativa de resistência autóctone. A burguesia financeira interessava-se pela empresa de exploração e de colonização, já que esta demandava grandes capitais, recurso obrigatório portanto aos empréstimos bancários. No entanto, alguns dos seus setores teriam preferido um tipo de exploração tal como a burguesia comercial vinha exercendo, isto é, tratando diretamente e em termos de troca desigual com os governos africanos e asiáticos.

A concorrência cada vez mais acirrada das demais potências na disputa colonial, impunha, porém, o uso da força para a conquista e manutenção dos territórios. Esse uso da força só pode ser organizado por uma metrópole transformada em Estado colonialista, em condições de fornecer um exército regular, e não tropas mercenárias, como antes, a serviço das companhias para impor a troca desigual aos autóctones. Além de um exército, caberia ao Estado prover sua colônias de infra-estrutura econômica (portos, ferrovias etc.) como também de uma administração civil adequada. A atividade "pioneira" de missionários, exploradores científicos (que desempenham sobretudo o papel de agenciadores de mercados) e aventureiros militares era já insuficiente. Todos esses elementos tiveram um peso político e ideológico importante na decisão pela ocupação efetiva da África, o que nos leva a salientar que o domínio colonial se fez não somente por motivos econômicos de ordem imediata, mas também pela conjugação de fatores de ordem extra-econômica (a ocupação do Egito pela Inglaterra para segurança da Rota para a Índia). Advertia o rei Leopoldo II da Bélgica: "não devemos perder mais tempo, sob pena de vermos nações mais empreendedoras que a nossa ocuparem sucessivamente as melhores posições, já escassas."⁵ Inaugurava-se dessa forma para a África *la course au clocher*, a corrida contra o tempo.

1.3. As diferentes formas de colonização

A diversidade nas formas de colonização, ou os meios de apropriação colonial, não resultou apenas da *política colonial* de cada potência ou das condições geo-climáticas do território ocupado. Essa diversidade derivou sobretudo dos tipos de estruturas políticas e sócio-econômicas vigentes na sociedade a ser colonizada e do grau de desenvolvimento do capitalismo no país europeu colonizador.

Podemos distinguir, em termos didáticos, duas formas principais de colonização: as colônias de povoamento (ou enraizamento) e as colônias de exploração (ou enquadramento). Por conseguinte não levaremos em consideração as colônias mistas, as de posições estratégica e outras de menor ocorrência.

As colônias de povoamento caracterizam-se pela instalação no território subjugado de uma minoria européia numericamente expressiva. Ela assume o total controle político e constitui a camada dominante, em todos os sentidos, da sociedade. Essa minoria compreende: a) ex-camponeses emigrados da metrópole que se instalam em grande parte nas terras que vão sendo expropriadas *manu militari* aos africanos, vindo a formar, portanto, a classe dos grandes proprietários fundiários; b) uma pequena burguesia comerciante, freqüente-

mente composta de não-europeus, sírios e libaneses na costa ocidental africana; indianos, paquistaneses e chineses na costa oriental (o grande comércio de exportação-importação é monopolizado por companhias metropolitanas); c) uma frágil burguesia industrial.⁶

A burguesia fundiária vai beneficiar-se da força de trabalho, a preço irrisório, dos africanos, despojados das terras que ela passou a ocupar. Através do estatuto do trabalho forçado e do imposto indígena, esses africanos transformam-se em assalariados rurais pelo menos durante uma parte do ano. No restante do tempo voltam à economia tradicional, de subsistência e troca interna, praticada em terras cada vez menos férteis e mais exíguas. Os proprietários europeus beneficiam-se igualmente da manutenção de preços elevados e de financiamentos garantidos pela metrópole para os seus produtos agrícolas de exportação.

A essas camadas burguesas citadas — fundiária, comercial e industrial — somam-se os funcionários e operários europeus. Tanto uns quanto outros recebem salários muitíssimos mais altos que seus colegas autóctones e são também muito melhor pagos do que se trabalhassem na metrópole. No plano ideológico, funcionários e operários europeus gozam das regalias do estatuto de "colonizadores", fato que mascara sua situação de classe. Apesar de "pequenos brancos", seu número e sua posição no sistema colonial fazem deles o principal suporte político do colonialismo e os mais exaltados executores do racismo.

Nas colônias de povoamento, os interesses dos colonos tendem a se distinguir mais e mais dos da grande burguesia metropolitana. Esta reclama dos preços elevados pagos pelos produtos agrícolas exportados pelos colonos, salientando serem estes os beneficiários mais imediatos de uma situação colonial, que para ser mantida requer cada vez mais encargos (despesas militares para conter o nacionalismo, por exemplo), a serem pagos sobretudo pela metrópole. Por sua parte, os colonos reivindicam maior autonomia administrativa e participação política, que deve, porém, segundo eles, restringir-se aos brancos. Contudo, a sua permanência como colonizadores e os privilégios de que gozam, dependem do apoio da metrópole. Nos casos em que esse apoio direto, por razões especiais, pôde ser dispensado, deu-se ensejo às "independências" sob controle branco: África do Sul e Rodésia. Todavia, mesmo na perspectiva do neocolonialismo, essa forma de capitalismo colonial está condenada, bem como as camadas sociais que dela dependem. Clássico é o exemplo argelino, onde os colonos se opuseram *in extremis* à formação de uma burguesia autóctone que, por dependência direta do capitalismo internacional, ocasionasse o neocolonialismo. Os colonos tentaram colocar no

poder, em Paris, um governo que defendesse seus interesses. Pensaram que De Gaulle fosse, em 1958, o seu representante. A estratégia francesa, entretanto, obrigada pela luta de libertação argelina, ditava o sacrifício do velho capitalismo agrário colonial em benefício do grande capital francês integrado no Mercado Comum Europeu. Este se mostrava mais interessado numa via neocolonialista para a Argélia, coisa que foi, no entanto, em grande parte frustrada pela ação da Frente de Libertação Nacional.

Nas colônias de exploração, a presença do colonizador manifesta-se essencialmente por meio de um enquadramento militar e policial e de uma estrutura administrativa de cúpula. O número de colonos nelas instalado é pequeno, insuficiente para aí desempenhar um papel político de caráter autonomista. Os europeus não se apropriam substancialmente das terras dos africanos, em mãos de quem permanece a maior parte da produção agrícola, inclusive a de exportação.⁷ Assim sendo, os colonos não têm interesses divergentes dos da metrópole. Dela dependem inteiramente por serem, em sua maioria, funcionários do governo ou das grandes companhias coloniais. Não se enraízam na colônia. Cumprem um contrato temporário e geralmente voltam para a metrópole ou circulam por outros territórios do "Ultramar".

Dois tipos básicos de administração são praticados: a indireta e a direta. Frequentemente há uma associação dos dois métodos. Na administração indireta (*indirect rule*), a potência colonial exerce a autoridade, utilizando-se dos governos autóctones anteriormente subjugados pela força militar. Essa utilização tem uma amplitude diretamente proporcional ao nível de complexidade do aparelho estatal africano e ao grau de aliança com subordinação que os chefes tradicionais autóctones estabelecem com o poder colonial. Através dessa aliança/subordinação eles podem continuar usufruindo da exploração de sua massa camponesa pela apropriação de um excedente desta transformado em tributo. Só que no colonialismo esse tributo é aumentado, e a maior parte dele vai parar nas mãos do colonizador. A classe dominante africana perde, portanto, não só a sua autonomia política como a econômica. No campo político, ela passa a estar a serviço do colonialismo, assegurando a manutenção da nova ordem e executando as tarefas mais árduas da administração colonial, como a cobrança de impostos. No campo econômico, cabe à classe dominante africana orientar a produção camponesa para uma agricultura de exportação que interesse aos europeus (cacau, café, amendoim etc.), em prejuízo da agricultura de subsistência e troca interna.

Na administração direta, praticada nas colônias de povoamento (e, em grande medida, em co-

lônias francesas, portuguesas e belgas da África Negra), as forças coloniais exercem a autoridade diretamente sobre as populações locais, valendo-se contudo, no interior do país, de pequenos chefes africanos. Estes, quando não se submetem inteiramente ao colonialismo, são substituídos por outros nomeados pela administração europeia.

O processo de descolonização das colônias de exploração, particularmente aquelas de administração indireta, embora submetido a pressões políticas frequentemente violentas, desenrolou-se de um modo geral sem a realização de uma guerra de independência. A burocracia e a burguesia autóctones assumiram o poder político através de um processo de crescente autonomia até a independência, mantendo-se, em graus diferentes segundo cada país, os laços de dependência que caracterizam o neocolonialismo. Já o processo de descolonização nas colônias de povoamento, em especial nas de forte minoria europeia, é marcado por uma guerra de independência assumida como luta de libertação anticolonialista. É o caso da Argélia, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. As independências obtidas sob controle das minorias brancas — como a África do Sul e a Rodésia (futuro Zimbábwe), não esgotam o processo de descolonização, tendo esta última já iniciado sua luta de libertação, tal como a Namíbia, sob ocupação ilegal da África do Sul. No caso do Quênia, colônia inglesa de povoamento, o encaminhamento para uma "independência branca" foi sustado, ainda na década de 1950, pela chamada "guerra dos Mau-Mau". A passagem do poder para a maioria negra foi realizada com a independência em 1963.

1.4. As estruturas econômicas

"É em torno da economia que se organizam as relações estruturais que definem o sistema colonial".⁸ A economia é controlada pela metrópole que a põe ao abrigo da concorrência dos demais países capitalistas. Trata-se de uma economia complementar, dirigida para a produção de matérias-primas agrícolas e minerais destinadas à exportação para a metrópole. É especializada, na medida em que a produção agrícola se orienta para a monocultura. Nesse sentido, como escrevia Nkrumah, ao se referir a Gana, "os camponeses foram obrigados a concentrar-se na cultura do cacau, em prejuízo da cultura de produtos alimentícios para subsistência e troca regional. No entanto, o estímulo à monocultura não se faz acompanhar de preços estáveis. Fixados pelos europeus, que controlavam o grande comércio, baixavam continuamente, enquanto se elevavam os preços não só dos produtos manufaturados, tornados necessários a partir do colonialismo, como outros que passaram a ser in-

dispensáveis devido às limitações à produção diversificada impostas pela monocultura.⁹

A introdução da economia colonial na África efetiva a desestruturação dos modos de produção existentes, ao implantar relações capitalistas de produção através de mecanismos econômicos e extra-econômicos.¹⁰ Estes, de caráter coercitivo, são necessários na medida em que os africanos possuem, de forma coletiva, a propriedade e/ou a posse¹¹ do meio de produção principal — a terra. Torna-se, então, forçoso obrigá-los a entrar de um modo generalizado na economia monetária. Vários mecanismos são utilizados para isso: introdução do estatuto de propriedade privada da terra, o imposto indígena, o cultivo forçado e, principalmente, o trabalho forçado.

O primeiro agente dessa monetarização é o imposto indígena, que deve ser pago em espécie e não *in natura*. Obriga-se assim o camponês a sair da economia tradicional e vender a força de trabalho, para que obtenha a quantia necessária ao pagamento do imposto. Este instrumento torna-se mais premente quando utilizado nas colônias ou em áreas onde os autóctones não foram expulsos, quer por meios militares quer pela instituição da propriedade privada — que praticamente os obrigava a vender aos europeus (ou a perder o direito por falta de registro) as melhores terras. A finalidade deste e demais impostos não é propriamente a criação de uma fonte de renda, mas, sobretudo, o modo de se obter mão-de-obra disponível para o trabalho nas fazendas e nas minas. Ao constatar ser o imposto insuficiente para o deslocamento maciço de mão-de-obra para a economia capitalista, o colonialismo cria o trabalho forçado, com amplo recrutamento. Deste modo, os africanos são obrigados, em pelo menos substancial parte do ano, a trabalhar para os europeus, inclusive nas obras de infra-estrutura (portos, estradas, edifícios da administração etc.). O cultivo forçado — dispositivo muito usado nas colônias portuguesas — ocorre especialmente quando, na incapacidade ou na inoportunidade de criar *plantation*, a administração colonial obriga certas comunidades africanas a cultivarem, de forma monocultora, produtos de exportação cujo preço e comercialização ficam a cargo de companhias concessionárias monopolistas.

A economia colonial é essencialmente destrutiva, predatória de recursos humanos e naturais, não se preocupando com a renovação dos fatores de produção. É uma economia típica do período de acumulação primitiva do capitalismo. Utilizando baixa tecnologia e pequena inversão de capital (com relativa exceção para o setor mineiro), ela visa extensiva e predatoriamente a terra e não se preocupa com a manutenção em bom esta-

do da força de trabalho dos africanos. Pode-se dizer que um escravo teria melhor tratamento pois é um capital a preservar, enquanto um africano submetido a trabalho forçado é trocado por outro, quase sem despesa, tão logo as más condições de saúde o incapacitem para sua tarefa. Ele volta então para a economia tradicional, onde procura se recuperar, sem onerar o capitalismo colonial. Compreende-se assim porque o colonialismo desestrutura as formações sociais pré-capitalistas sem procurar extingui-las. Além de reserva de renovação constante de mão-de-obra, elas desempenham também um papel "previdenciário" gratuito para o sistema capitalista.¹²

A exploração colonial, pelos efeitos que produz, tem seus limites crescentemente estreitados. Mesmo o caráter econômico desses limites é determinado sobretudo pelos atos políticos de resistência e luta dos colonizados. Isto é: a coerção e a superexploração empregadas geram revoltas e exigem um aparelho repressor cada vez mais oneroso, instigador por sua vez de maiores revoltas. Por outro lado, o caráter primitivo das relações de produção coloniais não mais satisfazem às necessidades de um capitalismo progressivamente monopolista e internacionalizado. São necessários novos investimentos que não estão mais ao alcance de empresas coloniais de âmbito quase familiar ou até mesmo de empresas restritas a uma metrópole.¹³ É preciso a ação de um colonialismo coletivo, financiado por trustes — as atuais multinacionais — principalmente para grandes obras de infra-estrutura e exploração mineira sofisticadas. O rendimento de uma mão-de-obra sujeita a trabalho forçado e a emprego sazonal é baixo e defazado do nível de exigências de um capitalismo que começa a implantar nas colônias certos tipos de indústrias. A resposta capitalista às lutas anticoloniais se dará através de reajustes políticos que tentarão estabelecer um novo tipo de dependência: a neocolonial.

1.5. As ideologias do colonialismo

O colonialismo, além de subjugação política e econômica, exerce igualmente uma dominação cultural europocêntrica.¹³ Ele pressupõe a crença numa só cultura, cuja validade e ápice encontram-se na civilização européia ocidental. A expansão da Europa, com a ocupação da Ásia e, em especial, da África, fez-se acompanhar de uma reelaboração teórica do que passou a se chamar Ciências Sociais, entre as quais a Antropologia. Esta, segundo Lévi-Strauss, nasceu com a colonização, estabeleceu com ela relações estreitas.¹⁴

Aqui, pretende-se chamar a atenção para duas escolas antropológicas que constituíram as bases ideológicas mais fortes do colonialismo — dado o caráter de cientificidade que pretenderam ter: o evolucionismo e o funcionalismo.

A Antropologia tem a sua grande retomada a partir da década de 1860, e é nos vinte anos seguintes que irão aparecer as grandes obras da escola evolucionista (*Primitive Society*, de Tylor, em 1871, e *Ancient Society*, de Morgan, em 1877). Essa é a época do início do colonialismo contemporâneo, não sendo portanto de estranhar a vinculação entre a escola evolucionista e a ideologia colonial.

O evolucionismo é o herdeiro do racionalismo do século XVIII — “o século das luzes”. Enquanto o racionalismo iluminista vê as sociedades como modos determinantes de combinar ideais (natureza e cultura), o evolucionismo observa especialmente nessas sociedades a questão da produção material. Toda e qualquer sociedade é reduzida a um estágio de evolução técnico-econômica: a passagem da brutalidade animal à selvageria, desta à barbárie, e, finalmente, da barbárie à civilização.

Dessa evolução linear resultam duas consequências para a ideologia colonial que podem ser sintetizadas nas seguintes afirmações de Tylor: “A história da raça humana é uma na sua origem, uma no seu progresso”, de onde conclui: “Enquanto sobrevivência [de um estágio anterior], enquanto racionalidades mortas, as culturas primitivas eliminam-se teoricamente, na análise. Elas devem ser abolidas praticamente, realmente na vida efetiva. Devem ser suprimidas em razão da sua conexão com as fases anteriores da história intelectual do mundo.” O colonialismo foi o executante histórico dessa tarefa, principalmente mediante o genocídio praticado em grandes contingentes populacionais da Ásia e da África, sobretudo na fase de ocupação desses contingentes.

O darwinismo, por seu turno, fornece outro instrumento à ideologia colonial, ao afirmar que a evolução se fundamenta num processo competitivo na luta pela vida, que tem como consequência a sobrevivência dos mais fortes (seleção natural das espécies). É o chamado darwinismo social, integrado na “biologização” que sofre na época as ciências sociais. Bem servido ideologicamente, o colonialismo irá contudo necessitar de um maior apoio da Antropologia. É o que vai ocorrer, a partir da década de 1930, com o funcionalismo, escola antropológica então dominante. Não se trata mais de justificar teórica e moralmente a dizimação de populações e culturas — como no tempo da ocupação —, mas de compreendê-las para, utilizando as suas estruturas, poder-se processar a colonização, em particular a de administração indireta.

Não se pretende aqui analisar o funcionalismo no que ele teve de mudança de comportamento metodológico em relação ao evolucionismo (o trabalho de campo, o “distanciamento” do antropólogo de sua própria cultura para melhor compreender uma outra, os novos conceitos de sistema e

função etc.), nem desconhecer o fato de que os fundadores dessa escola, Bronislaw Malinowski e A. R. Radcliffe Brown, se mantiveram inicialmente desligados da administração colonial. Pretende-se tão-somente chamar a atenção para as relações estabelecidas entre o funcionalismo e o colonialismo. Aliás, essas relações não são abordadas pelo funcionalismo, que não se ocupa do colonialismo, antes procura colocá-lo fora de seu campo de discussão. Critica o evolucionismo pelos seus absurdos teóricos, sem caracterizá-lo como ideologia intrinsecamente ligada ao colonialismo. Na literatura funcionalista, o colonialismo fica esca-moteado por noções como “choque cultural”, “mudança social” e “aculturação”, sendo esta a palavra-chave que pretende explicar a realidade colonial.¹⁴

A colonização, como realidade dinâmica, requer uma prática sempre renovada e politicamente conduzida. Será a Antropologia funcionalista que dará substância teórica à administração colonial, sobretudo a de tipo indireta, tão praticada pelos ingleses na África Ocidental e que teve em Lorde Lugard — governador da Nigéria — o seu maior expoente.¹⁵

Se realçamos as ligações da Antropologia com o colonialismo (e se poderia fazer isso em relação a outras ciências sociais), é porque a história das várias escolas dessa disciplina e suas ideologias correspondentes são ainda estudadas entre nós, de um modo geral, sem a devida articulação com as sociedades em que foram produzidas. Atualmente se assiste a uma descolonização da Antropologia, na qual autores como M. Godelier, J. Copans, C. Meillassoux e outros desenvolvem uma crítica profunda às tendências clássicas, abrindo novos caminhos de pesquisa e reflexão.¹⁶

2. RACISMO

2.1. Racismo, ideologia orgânica do colonialismo

“O racismo resume e simboliza a relação fundamental que une o colonizado e o colonizador”, afirma Albert Memmi.¹⁷ É a ideologia-chave, organizadora, do colonialismo. Não há colonialismo sem racismo. Aliás, toda forma de dominação tem articulada a si uma ideologia que procura justificá-la, que pretende torná-la irremediável, isto é, dentro do curso “natural” da vida. Mas se não há colonialismo sem racismo, isto não significa que, terminada a dependência colonial direta, a ideologia racista deixe de existir. A descolonização não se esgota no campo político e nem mesmo no econômico. Se a independência de um colônia não vai muito além da passagem do bastão da gerência administrativa do país para uma classe dirigente autóctone mantenedora das estruturas básicas ante-

riores (mesmo que africanize todos os seus quadros) e com elas os aparelhos ideológicos reprodutores, entre outras coisas, do racismo — este, naturalmente, persistirá, mesmo que os seus agentes diretos — os colonizadores — não estejam tão presentes como antes. O racismo não vitima somente os povos colonizados, mas também e de forma persistente, ainda que por vezes mascarada, todos aqueles que estão submetidos a formas de dominação que utilizam o mito racial. Limitemo-nos contudo, por hora, às relações entre colonialismo e racismo.

A história de vezo europocêntrico pretende fazer-nos crer que o racismo é um fenômeno que, através dos tempos, tem vitimado os “povos de cor”. Aceitar isto seria considerar o racismo como a-histórico, atemporal. Diria um ingênuo: “sempre existiu; logo, sempre existirá”. Senghor lembra que “o racismo — etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias — não tem mais de quatro séculos”.¹⁸ Nasce com a expansão européia, da qual deriva o tráfico escravo. A noção de raça — imprecisa e inoperacional¹⁹ — é, portanto, uma noção moderna. Pode-se afirmar, de modo geral, que não havia preconceito racial antes do século XV, uma vez que até essa época as ideologias de dominação não tomavam como justificativa a raça (ou o mito racial), mas divergências culturais ligadas sobretudo às diferenças de religião: “fiéis” contra “pagãos”; cristãos contra muçulmanos, ou contra judeus, por exemplo.²⁰ Ao tempo das grandes descobertas, navegadores dos séculos XV e XVI legaram relatos isentos de preconceito racial: “Os negros são belos, assim como os índios e os indianos, sem falar dos chineses”.²¹

O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência européia a serviço da dominação sobre a América, África e Ásia. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o estatuto de teoria após a revolução industrial européia. Aimé Césaire, em seu *Discurso sobre o Colonialismo*, escrito no imediato do pós-guerra, salienta que Cortez e Pizarro pilhavam e matavam na conquista da América, mas que nunca afirmaram “ser mandatários de uma ordem superior”. E resalta: “os hipócritas só vieram mais tarde”, ou seja, com a ocupação colonial nascida do capitalismo. Acrescenta ainda que “neste campo o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter proposto as equações desonestas: cristianismo = civilização e paganismo = selvageria, às quais só poderiam seguir-se as abomináveis conseqüências coloniais e racistas que vitimaram Índios, Amarelos e Negros”.²²

As relações entre o racismo e a ciência podem conduzir a um engodo para o qual são atraídos muitos idealistas: o de pensar-se que a ciência contemporânea, ao desmistificar o racismo na teoria, possa ser a principal responsável pela sua eli-

minação na prática, dentro de uma concepção positivista do “progresso da humanidade”. Ou mesmo de crer-se que a “modernização” do Terceiro Mundo, efetuada pelo capitalismo, se faça naturalmente acompanhar da eliminação dos comportamentos racistas herdados do colonialismo. Para contrariar essa hipótese basta lembrar o exemplo da África do Sul. Sendo o pólo mais desenvolvido do capitalismo no continente africano, ela é, ao mesmo tempo, o campo da prática racista mais exacerbada: o *apartheid* — o racismo erigido em lei.

A eliminação do racismo não pode ser tarefa imputada prioritariamente à ciência contemporânea, por mais ilibada que esta se apresente das concepções europocêntricas. Tarefa eminentemente política, ela vem sendo conduzida pelas próprias vítimas do racismo, sejam povos colonizados ou neocolonizados da África, Ásia e América ou minorias oprimidas em qualquer parte do mundo. O combate ao racismo dá-se no interior da luta social — onde está a sua origem — e não somente nos campos econômicos e jurídico-político, mas sobretudo, e permanentemente, na instância ideológica através do processo de descolonização cultural.²³ Nesse processo se torna necessária a transformação de aparelhos ideológicos que reproduzem — por determinação de uma estratégia política superior — não apenas o racismo como outras ideologias de dominação, tais como o machismo, o desenvolvimentismo-consumismo, o burocratismo e outras formas de autoritarismo. Os exemplos mais evidentes de aparelhos ideológicos a serem estruturalmente transformados são o sistema de ensino e o de comunicação social. Há países que passaram por profundas transformações políticas e econômicas (de tipo socialista, por exemplo) e onde, no entanto, persistem o racismo e outras ideologias de dominação. Os seus aparelhos ideológicos foram reformados, melhor dizendo, adequados, mas no fundo mantêm as mesmas estruturas que possuíam no regime anterior. A persistência e a autonomia relativa das estruturas ideológicas face às de tipo político e econômico levam à necessidade de uma descolonização cultural profunda. No caso do racismo, a sua relação biológica — a cor da pele, por exemplo — acarreta uma marca indelével que impede a escamoteação do conflito racial.

2.2. Características da atitude racista

Considerado como um conjunto de condutas, de reflexos adquiridos, exercidos desde a primeira infância através da família, da escola e da prática social em geral, o racismo, segundo Memmi, “está tão espontaneamente incorporado aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da

personalidade colonialista".²⁴ Ele se torna indispensável ao colonizador para explicar e justificar a exploração não só ao colonizado como também a si mesmo, devido à necessidade de se tranquilizar moralmente. É indispensável, acima de tudo, para manter o sistema de exploração e, nele, o seu lugar de privilégio. Nos "pequenos brancos" a atitude racista é freqüentemente mais exacerbada, porque esse lugar de privilégio pode, em certas situações, correr o risco de, na competição econômica, ser dividido com certas camadas autóctones.

Para analisar a atitude racista, Memmi destaca nela três elementos importantes: primeiro, procura-se descobrir e pôr em evidência diferenças — reais ou imaginárias — entre o colonizador e o colonizado; depois, *valoriza-se* essas diferenças em proveito do colonizador e em detrimento do colonizado; finalmente, essas diferenças são levadas ao *absoluto*, isto é, afirma-se que elas são definitivas, e é no sentido de torná-las como tal que a prática colonial-racista é exercida.

Estabelecer diferenças culturais entre povos não é, em si, uma atitude racista. Tais diferenças provêm da diversidade de processos históricos e sociais. Contudo, a estratégia do racismo, ao estabelecer diferenças entre colonizador e colonizado e valorizar essas diferenças em constante detrimento deste, é pretender colocá-lo fora da comunidade ou mesmo da *humanidade*, pois que o colonizado não seria portador de caracteres essenciais da *pessoa* humana, só encontrados na sua plenitude no europeu. A continuidade dessa estratégia está em pretender transformar diferenças culturais em diferenças genéticas imutáveis ou, no máximo, passíveis de evolução a longuíssimo prazo. Ora, uma diferença cultural separada da história torna-se metafísica e se transformaria, pela estratégia racista, numa *deficiência essencial* do colonizado. Ao mesmo tempo, as diferenças culturais, consideradas como deficiências intrínsecas ao colonizado, são generalizadas, coletivizadas: "todos *eles* são assim". Claro, não se está esquecendo aqui o exemplo clássico do "colonizado-amigo", a quem paternalisticamente se diz: "Você é um preto (ou árabe, ou . . . etc.) diferente". Com essa afirmação se exige, em reciprocidade, a gratidão do colonizado. Esta exigência é a marca registrada do paternalismo (forma de racismo bem atuante, por sinal, na sociedade brasileira).

Outro tipo de paternalismo pretende esquecer as *diferenças*, pensando com isso diminuir — ou mascarar — o conflito racial. Esse comportamento estende-se àqueles que se pretendem anti-racistas, por se considerarem numa posição ideológica de "esquerda". A questão não é negar as diferenças mas assumi-las e verificar que, entre os homens, as diferenças culturais, como outras, são efeitos históricos reais e, como tal, não são nocivas nem es-

candalosas. Também é ingênuo pensar que se torna indispensável convencer os racistas a deixarem de sê-lo para que se atinja uma nova ordem social. Esta deve ser conquistada apesar da permanência de pessoas racistas. Basta que, como resultado de uma luta política específica, sejam implementadas medidas concretas que impeçam os racistas de fazerem prevalecer, na prática social, os seus preconceitos. Porém, como foi anteriormente referido, a solução da totalidade do problema remete a uma questão social mais ampla.

3. DESCOLONIZAÇÃO

3.1. As duas vertentes da descolonização: a luta pela libertação nacional e o neocolonialismo

A descolonização pode ser descrita como um processo histórico, primordialmente político, ocorrido em especial após a Segunda Guerra Mundial, e que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias européias situadas na Ásia e na África. Teve seu ritmo regulado quer pelas formas de luta dos povos colonizados na conquista de sua independência, quer pela política de "concessões" de autonomia, diferente segundo a potência colonizadora e, sobretudo, a especificidade de cada território. Deu-se, de um modo geral, por sucessivas etapas de crescente autonomia interna das colônias, processo de que provieram a *Commonwealth* (Comunidade das Nações), sob égide britânica, e as transições União Francesa e Comunidade Francesa.²⁵

Para Nate Roy, socialista indiano, o conceito de descolonização, por ele utilizado já em 1927, representa o conjunto de concessões feitas pelo colonialismo inglês à burguesia indiana. Esta classe, assim favorecida, perderia todo o seu caráter revolucionário e passaria a fazer parte do sistema capitalista na Índia, do qual ela assumiria a gestão. Roy considerava a descolonização — tal como se pronunciava em seu país naquela época — como uma manobra de recuperação pelas potências coloniais das lutas conduzidas pelos povos colonizados, visando a sua independência. Tal recuperação só poderia ser feita com a cumplicidade ativa das burguesias nacionais.²⁶

Em Frantz Fanon, psiquiatra nascido na Martinica mas engajado na guerra de independência da Argélia, o conceito de descolonização tem um outro sentido: "Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, *Commonwealth*, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento, (...) é simplesmente a substituição de uma 'espécie' de homens por outra 'espécie' de homens".²⁷ Ela só se completa, portanto, com a criação de homens

novos que tenham vomitado a ideologia colonial. Esse processo, de estratégia cultural (ou mental), não poderia passar por nenhum tipo de colaboração entre colonizado e colonizador.

Segundo Jean Chesneaux, a descolonização tem sido usada como último refúgio de uma visão europocêntrica da História. A descolonização não é simétrica da colonização; o motor desta última esteve na Europa, mas o da descolonização está no mundo colonial.²⁸

A descolonização apresenta-se historicamente em duas vertentes simultâneas: a luta dos povos colonizados pela sua libertação e desenvolvimento social e a política de "concessões", de manobras de estratégia neocolonialista, feita pelas grandes potências com a cumplicidade das burguesias e burocracias autóctones. A predominância de uma ou de outra das vertentes só pode ser analisada no concreto da conjuntura histórica de cada país. A conquista da independência após uma luta armada, ou a obtenção dela através de pressões políticas que desaguam em negociações, não é um indicador absoluto de que o país enveredou, no primeiro caso por uma via socializante, e no segundo pelo neocolonialismo. No processo de descolonização, ainda em marcha, tem havido avanços e recuos. A Tanzânia, por exemplo, conquistou a sua independência, em 1961, sem luta armada, iniciando um processo que nos primeiros anos não indicava a opção socialista, que só viria a se manifestar em 1967. As lutas armadas de libertação, iniciadas após o auge das descolonizações negociadas ocorrido em 1960 — "ano da África" —, centraram-se na África Austral. Elas apresentam como primeiros resultados as independências das colônias portuguesas,²⁹ onde foram marcadas por projetos de profundas transformações sociais. Algumas dessas transformações, encetadas durante a guerra nas regiões libertadas, se traduziram numa participação efetiva em decisões do Partido, que à época da luta representava o Estado emergente. O cunho marxista-leninista exibido pelos governos de Angola e Moçambique após a independência carece de uma análise mais demorada que não se restrinja à caracterização desses governos como autoritários, jacobinistas e messiânicos. Ela deve-se estender ao tipo de herança colonial, à estrutura de classes desenvolvida com a dependência específica das suas economias no contexto da África Austral — área privilegiada na disputa das potências hegemônicas e onde a África do Sul tem uma influência marcante.³⁰

Retornando ao exame geral da descolonização, verifica-se que ela resultou da "avalanche dos povos de cor" (designação literária da luta anticolonial) e teve como resposta uma reorganização do capitalismo no sentido de uma passagem (ou tentativa de passagem) do colonialismo para o neocolonialismo. A "avalanche" correspondeu

uma redefinição de certas classes sociais na Ásia e na África, além do surgimento nesses contingentes da burguesia e do proletariado. Na sua implantação, o colonialismo combateu as camadas comerciais, o artesanato e a manufatura locais; destruiu ou, na maior parte das vezes, subordinou as aristocracias autóctones. Com o desenvolvimento da exploração colonial e as novas exigências do capitalismo, este deslocou ou ampliou seu sistema de alianças: dos chefes tradicionais para a burguesia comercial e, especialmente, para a burocracia, a partir da necessidade crescente de gerentes e administradores autóctones.

Tem, então, papel importante a *intelligentzia* asiática e africana. Grande parte dela absorveu, na sua formação universitária e política feita no exterior, as idéias revolucionárias e as técnicas euro-americanas. Passou a organizar a contestação ao poder colonial, levada a efeito de forma cada vez mais ameaçadora pelos assalariados urbanos e massa rural. A *intelligentzia* afro-asiática reelaborou o pensamento revolucionário da época, produzindo ideologias e programas políticos assentados na realidade de seus países e num passado histórico referenciado como instrumento de luta. Não obstante, das fileiras dessa *intelligentzia* saíram igualmente os quadros requisitados pelo neocolonialismo. Com este, são ultrapassados os parâmetros da exploração colonial clássica, que é substituída pela ação dos trustes, capazes de maiores investimentos e voltados mais para a exploração de minérios que para a de produtos agrícolas tropicais. Da África do solo passa-se a privilegiar a África do subsolo. Tal mudança acompanha a transformação operada no campo internacional, onde após a Segunda Guerra Mundial houve um enfraquecimento das potências européias e o predomínio das duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética.

3.2. As políticas metropolitanas de descolonização

"A política colonial deve ser objetiva, baseada nos fatos, portanto variada, porque os países diferem. Há, por conseqüência, várias políticas coloniais",³¹ afirmava Delafosse, teórico da colonização francesa. Nenhuma delas se orientou deliberadamente para a emancipação dos povos coloniais.

A política inglesa, embora não sistematicamente assimilacionista, teve como resultado a implantação na África de instituições que, inicialmente, só tinham como representantes elementos das minorias brancas e alguns chefes autóctones nomeados. Nas colônias de exploração, certos postos administrativos foram sendo assumidos primeiro por chefes tradicionais, depois por africanos "notáveis" nomeados e, mais tarde, por africanos eleitos. Nas colônias de povoamento, as instituições políti-

cas locais — Conselho Executivo e Conselho Legislativo — eram ocupadas quase que exclusivamente por representantes das minorias brancas. A política do *self-government* era, para as colônias inglesas da África, uma meta por demais longínqua ou uma estratégia de transferência do poder para as minorias brancas, o que foi conseguido na África do Sul e Rodésia.

A política francesa utilizou desde o associacionismo (aplicado por Lyautey, no protetorado de Marrocos) até o “integracionismo”, segundo o qual a Argélia, por exemplo, era considerada um departamento — e não uma *colônia* — da França. O que predominava era o espírito assimilacionista, que pretendia produzir uma minoria de africanos afrancesados (“peles negras com máscaras brancas”, no dizer de Fanon³²).

Mais importante que a identificação das políticas coloniais de acordo com cada metrópole, é ter em consideração o tipo de colonização estabelecido no território, pois é ele que vai, fundamentalmente, ditar o método a ser aplicado. Nas colônias de exploração era utilizada, sobretudo pelos ingleses, a dominação indireta, sob a lei máxima de dividir para reinar; nas de povoamento, a fórmula de comportamento colonial poderia se resumir em: “bastante sujeição, muito pouca autonomia e uma gota de assimilação”.³³ A colonização portuguesa e a belga levavam esta fórmula às últimas consequências. Conquanto se deva ter em vista a especificidade de cada caso, ambas eram extremamente centralizadoras, e os órgãos locais, quando existentes, puramente consultivos. A lei do indigenato, também posta em prática pelos franceses, abrangia a quase totalidade da população, da qual eram subtraídos os africanos “assimilados” ou “evoluídos” — únicos com direito à cidadania.

3.3 As ideologias da luta anticolonial

As ideologias elaboradas pela *intelligentzia* afro-asiática se caracterizam por uma amplitude que tem correspondência direta com o caráter generalizante da dominação colonial. São ideologias que ultrapassam os estreitos limites do tribalismo e do regionalismo para se estenderem à dimensão continental (Asiatismo e Pan-africanismo da segunda fase), à religiosa de caráter universalista (o Renascimento Islâmico) ou à dimensão de uma etnia, com projeto político de forte e amplo suporte lingüístico e religioso (o Pan-arabismo), até a solidariedade racial/cultural (o Pan-africanismo da primeira fase e a Negritude) e à frente política intercontinental (o Afro-Asiatismo).

O caráter difuso dessas ideologias se deve à exigência de resposta à atuação globalizante do colonialismo e da mobilização, numa ampla frente política, de classes raciais autóctones, as mais di-

versas, cujos interesses específicos são divergentes. Na maior parte das vezes essas ideologias servirão, após as independências, para mascarar lutas sociais e justificar o controle político assumido pela *intelligentzia* quando esta, como burguesia e/ou burocracia, se apossa do Estado.

O Asiatismo. A presença européia na Ásia criou, entre populações divididas por religiões e etnias diversas, o sentimento de pertencerem a uma mesma comunidade na qual todos os esforços deveriam ser conjugados para uma melhoria política e social e cujo lema era: “A Ásia para os asiáticos”. De certa forma, pela subjugação, o colonialismo uniu povos diferentes e contribuiu para forjar uma ideologia nacional moderna. A vitória do Japão sobre a Rússia, em 1905, foi um acontecimento importante no desenvolvimento do Asiatismo. Ela foi a primeira guerra ganha por um povo de cor contra os brancos, no século XX, e difundiu a convicção de que os europeus podiam ser vencidos. Por outro lado, a vitória do moderno Estado japonês mostrou que a luta não poderia mais ser liderada pelas velhas classes dirigentes e nem visar o retorno às antigas instituições políticas. Líderes ocidentalizados foram ultrapassados, na época, por outros mais radicais, inconformados com o reformismo colonial.

A liderança japonesa foi substituída pela do Kuomintang, de Sun Yat-sen, partido nascido da república implantada na China em 1910 e que passou a servir de modelo de organização política moderna aos nacionalistas. O Asiatismo, na sua oposição ao Ocidente, era reforçado pelo ressentimento dos “evoluídos”, que, vindos das universidades da metrópole, não encontravam empregos e tinham que voltar a sujeitar-se ao estatuto colonial.

O Renascimento Islâmico e o Pan-arabismo. Iniciado no final do século XIX como movimento de renovação cultural, o Renascimento Islâmico — cujo foco de irradiação foi a Universidade de El-Azhar, no Cairo, criada no século X — se constituiu, após a Primeira Guerra Mundial, em instrumento de luta anticolonialista e fomentou o nacionalismo árabe nos países sob dominação européia (Oriente Médio e África do Norte).

O Pan-arabismo, expressão particular do pan-islamismo, tende a reunir todos os países de língua árabe e religião muçulmana em uma grande comunidade, cuja meta final seria a criação da “pátria árabe”. Sua primeira realização foi a fundação da Liga dos Estados Árabes, em 1945, sob o patrocínio do Egito.³⁴

O Pan-africanismo. A ideologia pan-africanista não nasceu na África. Surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência de uma origem co-

num entre os negros das Antilhas e dos Estados Unidos, envolvidos numa luta semelhante contra a violenta segregação racial que sofriam. Essa solidariedade difusa data da segunda metade do século XIX sem que, no entanto, tenha tido uma organização política capaz de instrumentá-la em todo o continente americano, permanecendo o combate ao racismo ligado à especificidade de cada país.

O termo pan-africanismo foi utilizado pela primeira vez por Sylvester Williams, advogado negro de Trinidad, durante uma conferência promovida por intelectuais negros em Londres, em 1900. Williams não enfatizava ainda a unificação da África, dividida pelas potências européias. Ele clamava contra a expropriação das terras dos sul-africanos negros pelos boêres e ingleses e reivindicava o direito dos negros à sua própria personalidade. Embora centrada no plano cultural, essa reivindicação ocasionará a organização do I Congresso Pan-africano, realizado em Paris, em 1919, sob a liderança de W. E. B. Du Bois.³⁴

Du Bois é considerado o pai do pan-africanismo. Opôs-se, nos Estados Unidos, tanto ao reformismo de Booker T. Washington, quanto ao "sionismo negro" retornista de Marcus Garvey. O primeiro condicionava a possibilidade de igualdade racial à melhoria de situação dos negros, de modo a poder competir com os brancos; o segundo, favorável a um retorno dos negros à África, fundou para isso uma companhia de navegação e, utilizando o seu grande poder carismático, mobilizou dezenas de milhares de negros.³⁵ Du Bois, por sua vez, foi o primeiro pan-africanista a expressar a convicção de que a unidade de luta dos negros americanos e antilhanos com os africanos deveria basear-se na compreensão de que a dominação que sofriam tinha uma mesma raiz: o capitalismo.³⁶ Ele foi o organizador dos cinco primeiros Congressos Pan-africanos: Paris, 1919; Londres, 1921; Londres e Lisboa, 1923; Nova York, 1927; e Manchester, 1945. Este se constituiu numa virada do pan-africanismo, que, de movimento cultural de intelectuais negros, sobretudo das Américas, passou a ser um instrumento de luta política pela independência da África, particularmente das colônias inglesas da África Ocidental.

O Congresso de Manchester propiciou o surgimento a nível internacional de uma nova liderança africana anticolonialista onde se destacavam: Kwame Nkrumah (Gana), Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahms (África do Sul) e George Padmore (Trinidad), este co-responsável com Nkrumah pelo secretariado do Congresso. Mais importante ainda é que a maioria dos participantes era de sindicalistas e estudantes africanos e não mais de intelectuais afro-americanos. "O pan-africanismo havia entrado numa nova fase — a da ação positiva. A eficácia dessa ação dependia do

grau de organização dos povos africanos. A organização é a chave que abre o caminho da liberdade. Sem o apoio efetivo do povo, os intelectuais ficam isolados e sem eficácia. Eis porque o V Congresso na sua "Declaração aos Colonizados", sublinhou a importância de formar uma frente unida entre os intelectuais, os operários e os camponeses na luta contra o colonialismo".³⁷ A declaração termina afirmando o direito de todos os povos coloniais de dirigir o seu próprio destino e a necessidade do fim da dominação imperialista, política e econômica.³⁸

Tornado instrumento de luta anticolonialista e programa visando a unidade africana — através da formação de federações regionais —, o pan-africanismo teve em Nkrumah o seu maior líder, tanto no plano da formulação teórica³⁹ quanto no da prática política. Neste sentido promove a união do seu país, Gana — independente em 1957 —, com a Guiné e, depois, com o Mali. Apesar da falência dessas uniões, Acra, capital ganesa, torna-se, até a derrubada de Nkrumah por um golpe militar, em 1966, a Meca africana dos movimentos de libertação.

A negritude. Formulada pela primeira vez pelo poeta e político antilhano Aimé Césaire,⁴⁰ a negritude teve em Léopold S. Senghor seu principal teórico: "Objetivamente, a negritude é um facto: uma cultura. É o conjunto dos valores — econômicos e políticos, intelectuais e morais, artísticos e sociais — não somente dos povos da África Negra mas também das minorias negras da América e, inclusive, da Ásia e Oceania (. . .). É, em suma, a tarefa a que se propuseram os militantes da negritude: assumir os valores da civilização do mundo negro, atualizá-los e fecundá-los, quando necessário, com as contribuições estrangeiras, para vivê-los em si e para si, mas também para fazê-los viver por e para os Outros, levando assim a contribuição dos novos Negros à *Civilização do Universal*."⁴¹

Tendo como principal foco de irradiação a revista *Présence Africaine* — criada em Paris, em 1947, por intelectuais negros preocupados em descolonizar o estudo da história africana, deformada pelo colonialismo — a negritude constituiu, especialmente nas colônias francesas, a expressão cultural do pan-africanismo. Noção polêmica, ela é rejeitada atualmente por Césaire: "Senghor e eu inventamos e demos conteúdo ao conceito e ao movimento da negritude. Mas meu amigo Senghor e eu não estamos mais de acordo sobre a sua noção e a sua prática. Ele parece ter feito dela uma metafísica".⁴² Tal afirmação está ligada ao idealismo histórico que marca a negritude, quando esta pressupõe culturas raciais ou continentais.⁴³ Amílcar Cabral, líder da luta pela independência da Guiné-Bissau, observa: "Sem pretender minimizar a im-

portância de tais teorias e 'movimentos', que devem ser entendidos como tentativas, bem ou mal sucedidas, de encontrar uma identidade e como meios de contestação da dominação estrangeira, podemos, em todo caso, afirmar que uma análise objetiva da realidade cultural conduz à negação da existência de culturas raciais ou continentais. Em primeiro lugar, porque a cultura, como a história, é um fenômeno em expansão intimamente ligado à realidade econômica e social do meio, ao nível das forças produtivas e aos métodos de produção da sociedade que a criou. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento da cultura se produz de forma desigual, tanto em um continente quanto em uma "raça" e até em uma sociedade. As coordenadas da cultura, como as de todo o fenômeno em desenvolvimento, variam no espaço e no tempo, tanto em seu sentido material (espaço e tempo físicos) quanto humano (biológicos e sociológicos)".⁴⁴

O afro-asiatismo. Tendo como objetivo a cooperação na solução de problemas comuns e a luta conjunta contra o colonialismo e o racismo, o movimento afro-asiático caracterizou-se também pelo neutralismo em relação à política de formação de blocos das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética. O afro-asiatismo passou a desenvolver a sua ação nas assembleias das Nações Unidas e através de conferências, das quais a mais importante foi a de Bandung, realizada na Indonésia, em abril de 1955, e que reuniu 29 países dos dois continentes. Essa conferência marcou a entrada dos povos do Terceiro Mundo no cenário internacional. O "espírito de Bandung" — paz e promoção social dentro da igualdade de direitos —, presente também nas conferências afro-asiáticas do Cairo (1957) e de Acra (1958), contribuiu substancialmente para acelerar o processo de descolonização.⁴⁵

NOTAS

1. O que se segue são comentários de introdução ao estudo do colonialismo, do racismo e da descolonização extraídos de textos do autor para cursos no CEEA. São pontos de referência que pretendem contribuir para uma descolonização do estudo da História e que terão desenvolvimento em livro a ser publicado no próximo ano.
2. Jean Ganiage, *L'expansion coloniale et les rivalités internationales — tome I*, (Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1975), p. 14.
3. Catherine Coquery-Vidrovitch, "De l'impérialisme ancien à l'impérialisme moderne: l'avatar colonial", *Sociologie de l'impérialisme*, edição organizada por A. Abel-Malek, (Paris: Anthropos, 1971), p. 91-7.
4. Williams da Silva Gonçalves, *Colonialismo e descolonização* (Rio de Janeiro: mimeografado, 1978), p. 4-10.
5. J. B. Duroselle, *Europa de 1815 a nossos dias*, (México: Fondo de Cultura Económica, 1969), p. 225.
6. Th. Munzer e G. Laplace, *L'Afrique recolonisée?* (Paris: *Les Cahiers du Centre d'Études Socialistes*, n.º 65-68, oct.-déc. 1966), p. 60-6.
7. Nas colônias de tipo misto e em algumas de exploração, a maior parte da agricultura de exportação se encontra em poder de companhias concessionárias que expropriam os africanos de suas terras e os utilizam como mão-de-obra assalariada.
8. Hildebert Isnard, *Géographie de la décolonization*, (Paris: Presses Universitaires de France, 1971), p. 63.
9. Kwame Nkrumah, *África debe unirse*, (Buenos Aires: Eudeba, 1965), p. 43-57.
10. Williams da Silva Gonçalves, id., p. 15-6.
11. O controle comunal ou familiar nas sociedades sem Estado; somente a posse nas sociedades de classes, onde a propriedade pertence ao soberano.
12. Samir Amin, *Impérialisme et sous-développement en Afrique*, (Paris: Anthropos, 1976), p. 41-3.
13. C. Coquery-Vidrovitch e H. Moniot, *L'Afrique Noire de 1800 à nos jours*, (Paris: PUF-Nouvelle Clio, 1974), p. 397.
14. Gérard Leclerc, *Anthropologie et colonialisme*, (Paris: Fayard, 1972), p. 38-143. As considerações expressas nesta *Antropologia* (Lisboa: Estampa, 1973). Ver também Kabengele Munanga, "A Antropologia e a colonização da África" in *Cadernos Candido Mendes — Estudos Afro-Asiáticos 1*, jan-abr. de 1978, Rio de Janeiro.
15. Uma crítica a essa postura é feita por George Balandier in "La notion de 'situation coloniale'", *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*, (Paris: PUF, 1971).
16. B. Malinowski, em *Practical Anthropology* (1929), dá uma contribuição à prática colonial da administração indireta, escrevendo: "A verdadeira diferença entre a administração direta e a administração indireta consiste no fato de que a primeira supõe que se pode criar, de um só golpe, uma ordem inteiramente nova; que se pode transformar os africanos em cidadãos pseudo-europeus e pseudo-civilizados em alguns anos. A administração indireta, ao contrário, reconhece que não se pode realizar nenhuma transformação desse tipo de maneira rápida e mágica; que, na realidade, todo o desenvolvimento social é bastante lento e que é infinitamente preferível realizá-lo por uma transformação lenta e gradual vinda do interior."
17. De Jean Copans, *Critiques et politiques de l'Anthropologie* (Paris: Maspero, 1974), e a organização e apresentação de: *Anthropologie et impérialisme* (Paris: Maspero, 1975). De Claude Meillassoux, além do trabalho clássico *Anthropologie Économique des Gouro de Côte d'Ivoire*, (Paris: Mouton, 1964), temos *Terrains et Théories* (Paris: Anthropos, 1977). Como crítica ao europocentrismo, ver R. R. Preiswerk e Dominique Perrot, *Ethnocentrisme et Histoire — l'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux*, (Paris: Anthropos, 1975).
18. Albert Memmi, *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967), p.68.
19. L. Senghor, A. Memmi et al., *Los racismos políticos*, (Barcelona: Nova Terra, 1968), p. 7.
20. Nações Unidas, *La discrimination raciale* — relatório de Hernán Santa-Cruz, (Nova York, 1971), p. 12.
21. Juan Comas, "Os mitos raciais", *Raça e Ciência I*, (São Paulo: Perspectiva, 1970), p. 14.
22. L. Senghor, A. Memmi et al., *op. cit.*, p. 7-10.

23. Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo*, (Porto: Cadernos para o Diálogo, 1971), p. 7-9.
24. Frantz Fanon, *Os condenados da terra*, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968), p. 26.
25. Alberto Memmi, "Ensayo de definición", *Los racismos políticos*, (Barcelona: Nova Terra, 1968), p. 73-85. Nesta parte do texto seguimos muito de perto este trabalho de Memmi.
26. Para melhor conhecimento do relato histórico da descolonização na Ásia e na África, vide o verbete "Descolonização", do autor, in *Enciclopédia Mirador Internacional*, (Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1975), tomo 7, p. 3231-4.
27. Alfredo Margarido, "La décolonization", *Les Dictionnaires du Savoir Moderne - L'Histoire, vol. 1*, (Paris: Danöel, 1971), p. 144-5.
28. Frantz Fanon, *op. cit.*, p. 25.
29. Jean Chesneaux, *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*, (São Paulo: Pioneira, 1976), p. 206.
30. Angola, Guiné-Bissau e Moçambique iniciaram a fase armada da luta de independência em 1961, 1963 e 1964, respectivamente, obtendo a independência em 1975, 1973 e 1975. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não tiveram luta armada nos seus territórios, ambos independentes em 1975. Rodésia do Sul (Zimbábwe) e Namíbia estão em luta armada pela independência. Na África do Sul, a luta contra o *apartheid* ainda não se traduz em conflito armado generalizado.
31. Nesse sentido, o autor está desenvolvendo, com Maria Helena de Oliveira Barbosa, o trabalho "A formação da ideologia nacional nas lideranças dos países africanos de expressão portuguesa".
32. Citado por Henri Grimal in *La Décolonization: 1919-1963*, (Paris: Armand Colin, 1965), p. 63. Esta obra é muito importante para o estudo do processo histórico da descolonização.
33. Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (Porto, Paisagem, s/d).
34. Henri Grimal, *op. cit.*, p. 64.
35. Philippe Decraene, *O pan-africanismo*, (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962), p. 13-21.
36. George Padmore, *Panafricanisme ou Communisme?* (Paris: Présence Africaine, 1960), p. 129-46. Vide também Adenkule Ajala, *Pan-Africanism - Evolution, Progress and Prospects*, (Londres: André Deutsch, 1973), p. 91-105.
37. William Edward Burghard Du Bois nasceu de uma família negra de classe média, em Massachusetts, em 1868, e morreu, com 95 anos, em Gana, em 1963. Diplomado em Economia e História pelas universidades de Fisk e Harvard, nos Estados Unidos, e em Sociologia pela Universidade de Berlim, na Alemanha, ele criou, em 1908, a NAACP - Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor - e foi o redator-chefe da revista *Crisis*, órgão da NAACP. Acusado pelo macarthismo de comunista, exilou-se em Gana. Ganhou o Prêmio Lênin da Paz, em 1959. Deixou uma obra de mais de 15 livros, escrita sobretudo entre 1896 e 1946, entre os quais: *The Souls of Black Folk* (1903), *Colour and Democracy* (1945) e *The World and Africa* (1946).
38. George Padmore, *op. cit.*, p. 181.
39. Yves Bénot, in *Idéologies des indépendances africaines*, (Paris: Maspero, 1972), p. 134-5, faz referência às críticas formuladas ao pan-africanismo pela Federação dos Estudantes da África Negra na França, em 1959, segundo as quais a luta não deve se situar ao nível das raças mas no de explorados contra exploradores. Essa crítica envolve a concepção de pan-africanismo de Padmore que o considerava como alternativa ao comunismo, uma vez que este seria uma ideologia nascida na convicção da superioridade branca e que manifestaria a crença de que o continente negro não poderia encontrar em si mesmo as forças destinadas a organizá-lo.
40. Entre as obras de Kwame Nkrumah sobre o pan-africanismo destacam-se: *The Autobiography of Kwame Nkrumah*, (Edimburgo: Thomas Nelson and Sons Ltd., 1957) e *Africa must unite*, (Londres: Heinemann, 1963).
41. A formulação está integrada no poema de Césaire "Cahier d'un retour au pays natal", publicado em Paris, na Revista *Volontés*, em 1938.
42. Léopold Sédar Senghor, "Problématique de la Négritude", *Colloque sur la Négritude*, (Paris: Présence Africaine, 1972), p. 15.
43. Pathé N'Diaye, "Vérités sur la négritude", *Partisans* n.º 65, maio-junho, (Paris: Maspero, 1972), p. 37.
44. Maria Carrilho, *Sociologia da Négritude*, (Lisboa: Edições 70, 1975), p. 195.
45. Amílcar Cabral, "O papel da cultura na luta pela independência", *O Correio*, Ano 2, n.º 1, janeiro de 1974, (Rio de Janeiro: Unesco), p. 12-20.
46. Vide Boutros-Ghali, *Le mouvement afro-asiatique* (Paris: Presses Universitaires de France, 1969).

SUMMARY

The author, in his introduction, observes that in Brazil the prevailing presence of cultural colonialism is largely responsible for the eurocentric viewpoint dominating Social Science studies. Consequently, the study of Asia and Africa is nearly inexistent in Brazilian Universities and the importance of the African participation in the formation of Brazilian nationalism is reduced to "folkloric and religious contributions".

Contemporary colonialism is analyzed within the context of capitalism, in its transition to the monopoly phase. Also studied are the various policies of colonial appropriation (settler and exploration colonies) and the forms of administration - direct and indirect. The latter in its turn involves an analysis of the alliances that colonialism established with traditional ruling African classes.

The study of colonialism also involves the question of Asian and African pre-capitalist social formations and the rise of capitalism made possible through a complex

linkage system. This transition, in economic terms, was obtained through coercive measures like indigenous taxation and forced work. The author notes that the transformation of the colonial economy (characterized by its complete dependence on the metropolitan economy) is only possible through the social struggles of the people of Asia and Africa.

In the ideological field the author demonstrates the close relations between evolutionism and functionalism with the different stages of colonial exploitation, and he portrays racism as the organizing ideology of colonialism. Racism, present in all forms of colonialism, does not automatically disappear with the end of colonialism. For an effective struggle against racism it is necessary that the struggle be led by the people and oppressed minorities and the ideological system responsible for the maintenance of racism (schools, media, etc.) must be radically transformed so as not to reproduce racism as well as other

ideologies of domination, for example, sexism, consumerism, etc.

Decolonization is seen by the author as a process involving two simultaneous optics: the struggle of the colonized people for their liberty and the metropolitan policies of "concessions" of independence through the granting of autonomy at various stages. These metropolitan

policies have as their objective neo-colonialism through the retention of various forms of economic and cultural dependence established with the complicity of the indigenous ruling classes.

The author concludes his article by a critical review of the various political ideologies used during the anti-colonial struggle, particularly Pan-Africanism.

RÉSUMÉ

L'auteur commence l'article en mettant en relief la présence au Brésil d'un colonialisme culturel, responsable de la vision eurocentrique présente dans l'étude des Sciences Humaines. C'est pourquoi, l'étude de l'Asie et de l'Afrique est presque inexistente dans les Universités Brésiliennes et l'importance capitale de la participation africaine dans la formation de l'identité brésilienne est réduite à des contributions "folkloriques ou religieuses".

Le Colonialisme contemporain est analysé dans le contexte du capitalisme, dans son passage vers une phase monopoliste; sont aussi étudiées les politiques d'appropriation coloniale (colonies de peuplement et colonies d'exploitation) et les méthodes d'administration directe et indirecte. Dans ce dernier cas sont détaillées les alliances, accompagnées de subordination, que le colonialisme établit avec les classes dirigeantes africaines traditionnelles.

L'étude du Colonialisme est intégrée dans la problématique de transition des formations sociales asiatiques et africaines pré-capitalistes dans le champ capitaliste, à travers un système complexe d'articulations. Ce passage, en termes économiques est effectué par l'intermédiaire de mécanismes coercitifs tels que l'impôt indigène et le travail forcé. L'auteur attire l'attention sur le fait que le dépassement de l'économie coloniale, marquée par sa dépendance complète de l'économie métropolitaine, seulement est provoqué par les luttes sociales des peuples d'Asie et d'Afrique.

En ce qui concerne l'idéologie, l'auteur établit les relations étroites de l'évolutionnisme et du fonctionnalisme avec différentes étapes de l'exploitation coloniale et présente le racisme comme une idéologie organisatrice du colonialisme. Le racisme, présent dans toutes les formes de colonialisme, ne disparaît pas pour autant avec lui. Pour combattre efficacement le racisme, il est nécessaire que le combat soit dirigé par les peuples et les minorités opprimés et que les appareils idéologiques responsables du maintien du racisme (l'école, les mass-média etc.) soient radicalement transformés de façon à ne plus reproduire, non seulement le racisme mais aussi d'autres idéologies de domination: le machisme, le bureaucratisme, le consumisme etc.

La décolonisation est montrée par l'auteur comme un processus à deux faces simultanées: la lutte des peuples coloniaux pour leur libération, et les politiques métropolitaines des "concessions" de l'indépendance à travers les étapes de l'autonomie croissante. Ces politiques métropolitaines ont pour objectif le néocolonialisme, avec le maintien de formes variées de dépendance économique et culturelle, établies avec la complicité des classes dirigeantes autochtones.

L'auteur termine par un aperçu critique des idéologies politiques diverses utilisées dans la lutte anti-coloniale, avec une remarque sur le panafricanisme.

QUATRO POETAS NEGROS BRASILEIROS

David Brookshaw*

Desde as primeiras investidas colonialistas de nações européias ligadas ao aparecimento da burguesia, a intelectualidade do velho continente tem periodicamente procurado entre não-europeus um símbolo através do qual pudesse ser demonstrada a nocividade de sua própria sociedade. Rousseau é o mais notável exemplo dessa tendência, e o seu *bon sauvage* — primitivo porém moralmente puro — veio a tocar profundamente a sensibilidade dos românticos ingleses e franceses do século XVIII. Mais tarde esta influência se estenderia à América Latina, onde o índio aparece na literatura de alguns dos países recém-independentes não apenas como um "bom selvagem", mas também como uma afirmação de nacionalismo.

Os movimentos de contestação poéticos mais recentes — nas Antilhas espanholas em torno do afro-americanismo de Palés Matos e Nicolás Guillén, e no Brasil em torno do Movimento Modernista — respondem a estímulos semelhantes vindos da Europa nos primeiros vinte anos do novecentos. A intelectualidade européia, entretanto, via já nos não-europeus não um ideal cristão, mas justamente o oposto — isto é, o exótico, o pagão, o selvagem. Perceberam os europeus haver encontrado, por exemplo, entre os africanos um ser cuja arte e ritual, impregnados de sensualidade e repassados de força vital, contrastava com as restrições da moral burguesa e com os valores materiais de uma civilização tecnológica, cujos propósitos foram questionados pelos horrores da Primeira Guerra Mundial. Dessa intelectualidade, a personalidade mais representativa da procura do exótico na África foi o poeta francês Blaise Cendrars, cuja influência, ao lado da *avant-garde* européia, repercutiria na América Latina, principalmente onde há significativa população negra: Antilhas, Brasil, Colômbia, Venezuela e até mesmo o Uruguai.¹ Nestes países, escritores — e em especial os poetas — começaram a experimentar a musicalidade das palavras afro-americanas, buscando incorporar o ritmo africano aos seus trabalhos, num esforço para fugir dos clichês poéticos do *establishment* literário. O afro-americanismo, porém — da mesma forma que o indianismo no século XIX —, evoluiu de uma resposta a um estímulo artístico europeu para uma expressão cultural nacionalista.

No Brasil, graças à fecunda ligação entre poetas inovadores do Modernismo, em São Paulo, e regionalistas do Nordeste, buscou-se alargar o conceito de uma expressão nacional com a incorporação de valores culturais afro-brasileiros, além de valores dos autóctones e dos brancos, numa espécie de neo-indianismo. Pela primeira vez uma identidade mestiça se anunciou no país como uma exigência de originalidade cultural. E, no entanto, quase todos os escritores que se diziam afro-brasileiros, nas décadas de 20 e 30, eram brancos.² Roger Bas-

* Doutor em Letras pela Universidade de Londres. Professor da Queen's University de Belfast.

tide interpretou este fato da personalidade étnica brasileira como uma variante branca local da "negritude" e que poderia ser mais apropriadamente chamada *mulatismo*.³

Contribuições de negros aos movimentos literários inovadores dos anos 20 e 30 primam pela ausência. Dizer que os negros e os mulatos — digamos, os afro-brasileiros — eram em sua maioria iletrados, é uma verdade apenas em seu sentido geral. Sempre existiu, admitindo-se como exceção e não como regra, afro-brasileiros que aspiravam alcançar os níveis da burguesia. A presença de uma imprensa negra na área de São Paulo, a partir de 1915, indica que havia não só um público negro leitor, mas também negros com pretensões literárias.⁴ Para se entender porque o Modernismo era destituído de representantes negros, deve-se antes situar tanto os modernistas quanto os negros letrados em seu contexto social.

O primitivismo dos modernistas era a expressão artística de membros das classes privilegiadas, ansiosos por dar um golpe mortal nos ideais parnasianos, tão caros ao *establishment*. Seu código de valores artísticos procurava se assentar em raízes populares, enfeixando tudo de que os negros letrados (e autodidatas), porta-vozes de uma incipiente pequena burguesia negra, estavam tentando se livrar. E de fato uma vista-de-olhos nos poemas publicados pela imprensa negra da época indica para onde se voltavam as aspirações do negro cidadão: ele, sem dúvida, apreciava e imitava as técnicas ditas pelo *establishment*, o sentimentalismo e a retórica parnasianos, contra as quais os modernistas reagiam.⁵

Se o negro urbano brasileiro da década de 20 fosse apenas afro-brasileiro pela pigmentação e pelos traços, eram precisamente estes fatores e sua associação com a escravidão que lhe interessava. Liberto da escravidão em 1888, o antigo escravo não havia sido preparado para a sua nova função de competidor no mercado de trabalho. Em São Paulo, onde muitos ex-escravos tinham-se estabelecido, os imigrantes europeus não só ocuparam totalmente o mercado de trabalho, mas também afastaram os negros de certas atividades, como o comércio tradicional e o artesanato. Ao mesmo tempo, os negros eram dispersados e vítimas de práticas discriminatórias que os marginalizavam quase de todo socialmente.

Em consequência, quando as primeiras vezes negras se fizeram ouvir através da imprensa, principalmente depois de 1924, não se achavam preocupadas com o privilégio de terem uma identidade cultural, e sim com o problema mais premente da injustiça social e da falta de solidariedade étnica e de classe entre os negros e os mulatos. Tinham como objetivo suscitar uma consciência de classe, a fim de despertar a disposição da massa da popula-

ção afro-brasileira como um todo e ensinar as técnicas de competição empregadas pelos imigrantes brancos. Mensagens e exortações com este fim apareciam com frequência nas colunas do jornal pioneiro *Clarim d'Alvorada*⁶ e, de forma mais velada, na poesia de Lino Guedes. Mesmo quando o movimento alcançou o seu auge, em meados de 1930, depois da formação da Frente Negra Brasileira,⁷ as colunas do jornal *Voz da Raça* (órgão da FNB) louvavam as glórias da raça negra no Brasil, sua contribuição para o desenvolvimento econômico da nação, sua tradição de patriotismo. No entanto, os anúncios para "alisadores de cabelo e cremes para a pele" demonstravam o quanto a liderança intelectual da Frente era condicionada pelos valores estéticos da classe a que aspirava galgar. Na realidade, a combinação por um lado do orgulho étnico negro e, por outro, do respeito aos valores culturais estabelecidos não era vista como uma contradição, mas como sinal de verdadeiro patriotismo.

A questão da raça reapareceu como tema literário nos anos 50 e 60, entre uma jovem geração de escritores negros paulistas. Mais uma vez o conteúdo de seus trabalhos pouco tem a ver com a exuberância modernista. Esses escritores representavam os sentimentos da classe média negra letrada na procura de uma identidade num mundo social etnicamente branco, que os discriminava. Assim, na poesia de Eduardo de Oliveira e Oswaldo Camargo, vêem-se os primeiros tímidos sinais de uma consciência de negritude.

Até aqui demonstramos que a tendência pelo "Afro-Brasil", lançada pelos modernistas, pouco tinha a ver com os próprios afro-brasileiros, embora possa ter sido uma contribuição positiva para os líderes desta parte da comunidade. Como bem colocou um dos líderes: "era uma espécie de reabilitação do negro para o próprio negro, pelo branco".⁸ Também mostramos que as aspirações sociais e culturais dos afro-brasileiros, ao menos em São Paulo, tendiam mais para uma assimilação dos valores estabelecidos do que para uma negação deles.

Agora examinaremos mais detalhadamente o desenvolvimento da "poesia negra" — como oposição à poesia afro-brasileira — em São Paulo. Referências especiais serão feitas ao trabalho de Lino Guedes e Eduardo Oliveira, já mencionados. As influências africanas, tão fortes no Nordeste e ainda em evidência no Rio, nunca se tornaram suficientemente enraizadas em São Paulo para aí deixar marcas, devido em parte à progressiva migração europeia para a área durante as primeiras décadas do atual século e que sufocaram a população local. Entretanto, talvez mais importante foi o rápido desenvolvimento industrial e a escalada à mobilidade social, que tenderam a amputar de suas bases

populares as diferentes minorias étnicas, assimilando-as num sistema de valores burgueses brancos, como provamos em nossa rápida apreciação sobre os propósitos da imprensa negra. Por este motivo, é interessante apresentar as diferenças existentes entre os trabalhos de paulistas negros mas não "afro-brasileiros" e os de outros poetas, como Solano Trindade, natural de Recife mas residente por muitos anos no Rio e em São Paulo, e Nei Lopes, poeta carioca e sambista. O trabalho destes dois guarda a espontaneidade e o ritmo tão procurados pelos modernistas de 1920.

Lino Guedes foi o primeiro poeta negro no Brasil a tentar expressar conscientemente a alma de sua raça. Sua linguagem simples beira o coloquial, destituída de toda pretensão literária presente em alguns de seus contemporâneos (cf. nota 5); o ritmo aproxima-se do das trovas da literatura de cordel; a metrificação é geralmente imperfeita. Por ter vivido numa época em que os negros começavam a se mobilizar socialmente, há uma forte determinação moral por trás dos temas de seus trabalhos, o que não seria apreciado pelos intelectuais negros de hoje. A opinião de Bastide, de que a poesia de Lino Guedes refletia valores puritanos, é lúcida e deve servir de ponto de partida para a avaliação deste humilde e esquecido poeta.⁹ Explica, por exemplo, porque Guedes em seu livro *Urucungo*¹⁰ voltou ao tema do escravo sofredor e às duas personagens clássicas do folclore escravo, Pai João e Mãe Preta — descritos como o casal ideal, dedicados um ao outro, apesar de vendidos separadamente, trabalhadores, patriotas, discretos e estóicos, encarnando qualidades que deveriam ser imitadas pela geração do poeta.

A retomada do escravo como tema, principalmente por um escritor negro, pode parecer estranha. No entanto, à época, isso fazia sentido porque a instituição escrava estava ainda viva na memória dos negros, e seus efeitos fortemente sentidos. Para Guedes, os negros não tinham senso de solidariedade racial ou de classe porque haviam esquecido quem os tinha feito sofrer. O neto de Pai João, isto é, a jovem geração pós-Abolição, havia perdoado seu opressor branco, com ele confraternizado, e, eufórico com a liberdade, tinha-se permitido estar à mercê do paternalismo de seus antigos senhores. A marginalização dos negros foi, assim, parcialmente auto-imposta, e cabia à nova geração progredir e suprimir a lassidão de seus pais.

Esta é a tônica do "Poema das mãos enegrecidas": *O neto de Pai João/Logo após a Abolição/Não pensou em se vingar/De quem tanto o escravizara,/Daquele que o obrigara/Rudemente a trabalhar.// Despovoada a senzala/Recebeu em sua sala,/Cavalheiresco e amigo,/E ao seu algoz penitente/Estende a mão sorridente:/ — Divirta-se aqui comigo!//E o neto de Pai João/Sofreu a desi-*

*lusão/De ficar por toda vida/ — Como a pedir esmola/Para a mísera sacola — /Com a sua mão destendida . . .*¹¹

Para Guedes, então, a escravidão e seu legado negativo deviam ser lembrados para que formassem a base da regeneração negra, alicerçada na educação e na solidariedade étnica e de classe. Concomitantemente, um símbolo positivo tinha que ser tomado ao tempo em que eram escravos, o que explica a admiração de Guedes por Pai João e Mãe Preta.

Outra preocupação do poeta refere-se à evolução moral do casal negro. Desemprego e instabilidade econômica para sustentar uma família marcaram um determinado e casual tipo de relacionamento entre os negros durante a escravidão, e que se prolongou como uma característica de suas vidas nos anos pós-Abolição. As mulheres tendiam, quando tinham oportunidade, a coabitarem com imigrantes europeus, em melhores condições financeiras para sustentá-las; por outro lado, os negros fugiam a um efetivo relacionamento com as mulheres, pois as precárias condições financeiras os incapacitavam de cumprir suas responsabilidades. Isto era, mais que exceção, norma entre os negros da época. Para Guedes, a inexistência de solidariedade de classe entre os negros era consequência da falta de solidariedade no seio da família. Por conseguinte, para que ela renascesse, acreditava que se devia incentivar a instituição do casamento entre os de sua raça. Uma rápida verificação nas colunas sociais do *Clarim d'Alvorada* pode dar uma idéia da importância dispensada ao casamento, pela publicidade que se dava aos enlaces (cf. nota 6). Igualmente indicativo são os poemas de amor, vez ou outra publicados na imprensa, centrados no tema do amor não-correspondido, no esfriamento da relação amorosa e na tristeza provocada pela aceitação da separação. É evidente que se pretendia que o amor se encaminhasse, sobretudo, para a união permanente; o amor, pois, não era um fim em si mesmo, mas um caminho para o casamento, para a estabilidade, para a constituição da família e para a respeitabilidade social (cf. nota 5).

Este é o tema da pequena coletânea de poemas de Guedes, intitulada *Dictinha*,¹² na qual uma posição essencialmente prática em relação ao amor e ao casamento se faz evidente, como por exemplo no poema "Remédio Único": *Unicamente, Dictinha,/Por sermos pretos, que horror!//Muita gente com malícia/Vê nosso sincero amor;/Faz ainda comentários/Que nos enche de pavor.// — Negro só dá para escândalos!// Ao depois de namorar/Acorda um dia qualquer/E vai junto coabitar . . .//Por um trono, uma Princesa/Foi essa gente trocar! . . .//Mas com o nosso casamento/Fartar-se-á a exigente/Sociedade, Dictinha;/ Salvemos, pois, nossa gente!//Dando a*

ela o que já lhe sobra,/Que é um nome bem decente!

Para o sucesso de um casamento é necessário que o casal combine bem, o que significa que as uniões deviam ser feitas dentro da mesma classe étnica. "Ajuntamento" misto achava-se fadado ao insucesso, com o abandono da mulher negra pelo branco. Também envolvia uma crise para a mulher negra, cujo coração permanecesse junto aos de sua raça. Acasalar-se a um branco significava somente uma forma de sobreviver, uma necessidade social que era facilitada pela total imoralidade por parte dos brancos em relação aos negros. Sua atração pelos homens de sua própria raça era natural.

O poema "Coisas da Vida"¹³ resume esta situação, da mesma forma que os sambas de saudade deste período:¹⁴ *E seu marido, que bebe/Começou por maltratá-la/E terminou certo dia/Deixando-a quase sem fala,/Como uma coisa esquecida,/Assim, no meio da sala./Proposta aceita foi esta/De um rotundo português:/ — Mulata, vamos embora,/Venha comigo, ao invés/De voltar a sua casa . . . /Será feliz de uma vez!// Mas ao fim, vivendo à gorda,/Na rua da Conceição,/Recorda com certo enlevo/Daquele escuro porão/Onde um dia desmaiada,/Lá deixou seu coração.*

A mulher negra ideal, para Guedes, era a que não imitava as modas das moças brancas — saltos altos e vestidos curtos — e que não procurava dissimular a própria cor, usando pós e cremes. Isto não quer dizer que Guedes fosse seguidor do preceito "o negro é belo"; ao contrário, nos poemas consagrados a Dicitinha evidencia-se um condicionamento a valores estéticos brancos.¹⁵ E, de fato, ele mesmo estava tentando impor valores de modéstia e autoridade. A mulher negra tinha uma graça tranqüila que Deus lhe tinha dado.¹⁶ A regeneração dos negros, pois, envolvia um processo de aburguesamento tanto interno quanto externo, e não uma mera imitação da aparência do branco, coisa que poderia dar ensejo ao escândalo ou à falta de respeito. O negro, e em particular a mulher negra, desonrada anos a fio pelo homem branco, deveria preservar sua reputação e manter-se virgem para seu marido legal (daí a referência a um casamento *branco* nos poemas dedicados a Dicitinha¹⁷).

Alguns dos poemas de Guedes, principalmente em *Negro Preto Cor da Noite*,¹⁸ são quase epigramas, possuidores de uma concisão e de uma mordacidade que os torna virtualmente sambas; o conceito moral, porém, está sempre presente, como por exemplo no poema "Só p'ra moer": *Esse negro é bamba/na roda de samba/faz terra tremer!// Assim procedendo,/vai ele esquecendo,/quem lhe faz sofrer!*

A presença simultânea de humor e resignação e a ausência de crítica social era apreciada pelos críticos brancos porque correspondia ao este-reótipo do negro despretencioso e humilde, que o branco estava acostumado a aceitar. Além disso, a linguagem de Guedes era simples, seu esquema de rimas popular, sem pretensões literárias e tampouco de erudição, concorrendo para que os críticos brancos emitissem opiniões paternalistas de sua poesia.¹⁹ Por outro lado, Guedes foi bastante criticado por muitos de seus contemporâneos negros que o consideravam demasiado retraído e sem propósitos ou sentimentos para com os de sua raça.²⁰ Bastide, por sua vez, mostrou o contraste existente entre a posição do poeta negro na América do Norte e a de Lino Guedes no Brasil: "Alhures, o processo empregado para passar a linha de cor é transformar a luta racial em luta de classe e fazer uma poesia marxista. No Brasil, é a ascensão ao padrão da moral burguesa que permite tal passagem. . ."²¹ Tal apreciação se aplica sem dúvida a Lino Guedes e à geração de paulistas negros do período entre-guerras, mas não deve ser tomado como uma característica geral dos escritores negros brasileiros. Bastide, por sinal, escrevia este comentário no exato momento em que um outro poeta estava a ponto de iniciar sua caminhada para uma parcial notoriedade que se permitia aos escritores negros no Brasil: Solano Trindade.

Tanto Trindade quanto Guedes clamaram pela liberdade de sua raça, porém por vias totalmente opostas. A liberdade, para Guedes, tinha que ser alcançada através da absorção de valores burgueses: educação, trabalho, prosperidade e modéstia. Ele se sentia envergonhado da condição dos negros e por isso pregava a revolução no interior da própria etnia; nunca contra o *statu quo*. Já a poesia de Trindade é marxista, em sua identificação com todos os oprimidos, sejam negros ou brancos. Seu idealismo lembra o de Jorge Amado em seus primeiros romances; e, com efeito, ambos alcançaram o máximo de conscientização política nos anos 40. A principal diferença entre Trindade e Amado situa-se na ênfase — o idealismo de Trindade tem base negra: *Negros que escravizam/e vendem negros na África/não são meus irmãos/negros senhores na América/a serviço do capital/não são meus irmãos//negros opressores/em qualquer parte do mundo/não são meus irmãos.//Só os negros oprimidos/escravizados/em luta por liberdade/são meus irmãos.// Para estes tenho um poema/grande como o Ni-lo.*²²

Mais uma vez é Bastide quem nos fornece a chave para explicar a divergência fundamental entre as posições de Guedes e Trindade. Esta divergência não se dá apenas a nível político-ideológico,

mas envolve toda uma escolha cultural. Referindo-se à questão da raça no Brasil, escreveu Bastide: "a luta racial assumiu o aspecto de uma oposição entre duas morais, ou entre a moralidade e a imoralidade".²³ O negro podia subir socialmente tanto quanto o branco devido à inexistência legal de uma barreira de cor, mas, assim o fazendo, esperava-se que abandonasse todos os laços culturais de uma identidade afro-brasileira, que eram incompatíveis com a respeitabilidade, ou melhor, com a moralidade do homem branco. Guedes, pregando um comportamento social virtuoso, escolheu o caminho da integração com o mundo burguês branco. Trindade, não optando por esta via, implicitamente escolheu a oposta e passa a representar tudo aquilo que Guedes vê como imoral, tudo aquilo que está tentando negar. Faz-se necessário vermos agora como esta divergência se manifesta nos temas da poesia de Trindade.

Para Guedes o amor era um pré-requisito para o casamento, para um núcleo familiar respeitavelmente fechado. Para Trindade, o amor era uma força centrífuga. Aceitar o tipo tradicional de família significava escravidão para um homem que, devido a sua ideologia política, se considerava cosmopolita. Daí o poema "Minha família": *Minha família é incontável/eu tenho irmãos em todas as partes do mundo/minha esposa vive em todos os continentes/minha mãe se encontra/no Oriente e no Ocidente/meus filhos são todas as crianças do universo/meu pai são todos os homens dignos de amor. . .//Por que chorar pelo amor de uma mulher?/por que estreitar o mundo a um lar?/ Por que prender-me a uma rua/a uma cidade, a uma pátria?/Por que prender-me a mim mesmo?*

Estava também fora de questão o permanecer fiel a uma Dictinha. O amor para Trindade era, acima de tudo, sexo, motivação para a criação poética, uma experiência sensorial que tinha que ser contínua e extremamente variada. Guedes, mais realista, teria interpretado o seguinte poema como instaurador da promiscuidade: *Eu sou poeticamente polígamo/Amo inumeráveis musas/e elas não são iguais . . ./Cada uma oferece/um amor diferente/e eu sou sensível/à mutabilidade amorosa. . .*²⁵

Pode-se ver, portanto, nestes dois fragmentos o quanto a poesia de Trindade achava-se plena de comprometimento pessoal, sendo uma projeção de ego do autor, e assim contrasta em sua própria personalidade com o conformismo tão patente na poética de Guedes. A oposição entre os dois poetas manifesta-se inevitavelmente em outro plano, isto é, em suas atitudes para com as tradições culturais afro-brasileiras.

Trindade incorporou temas afro-brasileiros em sua poesia, o ritmo dos tambores servindo de fundo para seus versos. Para Guedes, o samba e as

manifestações religiosas afro-brasileiras eram como entorpecente que fazia o negro esquecer a origem de seus sofrimentos, aumentando a falta de dignidade e retardando assim seu ingresso, no mundo moralizado.²⁶ Para Trindade, no entanto, a pura experiência sensorial induzida pelos tambores desempenhava a mesma função que o sexo. A vitalidade que ambos transmitiam era fonte de inspiração poética, sendo a poesia, por sua vez, meio para expandir uma mensagem social revolucionária. Bastide, carinhosamente, classificou os poemas de Trindade como um misto de Xangô e Marx.²⁷

Talvez o melhor exemplo dessa mistura se encontre no poema "Olurum Ekê",²⁸ parte do qual transcrevemos: *A minha bandeira/É de cor de sangue/Olurum Ekê/Olurum Ekê/Da cor da revolução/Olurum Ekê.*

É necessário dizer que Xangô não representa um fim em si mesmo. Era o meio artístico através do qual Trindade podia expressar sua própria personalidade cultural, além da denúncia da opressão social existente no Brasil ou em qualquer parte do mundo. Tanto Trindade quanto Guedes iriam deixar, como legado às novas gerações, exuberância e auto-conscientização. Ainda uma vez, o contraste entre o poeta paulista e o "não-paulista" deve ser esboçado.

Os temas de poetas contemporâneos negros de São Paulo dependem de problemas de identidade. Muitos dos objetivos da geração de 30 tinham sido alcançados, e os negros haviam ascendido a posições sociais consideradas inacessíveis 40 anos antes. Por essa época o Brasil havia oficialmente se tornado mais comprometido com o multirracismo, ao entrar em vigor em 1951 a legislação que proíbe a discriminação sobre bases étnicas.²⁹ Enunciados estes fatores aparentemente positivos, resta a indagação quanto à necessidade de os negros encontrarem uma identidade negra. A resposta a esta questão encontra-se ainda no processo pelo qual tem que passar o negro a fim de subir socialmente.

Como já foi dito, não há no Brasil uma barreira explícita de cor como nos Estados Unidos, porém existe algo equivalente que poderia ser chamado "barreira de comportamento", que Bastide vê como a separação entre o moral do imoral; a maneira de viver dos brancos, com suas tradições culturais, da dos afro-brasileiros; o católico, do pagão; a monogamia, da poligamia; o nobre, do selvagem; a burguesia, das massas. Guedes incitou o negro a atravessar tal barreira, enquanto Trindade, que não se teria permitido despersonalizar-se, recusou-se a admitir a existência desse obstáculo.

No entanto, é depois de atravessar essa barreira que o negro encontra problemas, pois ele entra num mundo competitivo no qual a maioria dos participantes é branca. Pouco importa seu esforço para se enquadrar nos moldes de comportamento social

e cultural impostos; as atitudes para com o negro independem de qualquer legislação protetionista, mas apenas do indivíduo com quem se defrontará e que poderá humilhá-lo, ao ignorar sua condição de (também) burguês e ver somente a cor. O negro descobre então que além da barreira de comportamento há, subjacentemente, a barreira de cor. Desta forma, o Brasil disfarça-se em democracia racial.

Na realidade existe um sistema de colonialismo interno, no qual o ascendente negro representa a função de um nativo assimilado, condicionado ao que Alberto Memmi, em seu livro *O Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*³⁰, descreve como masoquista, sem qualquer garantia de tratamento racial democrático, apesar da assimilação. Guedes foi símbolo da ânsia de assimilação. No entanto, mais recentemente, o negro educado, incapaz de preencher suas ambições sociais devido à discriminação, estacionou em sua caminhada e passou a traduzir suas frustrações sociais na busca e na assunção da identidade negra. Em outras palavras, ele chegou ao ponto de desassimilação, que, segundo Memmi, anuncia sua liberação. Evidentemente, em última instância, a forma pela qual esta atitude de desassimilação se expressa, depende do grau a que foram condicionados os assimilados pela cultura dominante e, também, do grau a que a cultura dominante tenha sido eclipsada na área em questão.

Eduardo Oliveira é o mais prolífico poeta negro dos últimos anos em São Paulo. Sua poesia, porém, na forma e no conteúdo segue os parâmetros tradicionais. E realmente seus poemas mais fortes são sonetos, bastante embebidos do simbolismo de Cruz e Souza, em sua forma velada de retratar a situação de ser negro em um mundo branco. Como o poeta do século XIX, a brancura, a luz, o céu, a manhã, estão associados com o ideal, a pureza, que o poeta criou para amar e aspirar, enquanto a escuridão — metaforizada em sombra, noite, escravidão, lama — está associada ora a sofrimento, ora a impureza. Em seus primeiros poemas, Oliveira expressa a dor e a humilhação por estar condicionado a desejar um mundo branco que se volta contra ele.

O poema "Sombra e luz"³¹ ilustra esta sua fase: *Penoso é ter que amar quem não nos ama,/é ser negado e andar de mão erguida,/sempre a pedir, com alma comovida;/fitar os céus e andar num mar de lama.*

Por outro lado, sua condição de cristão leva-o a aceitar resignadamente a discriminação que vivência diariamente, retardando sua desassimilação. O ideal social é transformado em ideal espiritual, a partir do pressuposto de que o sofrimento na Terra conduz à vida eterna após a morte: *Nós estamos apenas de passagem/por isso, quer fracassos ou sucessos/são meros acidentes de viagem.//*

*E só as virtudes, como um passaporte,/hão de levar o permitido ingresso/à nossa alma, no céu, após a morte.*³²

O cristianismo é, no entanto, essencialmente uma resposta emocional, uma fuga da insegurança de sua posição em um mundo competitivo para o paraíso da resignação. Mas essa fuga não pára aí. A falta de esperança de uma total integração no seio da classe — vista como o mundo branco — a que julga ter direito de pertencer, induz Oliveira a um sentimento de não-existir, como se sua vontade de viver tivesse sido morta, conservando apenas uma aparência de vida: *Sinto que, em prantos, vai se desfazendo/a derradeira luz do último sonho. . ./Minha alma já não vive e até suponho/que já morreu e finje estar vivendo.*³³

E mais uma vez o poeta se resigna com a situação. Sufocando seus sonhos de ascensão social, procura desviar sua atenção das atrações do mundo branco, que traz unicamente humilhações e preocupações burguesas, para se concentrar na elaboração de um lugar, no seio da estrutura social, apropriado para si. Este é o tema de sua coletânea de poemas, significativamente denominada *Anco-radouro*. Tendo perdido seu ideal de ascensão social, Oliveira se rende à sua desilusão, transformada em fachada protetora de sua vulnerabilidade: *Por isso mesmo é que não me emociono/quando os dias, em luzes travestidos,/tentam cair de sonhos e sentidos/que agasalham o pouco que ambiciono.*³⁴

As primeiras poesias de Oliveira são plenas de contradições, resultado inevitável de frustrações sociais. Por outro lado, deseja persistir em seu esforço de realização em um mundo que se lhe mostra hostil; e por outro, se empenha numa retirada do real, assumindo ora uma postura contemplativa cristã, ora (mais tarde, com o retrocesso de sua fé) niilista. De outra forma ainda se manifesta essa fuga e igualmente subjetiva: o abandono urgente da busca de auto-afirmação na cidade por um retorno à Natureza,³⁵ para recapturar a inocência da infância³⁶ e obter, por fim, por sua própria imaginação, aquilo que é impossível na vida real e sinal último de aceitação pelo mundo branco: o amor de uma mulher branca.³⁷ Não há dúvida de que a poesia de Oliveira teria continuado centrada em tais temas se não tivesse ocorrido uma virada no mundo negro fora do Brasil que o incitou a novas tentativas de liberação e autoconhecimento.

No início dos anos 60, as subleções de negros norte-americanos, a emergência do nacionalismo africano e o aumento da publicidade em torno das brutalidades provocadas pelo *apartheid* na África do Sul deram oportunidade a Oliveira de levantar sua voz solidária. Tais acontecimentos foram um estímulo para que retomasse o processo de desassimilação, libertação final de sua timidez. Oli-

veira, porém, tergiversa a verdadeira problemática: em vez de aplicar objetivamente tal questão à situação do negro no Brasil e redescobrir a África em seu próprio país, ele intenta identificar-se com a própria África: *A África hoje é um solo em erupção. Por isso o Kilimanjaro/desce em larvas candentes como clangor/de justiça e de liberdade por que aspira o meu povo.*³⁸

Oliveira foi ainda influenciado pelo idealismo radical da geração dos anos 60, no Ocidente, quando se volta novamente para a defesa dos oprimidos, dedicando-lhes poemas em que prega a fraternidade universal e o amor pela humanidade. Mas ao focar questões como pobreza e injustiça social, ele não fornece resposta poética alguma. É o seu condicionamento ao cristianismo que o leva a um beco sem saída: a justiça devia ser alcançada não pela revolução, mas pelo amor pregado por Cristo. Os homens deviam permanecer unidos apesar das diferenças de classe: *É mister que saibamos/encantar as desigualdades físicas,/como um plano de justiça que a natureza/oferece aos homens./Nem a cor/nem a desigualdade social/devem ser pretexto/para que os homens se atirem contra os homens.*³⁹

Em sua última coletânea de poemas, intitulada *Gestas Líricas da Negritude*,⁴⁰ Oliveira concilia seu cristianismo com a busca de uma identidade, ao exaltar a negritude — apresentada como corporificação do inato amor do homem à humanidade, quando ele não é vítima de pressões competitivas. Essa condição única de ser negro devia ser aceita no Brasil para que a estrutura rígida de sua civilização pudesse ser humanizada. Ele vê a negritude como uma contribuição cultural, ponte para o abismo existente entre os homens alienados pelas exigências da sociedade industrial.

"Balada negra",⁴¹ poema significativamente dedicado a Senghor, trata deste tema: *O negro não pode continuar estagnado,/sem a hematose da cultura/que alimenta e vivifica os homens.//. . .//Deixai, pois, Brasil,/que sois ainda o ideário apostólico do Futuro,/que as gerações negras introduzam/em todas as vossas células o oxigênio restaurador/de sua pureza e ingenuidade,/para ativar germinações de idéias novas.*

Nesta fase da poesia de Oliveira, a confusão transparente parece repousar em seu conceito de cultura — muito mais uma série de qualidades inatas que de valores adquiridos pela educação.

Vimos que os ideais da geração anterior a Oliveira se dirigiam especialmente à exaltação e aspiração do progresso social ao invés de louvar supostas qualidades espirituais africanas. Era este ideal de integração que Oliveira tinha herdado. Mas, depois, frustrado pela discriminação da sociedade competitiva, vem a ser receptivo, reagindo emocionalmente, ao conceito de negritude — entendida como a concretização de valores antimate-

rialistas. Sua negritude surge como reflexo daquilo que os brancos viam nele e, não, como o que ele realmente era. Assim, ele se vê lançado numa emotiva escuridão, enquanto permanecia cultural e socialmente branco e de classe média. Talvez, por ter consciência disso, se explique que sua inclinação ao escapismo surja mais uma vez quando busca definir a realidade pela emoção. E vem, por conseguinte, a ser vítima de uma contradição final: o amor à humanidade e o ódio ao materialismo encontra sua correspondência no amor à pobreza, num idealismo pelo idealismo. Daí concluir que os realmente livres são os pobres por não terem perdido a fé, apesar de viverem numa sociedade competitiva: *Ser cantor do povo/é viver sem nada/é correr o mundo/é amar a liberdade//. . .//Ser cantor do povo/é povoar a terra,/o chão da humanidade/de ilusões benditas!//Ser cantor do povo/é saber ser negro/assim como alcatrão/ou noite cor de breu . . .*⁴²

O drama de Oliveira era o de muitos intelectuais negros de classe média de São Paulo, a cuja desassimilação haviam chegado reagindo contra a discriminação sofrida por eles individualmente e não contra os valores culturais de uma classe. É precisamente quando um poeta como Oliveira tenta abordar problemas dessa natureza que surge a contradição. Sem qualquer ideologia política ou social, ele cai numa velha armadilha, ao afirmar que a liberdade está na pobreza. E por não possuir qualquer identidade cultural — pois é de todo condicionado pela tradição cultural branca (a forma de sua poesia, a linguagem e até mesmo o sentimentalismo) —, ele vai procurar na classe média intelectual africana a sua identificação. Não vê, pois, que a resposta a essa busca se achava bem próxima dele, em seu próprio país, abaixo da "linha de comportamento", no "Afro-Brasil" — fonte de sua tradição cultural.

Já Nei Lopes, o poeta carioca, aborda esses problemas diferentemente de Oliveira. Enquanto este tem a sua expressão artística vazada numa linguagem erudita e exclusivamente através da forma poética, Lopes é mais conhecido como sambista do que como poeta, exprimindo-se no ritmo e na simplicidade característicos do samba. Realmente sua coletânea de poemas *Feira Livre*⁴³ traz uma mensagem a "todos os poetas do samba carioca" (o que implica uma aproximação entre o conceito de poeta e o de compositor de música popular, entre o erudito e o não-erudito).

O processo de desassimilação em Lopes é, portanto, mais autêntico que em Oliveira, pois se apóia na cultura popular, mais presente no Rio do que em São Paulo. No instante em que São Paulo atravessava sua fase mais agitada de crescimento econômico — durante a qual os bairros pobres eram invadidos por vagas de imigrantes italianos, e

a população afro-brasileira se encontrava em total desarticulação de que só se recuperaria nos anos 30 — no Rio transformações menos violentas deram ensejo a que os subúrbios predominantemente mestiços, se desenvolvessem sem apagar os vestígios da cultura musical e religiosa afro-brasileira que se desenvolvia. Por essa época, o contínuo fluxo de imigrantes nordestinos e o florescimento de favelas em zonas relativamente centrais da cidade favoreceram a conservação dessas tradições. Por conseguinte, por causa da maior presença de afro-brasileiros no Rio, o samba, enquanto vestígio de sua cultura, ultrapassou com sucesso a “linha de comportamento” e se infiltrou nas classes médias (brancas), sendo dessa forma aceito como forma de arte. É significativo que sob este aspecto Lopes não se identifica, como Oliveira, com uma África simbólica, mas sim com centros ou áreas urbanas em seu próprio país, como o Rio, onde os negros se impuseram: *Sucedo que eu estava em Londres/Com os bolsos cheios de amor/E saía-me dentre os dedos/Vaga música indiana.//Mas as pernas insistiam/Em dançar coisas mais sólidas/Como, por exemplo, rumbas/Sambas, mambos e guarachas./E Londres era Vaz Lobo./O Brás, o Bronx, a Bahia, Ibadan, Harlem, Bangu...⁴⁴*

A negritude de Lopes, termo que ele mesmo não usa, poderia igualmente ser chamada de “sambitudo” ou “tropicalidade”. O primeiro associado com música, ritmo, sensibilidade artística; o segundo, com cor, vitalidade e sensual irreverência. Esses atributos vão de encontro às restrições impostas pelo comportamento social da burguesia branca, simbolizadas pela gravata que asfixia e estrangula⁴⁵ e pelo ritmo de vida agressivo dos brancos, que manipula e escraviza os negros, obrigando-os “a dançar dentro de seu ritmo”.⁴⁶

A voz de Lopes se insurgiu contra um mundo branco marcado pela rotina e por conceitos materialistas. A rotina é tida como um tipo de morte que penetra a vida, sufocando o espírito criativo individual pela imposição do conformismo, incluindo valores culturais brancos. A negritude de Lopes simboliza o oposto: a liberdade de se expressar e comportar como um afro-brasileiro numa sociedade que afinal de contas, devido à personalidade étnica combinada à latitude em que vive sua população, é essencialmente tropical. Daí a referência do poeta à gravata — típica de países frios, imprópria e até mesmo pouco saudável ao calor do verão do Rio. Porém, esta é a marca de respeitabilidade no mundo branco. Paralelamente, as manifestações culturais afro-brasileiras em toda a sua vitalidade (e Lopes se volta principalmente para a música), embora autenticamente nacionais, são reprimidas pela burguesia, ao contrário das manifestações culturais importadas da Europa e Esta-

dos Unidos. Assim, a classe média brasileira procura projetar o país como sendo, fundamentalmente, integrante da personalidade cultural europocêntrica e norte-americana, ao mesmo tempo em que nega a herança africana, tida segundo a perspectiva bastidiana como imoral.

A mensagem da poesia de Lopes não é revolucionária, mas culturalmente nacionalista. A impressão que dá é que não deseja o fim da estrutura social vigente, mas apenas o da “linha de comportamento”. Mas dele não se pode dizer que seja um etnocentrista ou um fanático nacionalista. Acima de tudo, trata-se de um “tropicalista”. Embora a verdadeira personalidade brasileira se assente na vitalidade da cultura negra, esta não é uma qualidade exclusiva dessa raça, pois a liberdade de expressão que transmite não representa mais que a faculdade de ser livre, de ser indivíduo. O branco que é livre de pressões sociais, em oposição àquele que veste o uniforme do conformismo — o quepe militar, a gravata —, é por essa razão livre para ser negro.

É esta visão anti-etnocentrista que Lopes assume em seu poema “Feira Livre”, na coletânea de igual título: *O feirante./De frente./O peito aberto às influências/E à cotação dos gêneros/De gentes que alimentam/Sua bolsa./O boné branco do feirante/Difere, por exemplo./De um quepe marcial:/Seu branco é livre!/Sua mão no engradado/Batucu puros sambas/À mão livre.⁴⁷*

Neste ponto dever-se-ia considerar qual é exatamente a diferença entre Lopes e Oliveira, pois ambos reagiram sobretudo contra uma civilização urbano-industrial que prescreve formas de controle social e impõe, a um país que não é branco, agressivos valores materialistas, em conformidade com os padrões da cultura branca européia e norte-americana. Opõem-se a essa realidade com traços que podemos chamar de negritude. Tanto Oliveira quanto Lopes poderiam simbolizar a postura de uma incipiente classe média afro-brasileira desejosa de se emancipar das regras da “linha de comportamento”, que reclamavam um completo branqueamento.

Assim, o traço diferencial e fundamental entre os dois poetas pode ser seguramente assinalado no fato de que, por um lado, em Oliveira, a tentativa de desassimilação é resultante de sua frustração por não ter conseguido se integrar no mundo branco e, principalmente, por estar não só despersonalizado culturalmente, mas também de todo condicionado a valores literários do *establishment*. Sua desassimilação, na medida em que envolvia uma tentativa de ultrapassagem da consciência de ser branco para a de ser africano, soa inevitavelmente falsa. Lopes, por sua vez, é um não-conformista: sua formação cultural lhe dá os meios para que assumisse essa postura. Sua negritude constitui-se nu-

ma resposta às pressões sociais que se abatem sobre ele, reclamando dele uma total assimilação do mundo situado além da "linha de comportamento". A diferença na formação cultural existente entre Lopes e Oliveira produz a mesma antítese que se observa, na forma e no conteúdo, entre os parnasianos negros de São Paulo e Solano Trindade. E, com efeito, os motivos que levam tanto Oliveira quanto Lopes a escreverem como o fazem merecem um estudo mais detalhado que explique a diversidade no tratamento dispensado a um mesmo tema.

O condicionamento de Oliveira à cultura dominante não pode ser suficientemente enfatizado, por estar aí a origem de sua crise de identidade e também a fonte pela qual este sofrimento é expresso. Daí ser sua "escravização" tão completa. Da mesma forma que os assimilados nativos sob um regime colonial, Oliveira foi condicionado a apreciar e imitar as mais seguras e conservadoras formas poéticas da cultura dominante. A experimentação poética no Brasil sempre apareceu no seio das classes que usavam a arte como meio de expressão de seu não-conformismo. Desde a revolução modernista da década de 20, o espírito não-conformista tornou-se até certo ponto institucionalizado. E, realmente, a busca de renovação modernista nas raízes populares, o cultivo do popular, passou hoje em dia nos meios artísticos a significar um sinal de sofisticação artística. No entanto, apesar da influência da *avant-garde*, os versos rigidamente tradicionais dos parnasianos, preocupados com o português clássico e a retórica sentimental, é ainda uma marca fundamental de respeitabilidade para o não-literato, o não-(e anti)intelectual, a antipopular pequena-burguesia, que se impressiona mais facilmente com manifestações de erudição que de individualidade artística.

Assim, não é de admirar que Oliveira, em sua instável posição social, tendesse em sua prática poética para formas rigorosamente corretas, como o soneto em seu rigor tradicional (da mesma forma que predecessores menos instruídos do *Clarim d'Alvorada*), parecendo não tomar conhecimento de um poeta como Jorge de Lima, para citar apenas um, que há muito tinha alcançado sucesso, renovando completamente o soneto ao lhe dar um quê novo de lirismo. Também não é de admirar que, volta e meia, as imagens de Oliveira apresentassem uma singular falta de originalidade. Basta lembrar que ele não procurava ser original, mas sim aparecer como um erudito e bem-educado, escrevendo aquilo que, conforme os padrões de sua classe, era considerada boa poesia. Por outro lado, Lopes, embora beneficiado pela influência de uma educação literária, não perdeu sua identidade com a cultura popular, a qual emprega da mesma forma como o fizeram os modernistas para expressar o

não conformismo. Sua poesia, conquanto menos erudita que a de Oliveira por retirar sua inspiração abaixo da "linha de comportamento", é muito mais sofisticada.

É por essa razão que Oliveira, por exemplo, é capaz de apresentar uma visão romanticamente sentimental do interior do Brasil, num tom totalmente pré-modernista. O sertão é um tipo de arcádia, onde o homem, assemelhando-se ao índio, vive uma vida de nobre selvagem em harmonia com a natureza, em um recanto criado por Deus para ser seu templo: *Eu adoro o silêncio, a paz da selva, onde o bugre repousa sem vaidade, onde o tigre descansa sobre a relva./Ali tudo é tão puro, e tão tranqüilo, que até penso que Deus, só por bondade/fez do sertão o seu templo e seu asilo.*⁴⁸

A antítese de Lopes sobre a selva é uma mistura menos puritana da realidade e do sonho, lembrando mais a Pasárgada de Bandeira. É uma cidade alcançada por trem, onde se come cuscuz e se bebe cerveja num bar à beira-mar. Ao mesmo tempo é uma terra de pura poesia, uma utopia onde europeus, africanos e ameríndios se misturam e se confundem, é um paraíso inabitado pela alma do pintor, do poeta e do compositor de sambas. O resultado é um tipo de tropicalidade verbo-áudio-visual: "Oniri-tapacunhém é a cidade sonhada. Mistura de Pasárgada, Utopia e República de Platão. É greco-ioruba-tupí, daí seu nome. Lá é que moram Gauguin, Manuel Bandeira e Severino das Chagas — autor de todos os sambas de roda da Bahia, e que nunca existiu."⁴⁹ A referência a Severino das Chagas é uma maneira de dar nome a incontáveis compositores de sambas de roda que, apesar dos sofrimentos da escravidão, criaram um mecanismo de compensação na forma de uma cultura que exprime o gosto pela vida. Isto nos leva a uma outra significativa diferença entre Lopes e Oliveira: a postura de ambos diante da tradição escravagista, a história dos negros no Brasil.

O poeta paulista concentra-se no lado trágico e degradante da experiência negra no Brasil, nomeadamente a posição que ocupa na sociedade — a de um escravo ou a de um mau-alimentado membro do proletariado, em ambos os casos trabalhando para a prosperidade e a glória de outros. No auge de seu pessimismo, Oliveira assume um tom de profunda resignação, que é o traço mais intimista de sua poesia. E quando maior é o seu engajamento, torna-se mais melodramático e declamatório, como no poema "Lamento negro": *Daqui por diante/só cantarei o destino da gente/que está em meu sangue de negro./Meu poema terá o gosto amargo/do desespero do meu povo./Cantarei as raças injustiçadas, as classes oprimidas/sob o tacão dos grupos econômicos.*⁵⁰

No mesmo poema, Oliveira chora o anonimato dos que sofreram com a escravidão e dos que

continuar, a sofrer sob o regime capitalista: *Aqueles que carregam o Brasil nas costas/não têm túmulos/nem legendas;/seu sono não é velado,/seu nome ninguém conhece./Hoje eles seguem a sina/de uma sorte inglória ...*

Oliveira interpreta a experiência negra no Brasil como totalmente negativa, concentrando-se na tradição da exploração econômica a que por tantos anos os negros foram submetidos (e daí sua alienação social e cultural da vida nacional). Sua atitude, contudo, é mais uma prova de sua assimilação ao mundo acima da "linha de comportamento", por envergonhar-se daquilo que ele entende como falta de dignidade da história negra. Se todos seus valores se encontram acima da "linha de comportamento", ele não pode deixar de lamentar uma tradição histórica e cultural que se situa abaixo dessa linha. Lopes, pelo contrário, concentra-se no que ele vê como a habilidade dos negros para sobreviver, apesar da escravidão. Retirando sua inspiração da parte inferior da "linha de comportamento", reconheceu que os negros resistiram e ultrapassaram a opressão, mediante uma expressão artística da liberdade, da qual tinham sido socialmente despojados.

Seu poema "História para ninar Cassul-Buanga"⁵¹ nada mais é que um lamento negro: *Chegamos:/Nosso suor foi o doce sumo de suas canas/— nós bagaços./Nosso sangue eram as gotas de seu café/— nós borras pretas./Nossas carapinhas eram nuvens de algodão./Branças,/Como nossas negras dignidades/Dadas aos peixes./Nossas mãos eram sua mão-de-obra./Mas vivemos, Cassul. E cantamos blues!/E, na roda, um samba/De roda/Danças./Nossos corpos tensos/Nossos corpos densos/Venceram quase todas as competições./Nossos poemas formam um grande rio./E amamos e nos demos./E nos demos e amamos./E de nós fez-se um mundo.*

Para Lopes a vitalidade dos negros, a despeito da perda de dignidade na travessia do Atlântico, não só lhes permitiu resistir e superar dificuldades como também criar um novo mundo cultural.

Em resumo, os movimentos culturais negros, e suas manifestações através da literatura nos últimos cinquenta anos, e a corrente iniciada por Guedes e outros de sua geração, que pregavam a imitação de costumes burgueses brancos objetivando a dignidade social — desembocaram no jovem Oliveira, que alcançou o ponto de desassimilação, mas que perdeu ou nunca possuiu a personalidade cultural que insuflasse sua conscientização. Daí sua tentativa de identificar-se com os movimentos étnicos e nacionalistas do exterior. Oliveira impressiona seguidamente o leitor como tendo caído numa cilada, pela sua assimilação de valores religiosos e culturais do mundo em que foi educado. É por

esta razão que sua desassimilação o leva a adotar a problemática do nacionalismo africano.

Trindade e Lopes sentiram necessidade de desassimilar, expressando sua personalidade cultural afro-brasileira, para fazer face à "ocidentalização". De qualquer forma, deve-se ressaltar que a poesia afro-brasileira destes dois escritores negros têm um desenvolvimento paralelo, mas à parte da dos modernistas. Estes, ao incorporarem valores culturais ameríndios e afro-brasileiros, sonharam criar uma literatura brasileira autêntica, intentando inicialmente chocar a sensibilidade da burguesia brasileira, ainda com um gosto artístico repassado de colonialismo. O Modernismo foi, assim, o primeiro ato de desassimilação do imperialismo cultural, a primeira demonstração de nacionalismo cultural e de aceitação da natureza mestiça do país. Trindade e Lopes fazem o mesmo, porém em sua própria classe étnica: a pequena-burguesia afro-brasileira, habitante dos subúrbios do Rio e do Recife, que transita pela "linha de comportamento", tornando-se pois o ponto de encontro das duas culturas: a "moral" e a "imoral".⁵² O mulatismo dos modernistas era intensamente branco; o de Trindade e Lopes, intensamente negro. Uma interessante ilustração dessa diferença está em que a última identifica-se mais com Nicolás Guilém que com Jorge de Lima, Mário de Andrade, Raul Bopp e Ascenso Ferreira.⁵³

Poucos, hoje em dia, negariam a contribuição africana à identidade brasileira, embora alguns se esforcem por lhe dar pouca importância. Deve-se, não obstante, considerar em que extensão pôde o "Afro-Brasil" infiltrar-se numa estrutura social altamente estratificada, na qual as classes dirigentes de brancos vêm a Europa e América do Norte como seus modelos culturais, enquanto que por sua vez os pobres são mais pretos do que brancos e contemplam os valores das classes dominantes como meios de ascensão social. Indubitavelmente, o samba é apreciado por todos os brasileiros como o verdadeiro produto de seu país mestiço. As religiões afro-brasileiras ganham constantemente mais adeptos, apesar da desaprovação da Igreja. No entanto, o fato é que o branco brasileiro aceita mais rapidamente a idéia de "mulatismo" cultural que os próprios mulatos; e aceita a idéia de sensibilidade e espontaneidade artísticas afro-brasileiras com mais naturalidade e espontaneidade do que aceita um afro-brasileiro como um igual socialmente. Assim, a cultura afro-brasileira pôde infiltrar-se, mas com isso sofre um processo de "purificação", a fim de adaptar-se aos valores estéticos brancos e livrar-se das origens negróides — abaixo da "linha de comportamento". O samba, que se projetou através do mundo, é já altamente sofisticado, executado por orquestras formadas por brancos. A umbanda, o espiritismo tão enraizado

no "Afro-Brasil", é diluído e vem a se tornar mais respeitável com uma infusão de Allan Kardec. Gabriela, a heroína mulata de Jorge Amado, cuja estória foi adaptada à novela de televisão, aparece nos anúncios como uma morena com traços europeus.

É evidente que o esforço dos negros de São Paulo e da poesia de Nei Lopes para interpretar sua situação social pela literatura abrangem diferentes aspectos da experiência negra no Brasil. Embora conflitantes na forma e nos ideais, devem em última instância servir a um propósito comum, que é o de ajudar a desgastar e destruir o complexo de inferioridade dos afro-brasileiros, por ser tal complexo a base sobre a qual se assenta a teoria

da democracia racial no Brasil. Devem também ajudar a destruir o complexo de inferioridade de tantos brasileiros brancos que menosprezam a importância da influência do "Afro-Brasil" na vida e na cultura nacionais. O tão celebrado ideal de "branqueamento", pelo qual a população brasileira está destinada a tornar-se mais clara através da miscigenação, é uma esperança que emana dos brasileiros brancos e que encontra agora a sua contrapartida no ideal de "negrificação" — uma nova versão do mulatismo —, mas enfatizada muito mais pelos negros do que pelos brancos.

Tradução: Maria Helena de Oliveira Barbosa

NOTAS

1. *A Antologia Negra* de Blaise Cendrars foi publicada pela primeira vez em 1921 (Paris: Éditions de la Sirène). O poeta visitou o Brasil em 1924. Para suas ligações com o mungo luso-brasileiro, ver: R. Warnier "Blaise Cendrars e o mundo luso-brasileiro", *Colóquio Letras*, 13 de maio de 1973. Para referências de escritores afro-americanos em países de língua espanhola, particularmente Cuba, ver: O. Fernandes de la Vega e Alberto N. Pamiés, *Iniciação à Poesia Afro-Americana* (Miami: Editora Universal, 1973).
2. De la Vega e Pamiés, *in op. cit.*, indicam Raul Bopp, Jorge de Lima e Jorge Amado como expoentes do afro-brasileirismo. A estes poder-se-ia acrescentar o nome de Ascenso Ferreira.
3. Roger Bastide, "Variações sobre a negritude", *Nouvelle Somme de la Poésie du Monde Noir* (Paris: Présence Africaine, 1966).
4. Roger Bastide, "A imprensa negra em São Paulo", *Estudos Afro-Brasileiros*.
5. O poema seguinte, de Diocleciano Nascimento, publicado no *Clarim d'Alvorada*, de 5 de fevereiro de 1928, ilustra bem a tentativa de assimilação das técnicas poéticas parnasianas (sonetos e imagens mitológicas). Ao mesmo tempo o sentimento descrito está profundamente ligado às aspirações sociais da classe a que pertence o escritor — respeitabilidade através do casamento: (o tema será discutido adiante com maiores detalhes.): "Quero casar contigo, Benedita,/Quero fazer-te minha companheira,/Até que a Parca venha, sorradeira,/Roubar-te, ou eu, desta terra bendita, //Esqueçamos da morte. Vá, medita/Na união de nós dois; na costureira,/Que, o vestido de noiva, vai, faceira,/Construir-te de seda bem bonita./Tenho na mente, os dias recontados,/Em que iremos, sorridentes, entrar/No cartório de Paz, de braços dados. //Sonho que ouço o Juiz pronunciar: /— "Pois, em nome da Lei, estão casados,/Sejam felizes, vão para seu lar."
6. O *Clarim d'Alvorada* apareceu regularmente entre 1924 e 1935 e era principalmente trabalho de dois jornalistas, Jayme de Aguiar e José Correia Leite. Por algum tempo o jornal apresentou uma seção chamada "O mundo negro", dedicada aos movimentos reivindicatórios de negros de outras partes do mundo, em especial o de Garvey, nos Estados Unidos. Algo que impressionou o grupo do *Clarim* foi o grau de solidariedade entre todos os descendentes de negros dos Estados Unidos. Sentia-se que a maior brutalidade deflagrada contra os negros norte-americanos tinha produzido efeitos positivos. Na edição de 20 de dezembro de 1931, aparece a foto de um grupo de ativistas mulatos de Chicago que, no Brasil, se considerariam brancos; a manchete diz: Escapou de branco, entra na Frente Negra, que de fato existe em Chicago". Nessa mesma época, o *Clarim* tentava incutir em seus leitores os ideais necessários à ascensão social: poupança, modéstia, casamento e família. Ênfase especial era dada às participações de casamentos, novidades da crônica social etc.
7. A Frente Negra Brasileira surgiu em 1930 e a princípio representou todos os grupos negros, incluindo o do *Clarim*. Entretanto, em 1932, sob a liderança do monarquista Arlindo Veiga dos Santos, começou a seguir ideais mais próximos a uma espécie de fascismo negro, o que era inaceitável pelo *Clarim*, de tendência mais socialista. A liderança da Frente, de maior prestígio e com seu nacionalismo extremado, atraiu as massas, e o resultado é que conseguiu reunir sob sua bandeira 200 mil membros em todo o Brasil. Quaisquer que fossem seus ideais, pode ser considerado como o mais efetivo movimento social negro da história do Brasil, oferecendo assistência médica e dentária gratuitas e ajuda jurídica para os membros de sua sede em São Paulo. Em 1935 foi registrada como partido político, fechado em 1937 por Getúlio Vargas. Para a história do *Clarim* e da Frente Negra, ver: Renato Jardim e José Correia Leite, em *Movimentos Negros* (inédito).
8. Renato Jardim, José Correia Leite, *op. cit.*
9. Roger Bastide, "Considerações acerca da poesia afro-brasileira", *O Estado de São Paulo*, de 21 de setembro de 1945, p. 4-5.
10. Lino Guedes, *Urucungo*. (São Paulo: Coleção Hendi, 1936).
11. Lino Guedes, *op. cit.*, p. 59.
12. Lino Guedes, *Dictinha*, separata de *O Canto do Cisne Preto* (São Paulo: Coleção Hendi, 1938) (originariamente pu-

blicado em 1927 pela Tipografia Áurea, São Paulo).

13. Lino Guedes, *Negro Preto Cor da Noite*, (São Paulo: Coleção Hendi, 1938).

14. A violência doméstica, o abandono, o ciúme, a queda da mulata fútil, eram temas comuns nos sambas de 1930. A diferença entre a atitude de Guedes e a dos compositores de sambas está no compromisso social do primeiro e no fanatismo dos últimos, que não conseguiam resistir a se "afogarem" de tempos em tempos na alegria.

15. Por exemplo, no poema "Dictinha": "... desta localidade/És a mais bela pretinha:/Se não fosse profanar-te,/Chamar-te-ia ... francezinha." Ou ainda em "Triste fim": "Você, apesar de preta/Você é uma rosa, Dictinha,/A florir com sua graça/Toda esta existência minha!"

16. Cf. "Dictinha": "a andar cheia de graça", ou "Damiana": "corpinho de ébano/que é mais que uma obra de arte ..." (Urucungo, p. 25).

17. "Não sei qual será meu fim,/Bem triste, talvez, Dictinha,/Se me não acompanhar/De branco toda inteirinha,/Num dia de primavera,/Ao altar da capelinha" ("Triste fim").

18. Lino Guedes, *Negro Preto ...*; ver parte intitulada "Bagunça". Os títulos de alguns poemas desta parte foram escritos em diagonal ou na vertical, denotando assim um certo sinal de sofisticação.

19. Orígenes Lessa escreveu sobre Guedes: "É preto. Sabe que é, conforma-se com a cor, situa-se entre os seus irmãos, e canta-lhes as alegrias e tristezas. É tão simples, tão natural, tão espontâneo, que a gente compreende agradecido que não está, mesmo, diante de um mestiço." (Citado em *O Canto do Cisne Preto*)

20. Vicente Ferreira, orador popular de São Paulo, em 1930, orgulhoso de seu passado mestiço e de sua falta de cultura, era um severo crítico de Guedes. Em um artigo publicado no *Clarim d'Alvorada* (23.08.30), intitulado "Sou filho de catterva", escrevia: "... o meu berço foi embalado com a música triste da agonia dos escravos, mas o sr. Guedes, que é um refratário à comunhão de sua raça, nunca é presente na hora de combate porque tem a escola dos morcegos; que nem nas noites de luar se apresentam para enganar o silêncio."

21. Roger Bastide, artigo citado.

22. "Negros", poema de Solano Trindade em *Seis Tempos de Poesia*, (São Paulo: H. Mello, 1958) p. 44.

23. Roger Bastide, *Id., ibidem.*

24. Solano Trindade, *Cantares ao meu Povo*, (São Paulo: Fulgor, 1961) p. 185.

25. Solano Trindade, *op. cit.* p. 156.

26. Ver os poemas de Guedes sobre a peregrinação a Bom Jesus de Pirapora em *Negro Preto Cor da Noite*. Ver também o poema "Só p'ra moer".

27. Apreciação da poesia de Trindade, publicada em *Poemas de Uma Vida Simples* (São Paulo: 1944).

28. Solano Trindade; in *Cantares ao meu Povo* (primeiro caderno).

29. Lei n.º 1.390, de 3 de julho de 1951, dita Lei Afonso Arinos, que proíbe a discriminação racial.

30. Alberto Memmi, *O Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967), p. 119-41.

31. A primeira coletânea de poemas de Eduardo Oliveira, *Além do Pó*, foi originalmente publicada em 1958, seguida de *Ancoradouro*. Ambas foram incluídas em *Evangelho da Solidão*, (São Paulo: Prudência, 1969), edição completa de seus trabalhos. "Sombra e luz" (*Além do Pó*) in *Evangelho ...*, p. 44.

32. "A grande viagem" (*Além do Pó*), in *Evangelho ...*, p. 45.

33. "Envelhecer" (*Além do Pó*), in *Evangelho ...*, p. 65.

34. "Limbo" (*Ancoradouro*), in *Evangelho ...*, p. 77.

35. Ver, como exemplo, "Retiro no sertão" (*Ancoradouro*), in *Evangelho ...*, p. 67.

36. Ver "Soneto infantil" (*Ancoradouro*), in *Evangelho ...*, p. 84.

37. Ver "Os egressos do sonho" (*Ancoradouro*), in *Evangelho ...*, p. 80.

38. "Das piras do Kilimanjaro" (*Banzo*), in *Evangelho ...*, p. 100.

39. "Mensagem" (*Banzo*), in *Evangelho ...*, p. 109.

40. *Gestas Líricas da Negritude*, (São Paulo: Obelisco, 1967). Com prefácio de Tristão de Athayde, acha-se também incluída em *Evangelho da Solidão*.

41. *Gestas Líricas da Negritude*, p. 23.

42. "Canto dos cisne negro", in *Gestas Líricas ...*, p. 31.

43. *Feira Livre* ainda não está publicado. Os poemas de Nei Lopes apareceram em vários jornais do Rio de Janeiro (*Jornal do Comércio*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*) e também na *Revista da Civilização Brasileira*. Tem ainda poemas na *Primeira Antologia de Novos Poetas do Novo Rio de Janeiro*, organizada por César de Araújo e Walimir Ayala (Rio de Janeiro: Coleção Solombria, 1975).

44. *Feira Livre*, p. 23.

45. Cf. "Asfixia da gravata", no poema "Repto", in *op. cit.*, p. 64.

46. Cf. o poema "Mohammed Ali", in *op. cit.*, p. 45.

47. Nei Lopes, *op. cit.*, p. 5.

48. "Retiro no sertão" (*Além do Pó*), in *Evangelho ...*, p. 67.

49. "Oniri-tapacunhém", in *Feira Livre*, p. 33.

50. "Lamento negro" (*Banzo*), in *Evangelho ...*, p. 105.

51. *Feira Livre*, p. 37.

52. Estudo interessante sobre a passagem do samba de sua condição social própria para uma forma de música popular comercializada é-nos dado por J. Batista Borges Pereira, em seu artigo, "O negro e a comercialização da música popular brasileira", publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 8, 1970.

53. Trindade escreveu um poema para Nicolás Guillén (cf. *Seis Tempos de Poesia*, p. 45). Lopes escreveu a seguinte dedicatória ao poeta cubano, em *Feira Livre*: "Para Nicolás Guillén que, em 1930, com seus *Motivos de Som* — poemas escritos no ritmo daquela dança cubana, provocou um grande escândalo literário."

SUMMARY

In this article the author discusses the theme "Race-Nationalism" of four Black Brazilian poets — Lino Guedes, Solano Trindade, Eduardo de Oliveira, and Nei Lopes. He traces the influence of Rousseau's theories of redemptive primitivism, notes the afro-amero-indian school of Caribbean *mestiços* such as Matos and Guillén, as well as Brazilian white modernists, and refers to the Black São Paulo newspapers at the beginning of the century as conservative and aspiring to be part of the establishment.

He then examines the "Black Brazilian Front" (*Frente Negra Brasileira*) of the 1930's and its "racial-patriotism", which he believes well-expressed in the paper *Voz da Raça* and the poetry of Lino Guedes. Only in 1950's and 60's, again in São Paulo, would the race question be taken-up anew in the literature by the young generation of Black writers, late comers to the ideas of Negritude. Along with anger, the author found in the poems of Eduardo de Oliveira and Oswaldo Camargo expressions of desire to share the privileges of the white middle-class.

Brookshaw then compares "Black poetry" by traditional Black writers with the "Afro-Brazilian poetry" of white modernists, including Solano Trindade (Pernambuco) and Nei Lopes (Rio de Janeiro) as Black followers of these trends. Lino Guedes is viewed as the first Black poet trying consciously to express the spirit of Black Brazilians, in a puritanical, and determinist manner, referring to slaves as stoic, discreet, moralistic and, above all, patriotic; as well as to their descendants who must refrain from fraternizing with the successors of white oppressors and have racial solidarity. He is viewed as a poet of love/marriage/family exclusively among Blacks; a poet who imitates the bourgeoisie, stereotypical and unpretentiously humble.

Citing Roger Bastide frequently Brookshaw points out that while in the United States the type of poetry used to overcome color barriers and transform racial struggles into class-struggle was of a Marxist nature, in Brazil it is the adoption of standards of bourgeois values that permits the crossing of color lines.

The poetry of Solano Trindade is examined next, in contrast to that of Lino Guedes, is seen as idealist-marxist. Trindade refuses the exclusivity of racial

identification and likens himself to another marxist writer of the 40's, Jorge Amado. He talks about love as a centrifugal force, and of universalism as ideology. His poetry is sexual and sensuous, non-conformist and egocentric, it vibrates Afro-Brazilian themes in drumlike rhythms, it is vital and full of messages, exuberant and conscious. The author then points to Bastide's observation that in Brazil there is no color barrier, only a behavior barrier, accepted by Guedes and rejected by Solano.

Further efforts to unmask the colonialist "racial-democracy", were recently undertaken by the angry poetry of Eduardo de Oliveira from São Paulo, who expresses the pain, humiliation, Christian resignation, assimilation, insecurity, escapism, spiritualism, and vulnerable desire of social promotion which plague Black Brazilians. Contradictory, Oliveira becomes emotional with his social frustration and ends up disillusioned, preaching a return to natural primitivism. In the late 60's, however, the poet expresses solidarity with African independent movements, attacks South Africa's *apartheid*, identifies himself with rebellious North-American Blacks, forgets Brazil and immerses himself in an all-embracing, mystical, non-revolutionary Africa. Erudite poet of anti-materialist negritude, he ends up deffending poverty as a step toward virtue and a state of freedom.

Nei Lopes from Rio de Janeiro, by ideological choice, is more a *samba* composer than a poet, with a rhythm derived from Afro-Brazilian music. Accessible, authentic, immersed in popular culture, *mestiços* and *favelas*, with no ties to Africa, he becomes the poet of "tropicalness": musical, colorful, irreverent, sensual; but at the same time nationalistic and non-conformist.

Brookshaw asserts that Eduardo de Oliveira and Nei Lopes are at once similar and different. Both have passed through negritude, both are petit-bourgeois nationalists. Yet where Oliveira bows reverently, Nei raises his voice defiantly and sings; while Oliveira is formally traditional and classical, Lopes composes popular *sambas*. Oliveira is submerged in symbolism and parnassianism, Lopes aligns with the modernists. Oliveira is only an erudite romantic; while Nei has conquered the sophistication of a dream and the utopic. Oliveira is a tragic and melodramatic pessimist; Lopes represents the optimistic expression of a new cultural world.

RÉSUMÉ

Dans son article, l'auteur aborde le thème "racial-nationaliste" de quatre poètes brésiliens noirs — Lino Guedes, Solano Trindade, Eduardo de Oliveira et Nei Lopes. Après avoir rappelé l'état "sauvage, primitif et rédempteur", prêché par Rousseau, il cite l'afro-indienne-américanité des métis antillais Matos et Guillén et de nos modernistes blancs, faisant aussi référence à la presse noire de São Paulo, du début du siècle, celle-ci jugée conservatrice et aspirant à l'establishment. L'auteur traite ensuite du *Front Brésilien Noir* des années 30 et de son patriotisme racial, qu'il considère bien exprimé dans le journal *Voz da Raça*, ainsi que dans la poésie de Lino

Guedes. Seulement dans les années 50 et 60, également à São Paulo, la question raciale serait reprise dans la littérature par une jeune génération d'écrivains noirs, tardivement "négritudinistes". Plus que de la révolte, on trouverait dans les poèmes d'Eduardo de Oliveira et d'Oswaldo Camargo, un désir de partager les privilèges des blancs petits bourgeois.

David Brookshaw confronte, par la suite, la poésie noire des écrivains traditionalistes noirs, à la poésie afro-brésilienne des modernistes blancs, s'en rapportant à Solano Trindade, du Pernambuco, et à Nei Lopes, de Rio, leurs successeurs noirs. Lino Guedes serait le premier

brésilien noir qui, d'une façon puritaine et déterministe, essaierait d'exprimer consciemment l'esprit des brésiliens noirs. Il le ferait en parlant des esclaves stoïques, discrets, moralisateurs et surtout patriotes, ainsi que de leurs descendants, qui devraient se refuser à fraterniser avec les fils de leurs oppresseurs blancs et être racialement solidaires; il serait le poète de l'amour, du mariage, de la famille exclusivement parmi les noirs; et serait aussi le poète de l'embourgeoisement, de l'humilité modeste et stéréotypée.

En citant Roger Bastide, Brookshaw remarque qu'aux Etats-Unis, le style poétique est utilisé afin de dépasser les barrières de couleur et de transformer la lutte raciale en lutte de classes pour en faire une poésie marxiste, tandis qu'au Brésil ce n'est que par l'ascension au modèle de la classe bourgeoise que l'on aboutit à un tel passage.

Solano Trindade est considéré ensuite, presque en opposition à la poétique de Lino Guedes, comme étant idéaliste-marxiste; il refuse l'exclusivité de l'identification raciale et ressemble à un autre écrivain des années 40, Jorge Amado. Il parle de l'amour comme force centrifuge, et de l'universalisme comme idéologie. Sa poésie est sexuée et sensorielle, anti-conformiste et égocentrique, à la thématique afro-brésilienne rythmée par des tambours, pleine de vie, engagée, exubérante et consciente.

Ensuite, l'auteur rappelle que Bastide affirme qu'il n'existe pas de barrières de couleur au Brésil, simplement un problème de comportement, affirmation acceptée par Guedes, mais refusée par Solano.

Ce problème, déguisé par la fausse démocratie raciale colonialiste, serait repris récemment par le noir Eduardo de Oliveira de São Paulo. De formation symboliste, il exprime à travers sa poésie engagée la

douleur, l'humiliation, la résignation chrétienne, l'assimilation, l'insécurité, la fuite, le spiritualisme, le désir vulnérable de la promotion sociale.

Plein de contradiction, Oliveira tombe dans une frustration sociale et, par déception, finit par prêcher le retour au naturalisme primitif. Cependant, après 1960, le poète se solidarise avec le mouvement d'indépendance africain, attaquera l'*apartheid* sud-africain, s'identifiera aux Nord-Américains noirs revoltés. Il oubliera le Brésil et se tournera vers l'Afrique mythique, amoureuse et non-révolutionnaire. Poète érudit de la négritude anti-matérialiste, il finira par défendre la pauvreté, qu'il considère comme un pas vers la vertu et l'état de liberté.

Mais Nei Lopes, de Rio, est, par choix idéologique, plus un compositeur de *samba* qu'un poète, rythmé par la musique afro-brésilienne. Accessible et authentique, imprégné de culture populaire métisse et des *favelas*, sans liens avec l'Afrique, il est le poète du "tropicalisme": musical, coloré, peu respectueux, sensuel mais, en même temps, nationaliste et non-conformiste.

Eduardo de Oliveira et Nei Lopes sont, à la fois, trop proches et suffisamment éloignés l'un de l'autre. Tous les deux sont passés par la négritude, tous les deux sont et se sont assumés comme petits-bourgeois, tous les deux ont rêvé de l'intégration nationale. Néanmoins, tandis que Oliveira reste respectueux, Nei appelle à la provocation. Si le premier reste, formellement, le traditionnel et classique compositeur de sonnets, le second est un compositeur de *samba*. Celui de São Paulo, vient du symbolisme et du parnasseanisme; celui de Rio, se range du côté des modernistes. Oliveira est seulement un romantique érudit; Nei acquit la sophistication du rêve et de l'utopie. L'un, est un pessimiste tragique et mélodramatique; l'autre, l'expression optimiste d'un nouveau monde culturel.

A INOVAÇÃO NA LITERATURA ANGOLANA

José Luís Pires Laranjeira*

A literatura angolana tem lutado pela sua emancipação da forma mais conseqüente: regionalizando-se, muitas vezes até o limite do aceitável, correndo mesmo o risco de ultrapassar o equilíbrio sonoro e semântico, sujeitando-se a entrar na zona perigosa da ininteligibilidade.

Trata-se de uma constatação, sem juízo crítico.

Vai tornando-se mais difícil a um crítico europeu criticar as literaturas africanas. A maior parte dos países africanos são Estados constituídos por Nações. Angola é um Estado com várias Nações, portadoras de culturas diversas, umas mais contactadas pelo colonialismo do que outras. É mais complexo do que poderíamos supor nós, os que, desde as bancadas do mundo, com maior ou menor conhecimento de África, nos abalançamos a criticar as obras literárias africanas, muitas vezes pela simples razão de estarem escritas *também* em língua portuguesa. Como se se pudesse ter competência e *performance* para, analogamente, qualquer crítico que fale português poder criticar com segurança qualquer obra brasileira. E desde que essas obras apareçam com incursões das línguas africanas ou crioulas o problema agudiza-se. Não se trata já de uma "extensão" literária da língua portuguesa, mas do inverso, uma incursão das línguas (do texto, do imaginário) africanas nos domínios da língua portuguesa. Já que, como dizia Sartre, "o opressor está presente até na língua que falam [os colonizados], eles falarão essa língua para destruí-la", ou melhor, modificando-a no seu uso, porque é uma língua estrangeira, imposta, sem alternativa! Por isso, o bilingüismo literário da época colonial não releva das virtudes do enriquecimento cultural, a que se refere Arnaldo Saraiva, no seu *Bilingüismo e Literatura*, e, embora possa usufruir dessa regalia em percentagem moderada, "não pode ser identificado com qualquer outro dualismo lingüístico (. . .) *Os dois universos simbolizados, acompanhando as duas línguas, estão em conflito*: são os universos do colonizador e do colonizado. Por outro lado, a língua materna do colonizado, aquela que é alimentada pelas suas sensações, paixões e sonhos, aquela na qual se libertam a ternura e o assombro, enfim, aquela que recebe maior carga afetiva, é essa precisamente a *menos valorizada*. Não tem dignidade nem no país nem nas relações entre os povos".¹ O emprego das línguas banto pelo escritor colonizado (ainda que parcelar) é, por isso, uma afirmação peremptória e inequívoca de rebeldia e insubmissão ao estatuto de colonato ou assimilacionismo. E opõe-se mesmo, pelo desmascaramento regionalisticamente especificador da exploração e opressão coloniais, ao carácter difuso e arquetípico da Negritude, que é existencialista (nos seus primeiros tempos, recorde-se, foi também *espacialmente* surrealista), longe,

* Professor de Língua e Literatura portuguesas. Membro do Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

portanto, de qualquer procedimento concreto ou concretizável nas suas alusões. O bilingüismo colonial é, como diz Memmi, um drama lingüístico, o que não impede que se possa considerar a língua do colonizador simultaneamente como "língua da emancipação e da alienação".² Mas este é outro aspecto da questão: o escritor ter de utilizá-la por ser a sua língua e por necessidade de fazer-se ouvir por um público mais vasto. Será, então, no modo de utilização do bilingüismo textual que residirá o seu carácter de (não-) eficácia. Diz Arnaldo Saraiva que "o bilingüismo de um texto, se permite toda a gama de registros estilísticos, tende geralmente para um destes pólos semânticos:

Decoração	Funcionalidade
Reprodução	Estrutura
Ilustração	Invenção
Citação	Integração
Apêndice	Corpo
Exibição	Atuação
Erudição	Criação
Subserviência	Convivência
Habilidade	Habilitação
Diversão	Jogo
Solenidade	Paródia
Legalidade	Transgressão
Ponto de partida/ chegada	Ponto de encontro/ cruzamento

"O verdadeiro bilingüismo literário visará sempre o segundo pólo: é o de Gil Vicente, de Joyce, de Guimarães Rosa — não o de Azurara, que sempre distinguirá, se não graficamente pelo menos semanticamente, as duas línguas em questão: ou com as aspas, ou com os parênteses, ou com o itálico, ou com os dois pontos e o espaço em branco".³ Aí está uma conclusão que se adapta à literatura africana e, particularmente, à angolana. Os poetas do século XIX "envergonharam-se" das línguas banto e "desculpavam-nas" com aspas e itálicos. Mas a geração da *Mensagem* não se furtou a "exibi-las em fértil cópula", numa *orgia*⁴ de jogo transgressivo. Não por universalismo ou riqueza mas por combate na diferenciação, pelo que, no caso africano da época colonial, não se pode estar de acordo com a afirmação de que "nenhum escritor pertence a nenhuma literatura, língua ou país: pertence apenas à linguagem, quer dizer, é de toda humanidade. Querê-lo só desta ou daquela literatura, língua, país, é empobrecê-lo, e empobrecer-se".⁵ A literatura angolana luta primeiro pela acentuação do seu regionalismo, numa intenção declaradamente política, talvez restringindo o seu universalismo, mas consciente da opção: tratava-se de erguer uma literatura onde não havia um país. A literatura angolana torna-se independente ou, pelo menos, menos dependente lingüisticamente, quando rejeita os arquétipos culturais luso-europeus e passa a incluir traços ou a basear-se em esquemas

de culturas africanas. Torna-se africana para, só depois, ascender ao convívio com os povos de todo o mundo, remetendo a literatura colonialista, que se pretendia africana, para aquilo que efetivamente nunca deixara de ser: não-literatura, pelo menos do ponto de vista africano. A literatura constrói-se a partir da língua vulgar, admite o bilingüismo e despreza, ou ridiculariza, a *perfeição culta* europeia, ainda que muitas vezes à custa da estilização de arquétipos europeus, admitida que foi a sua *influência* (precisamente por ser já *influência*, a partir da independência literária, e não dominância colonialista). Então, o paralelismo com a formação das literaturas medievais europeias do sul torna-se flagrante.⁶

Daí a literatura angolana ser dissemelhante, nos seus processos e objetivos, das outras literaturas de língua portuguesa. Uma única característica marcante será suficiente para distanciá-la. Essa característica é precisamente o bilingüismo. Tematicamente, ela é também muitíssimo mais copiosa e variada do que as de Moçambique, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe. Até por existir em maior quantidade! Na base desta diversidade há situações culturais pré-coloniais díspares e fatores de colonização altamente diferenciados. Apenas dois exemplos significativos: a influência da unidade civilizacional do Sudeste africano (com caldeamento árabe e chinês e línguas maioritárias) e a repartição lingüístico-tribal do Sudoeste. É evidente que esta minha posição se opõe a muitas outras e, dessa forma, desemboca na necessidade de alterar a tática de abordagem. O prejuízo que se pode apontar à *visão equitativa dos particularismos* deriva da tendência unânime em analisar literaturas diversas sob um austero escopo agrupamentista, centralizador. Tem-se atribuído demasiada importância à idéia de que as literaturas são recentes, escassas e redutíveis a uma tipologia comum. Reduz-se, assim, a sua multiplicidade de pontos de vista e de processos no tempo e no espaço a uma visão finita, limitada por interesses imediatamente temáticos: o Combate, o Farol da Liberdade. Como conseqüência, o aparecimento de generalizações abusivas (abrangendo as áreas de Cabo Verde, Angola, Guiné, São Tomé e Príncipe e Moçambique) ainda que, por vezes, estabelecendo pequenos índices de individuação. Se é certo que a obsessão de certos temas, *topoi*, tropos e tipos são detectáveis em todas elas (a cor racial, coloquialismo, anáfora, o escravo) não é menos verdadeiro que a nível de *processos técnicos*, *referências históricas* e *significação* perdem a homogeneidade e a unidimensionalidade (que se lhes pretende atribuir) e obrigam à aplicação de metodologias variadas na abordagem. Pode dizer-se até que as abordagens globais têm sido conseqüência de oportunismos e facilitações: todos num saco torna-se mais poupado e vistoso, "credenciando"

os seus autores com méritos de síntese e analogia. É inegável, por exemplo, que todas as literaturas abundam em invocações à Mãe, à Mãe-Negra, à Mãe-Terra. No entanto, a região em que primeiro (princípios da década de 50) se tratou essa temática em quantidade e qualidade, sob a óptica de *diáspora*, foi Angola. E onde primeiro (1975, Arlindo Barbeitos) se tratou antitradicionalisticamente, com arrojo inovador, do ponto de vista freudiano, continuou a ser em Angola. Outro tema — fábricas e operários — surge, pela primeira vez, em 1974, ainda na escrita de um poeta angolano, David Mestre, sob título elucidativo: *Fábrica*. É por estas e outras que a historiografia cronológica se torna imprescindível, que as literaturas africanas, pelo menos da época colonial, não podem ser analisadas e teorizadas sob a égide monopolizadora, por exemplo, do estruturalismo. As histórias dos povos e das literaturas apresentam-se com sinais de estreitas relações e mútuos condicionamentos e implicações; mas como se explicaria que povos em luta pela libertação colonial somente em 1974 produzam um poema centrado sobre o operariado, não pelo entendimento prévio de que a guerrilha camponesa deu origem imediata a uma literatura de circunstância sobre a guerra nas matas e de que a elite literária cidadina estava irremediavelmente amordaçada para poder falar de operários? O estruturalismo poderá servir como um dos componentes do método de abordagem e não como o método exclusivo, sob pena de se desprezar a funcionalidade da literatura africana, ainda que essa funcionalidade surja como mera tentativa de clarificação da personalidade do intelectual desligado das populações analfabetas (e, portanto, pouco receptoras), embora dando corpo de letra às suas aspirações. Alda Lara, por exemplo, no que concerne ao tratamento diaspórico da Terra-Mãe, ganha ressonância no espírito dos angolanos não só por repercutir o grito coletivo de ruptura forçada dos exilados com a terra e o povo, mas também, e sobretudo, por reclamar, se bem que de forma indireta, homológica, o direito ao usufruto da terra (tendo em vista a filosofia *ntu*, que postula que a terra não se *possui* mas ama-se), como fizera já *A Voz de Angola Clamando no Deserto* (assim se chamou o primeiro protesto reivindicativo coletivo, em 1901) contra a dupla abstenção telúrica: de presença e de utensilagem. Diogo Cão foi, aliás, o primeiro europeu a interditar o usufruto da terra. E impôs, pela primeira vez, um novo "totem" — o padrão — e, através dele, um novo "culto": a veneração forçada dos ladrões. A geração da *Mensagem* pode ser assim justamente colocada no respectivo tempo e espaço de revolução extrema — arrancando quase do nada —, se se considerar relevante o seu fito (expresso no programa) de rumar em direção à TERRA e às LÍNGUAS,

duas entidades insubstituíveis na constituição do ser nacional, desprezando de pronto a citação da cor, abordada com antecedência por Costa Alegre e Francisco José Tenreiro, ambos de São Tomé. Já se disse que o tema da cor da pele teve a sua moda breve, mesmo depois da fase inaugural de revolução, sendo prontamente obliterado. Este, como outros temas, tratado com fixidez obsessiva, dava azo à estreiteza de leituras, fechando o texto num esquema sem saídas. Engels escreveu: "Quanto mais ocultas as opiniões do autor, tanto melhor para a obra de arte. A tendência deve sobressair da situação e da ação mesmas, sem que seja explicitamente formulada." E depois, como falar de negritude quando se é branco? (Antônio Jacinto, Luandino Vieira, Antônio Cardoso, Ernesto Lara Filho, David Mestre e outros são escritores angolanos brancos.) No erro literário da *clareza panfletária* (ou nem isso sequer) incorreram igualmente os artesãos da *poesia de guerrilha* e da *narrativa de exemplos* (PePETELA, por exemplo), produzindo textos propagandísticos e didáticos mas literariamente débeis. O papel fundamental da transgressão da língua padrão e dos processos de poetização e narração, forjando uma nova estética, foi desempenhado em primeira mão (ainda) por Angola (Luandino Vieira, 1965, e João-Maria Vilanova, 1974), acompanhada mais tarde por Cabo Verde (Corsino Fortes, 1974) e Moçambique (Mutimati Barnabé, 1975). Após as independências, verifica-se uma dualidade de compreensão do fato literário que irá certamente dinamizar a produção: acelera-se o embate (a dialética) entre os intelectuais saídos da guerrilha e os ressurgentes dos guetos citadinos e da diáspora. O resultado só poderá ser favorável a ambas as partes, descontados os percalços (embustes) sofridos por alguns menos preparados em teoria estética e história social, mais acorrentados a pre(con)ceitos jdanovistas de "realismo socialista". Estou a lembrar-me de Manuel Rui, um caso de retrocesso criativo em *11 Poemas de Novembro*.

Com base na proposição de Moacyr Cirne/Karl Marx — "não é a linguagem que determina a significação (social), mas a significação (social) é que determina a linguagem" —, seria interessante e produtivo determinar até que ponto o atual poder político dos escritores angolanos lhes retira *poder de transgressão*. Conseguir-se-á evitar a sedução do dirigismo, ainda que de consciência, e do imediatismo? Ruy Duarte de Carvalho, em *Como se o Mundo não Tivesse Leste*, furta-se ao "dirigismo cultural", quanto mais não seja por ter situado a ação dos seus textos numa zona geográfica pouco tida em atenção ficcional: o Sudeste de Angola, as chamadas Terras do Fim do Mundo. Ainda uma vez mais o biografismo, a cronologia, explicam muita coisa: o escritor viveu lá demoradamente, ao

contrário de todos os outros escritores angolanos. Com Ruy Duarte de Carvalho a ficção angolana engrossa a sua representatividade geo-social e, tal como a poesia de Agostinho Neto, concentra a sua força original ao nível do texto profundo e não da

superfície. Ao fim e ao cabo, demonstrando que cumprindo a regra da subversão lingüística ou eximindo-se dela, a literatura angolana só é possível com o claro entendimento e o perfeito domínio da complexidade escritural.⁸

NOTAS

1. Albert Memmi, *Retrato do Colonizado, Precedido do Retrato do Colonizador*, (Lisboa: 1974), p. 150-1.
2. André Fontaine, in *Le Monde* (15-1-74), citado por Arnaldo Saraiva, in *Bilingüismo e Literatura*, (Porto: s/d), p. 53.
3. Arnaldo Saraiva, *op. cit.*, p. 87-8.
4. *Id.*, *ibid.*
5. *Id.*, *ibid.*, p. 12.
6. "Trata-se de literaturas novas que se criam; nenhum princípio humanista de imitação rigorosa, nenhuma regra poética obrigatória as fazem diretamente dependentes da literatura latina que as precedeu." Hans Robert Jauss, *A História Literária como Desafio à Crítica Literária. Literatura Medieval e Teoria dos Gêneros* (Vila Nova de Gaia: 1974), p. 86.
7. Moacyr Cirne, *Vanguarda: Um Projeto Semiológico* (Petrópolis: Vozes, 1975).
8. As teorias de Kristeva e de Derrida seriam aqui aplicáveis com proveito se o texto pudesse prolongar-se.

SUMMARY

The author affirms that it is becoming difficult for European critics to truly comprehend African literature. And, in the case of Angolan literature, insofar as it uses Bantu language expressions, this difficulty becomes even more acute, since the Portuguese language critic does not perceive how much there is of particular, original, in the bi-lingual expressions of this literature. Not to mention the cultural complexity of Angolan literature itself.

Apart from this, meanwhile, there are two other obstacles of an equally critical nature: first, that of viewing Angolan literature from the perspective of what it has in common with the critic — the Portuguese language — as if this were enough to make anyone competent to criticize it. Secondly, there is a certain critical tendency that believes it possible to reduce literature to one typology, on the basis that the literature treats common themes and motifs (for example, the Black-Mother or "Mãe-Negra", and skin color). And so, the European does not see the different way these themes and motifs are

treated, especially the Angolan *Mensagem* literature, which perpetrates a subtle but clear subversion of colonial cultural standards.

But it is in the language itself that such transgressions are more profound. Since the Angolan writer cannot escape the oppressor's language, or, perhaps because this language already is his, or in hopes of being read by a wider public, Angolan literatures becomes bi-lingual, conspiring towards the subversion of the oppressor's language from within. A subversion that becomes efficient to the extent that it overcomes the timidity of the *assimilado* writer of the 19th century (who either used italics or quotation marks for Bantu words, as to excuse himself for this usage) or escapes the regularization which guided literature after the war of liberation.

In any case, with or without regularization, the author concludes, comprehension of contemporary Angolan literature needs "the clear understanding and perfect domination of its written complexity".

RÉSUMÉ

Dans le texte, l'auteur affirme qu'il est de plus en plus difficile, pour un critique européen, de comprendre les littératures africaines. En ce qui concerne la littérature angolaise, surtout quand elle s'empare des langues Bantou, cette difficulté est rendue plus aigüe, car le critique (de langue portugaise) ne perçoit pas ce que la pratique bilingüe de cette littérature a de particulière, d'originale, de transgressive. Sans oublier, également, la complexité culturelle dans laquelle se situe la littérature angolaise.

Par ailleurs, ce genre de critiques se heurtent à deux obstacles: d'abord, celui de se pencher sur la littérature angolaise avec ce qu'elle a de commun — la langue portugaise — comme si cela suffisait à rendre quelqu'un capable de la critiquer. Ensuite, il y a une certaine tendance critique qui croit, qu'il est possible de réduire les littératures à une seule typologie, seulement par le fait qu'elles traitent de thèmes et de motifs communs (celui de la "Mère Noire" ou *Mãe-Negra*, ou celui de la couleur de peau). Et ainsi, ils ne voient pas les différentes façons d'aborder ces thèmes et ces motifs,

notamment dans la littérature angolaise de *Mensagem*, qui (et seulement à ce moment là) pratique une subversion subtile et extrême des modèles culturels coloniaux.

Mais c'est dans le langage que cette transgression se fait plus profonde: l'écrivain angolais ne peut pas fuir la langue de l'opresseur, soit parce qu'elle est déjà sa propre langue, soit parce qu'il prétend être lu par un public plus vaste, il utilise le bilinguisme dans la pratique littéraire, en s'engageant dans la subversion de la langue de l'opresseur au sein d'elle même. Une subversion qui devient efficace soit pour dépasser la pudeur de l'écrivain assimilé du 19.^e siècle (qui insérait, comme pour s'excuser, des termes bantou entre guillemets ou en italiques), soit pour échapper au dirigisme qui est devenu le guide de la littérature de la post-guerre de libération.

De toute façon, avec ou sans la présence du dirigisme, pénétrer la littérature angolaise exige une "compréhension claire et une parfaite maîtrise de sa complexité".

DOCUMENTO

THE BLACK PEOPLES' CONVENTION — BPC

A fundação do Black Peoples' Convention (Convenção do Povo Negro) constitui uma virada na história da luta de libertação nacional da Azânia (África do Sul). Surgiu como um movimento político a nível nacional, numa época em que as lutas políticas dos negros vinham de sofrer uma paralisação já há uma década.

Quando o Congresso Nacional Africano — ANC e o Congresso Pan-africanista — PAC foram, em 1960, considerados ilegais e banidos pelo opressivo regime racista da África do Sul, registrou-se um grande vazio político no seio da comunidade negra; em outras palavras, não mais havia resistência organizada contra a opressão sofrida pelo povo negro, em escala nacional. Assim, o Black Peoples' Convention — BPC nasceu dessa experiência peculiar — de constante opressão — que as massas do nosso povo compartilhavam como classe-nação; um povo ao qual é negado pelo sistema sul-africano do *apartheid* qualquer mecanismo político efetivo e relevante, através do qual as necessidades, aspirações, ideais e metas dos negros possam vir a ser realizadas.

Historicamente, o nascimento do BPC foi precedido de numerosas conferências e assembleias, nas quais tomaram parte diversas organizações negras que à época tinham perspectivas nacionais de luta. A primeira conferência teve lugar em Bloemfontein a 24 de abril de 1971, e o tema dominante foi "Cooperação e Coordenação dos Trabalhos de todas as Organizações Negras Progressistas". Entre as organizações presentes à Conferência podemos mencionar a Association for the Educational and Cultural Advancement of the African People of South Africa — ASSECA (Associação para o Progresso Educacional e Cultural dos Africanos da África do Sul), South African Students Organization — SASO (Organização dos Estudantes Sul-Africanos), African Independent Churches Association — AICA (Associação Africana de Igrejas Independentes), Inter-Denominational African Ministers Association — IDAMASA (Associação de Ministros Africanos Interconfessionais) e a Young Women's Christian Association (Associação Cristã de Moças). Ao fim da Conferência decidiu-se que os delegados elegeriam uma comissão *ad hoc*, encarregada de organizar uma outra que reunisse maior número ainda de organizações negras.

É de fato, com a presença de mais de 100 representantes de organizações negras ligadas a áreas de saúde, educação, cultura, religião, e também aos estudantes, essa conferência veio a acontecer em Pietermaritzburg, em meados de agosto do mesmo ano. Entre as principais resoluções contam-se:

— Compete a todas as organizações de povo africano a incumbência de formar uma organiza-

* Texto extraído do documento The Black Peoples' Convention (BPC) — South Africa: Historical Background and Basic Documents, publicado em janeiro de 1978.

ção nacional que reúna todas as organizações de negros.

— Que se faça mais íntima a colaboração de todas as organizações presentes à Conferência a outros grupos de negros, com o fim de concretizar as aspirações e metas dos oprimidos negros sul-africanos.

— A sugerida organização nacional atuaria fora das reservas criadas pelo governo sul-africano (os *bantustans*).

— À sugerida organização nacional caberia representar a opinião política africana e promover planos de desenvolvimento sócio-econômico, cultural e educacional.

Decidiu-se ainda pela formação de uma comissão *ad hoc*, encarregada de esboçar um plano de trabalho para a apresentação formal das propostas em torno de uma organização nacional. Era dado à comissão (chamada de National Organizations Conference) um período de quatro meses para elaborar uma constituição, um plano de desenvolvimento e promover uma conferência com a participação de todas as organizações de negros, quando então ficaria assentada a criação da organização nacional.

De 17 a 19 de dezembro de 1971 teve lugar, na Prefeitura de Orlando, em Soweto, proximidades de Johannesburg, a esperada conferência, a qual compareceram mais de 40 representantes de várias organizações. Confirmou-se, então, a formação da organização nacional, que veio a ser conhecida como Black Peoples' Convention — BPC (Convenção do Povo Negro).

A 14 de janeiro de 1972 a Comissão *ad hoc* do BPC distribuía à imprensa uma declaração em que anunciava a formação de um movimento político negro de âmbito nacional, voltado para a conscientização política do negro. Dizia o documento, entre outras coisas, que:

— Na África do Sul, os africanos, os *coloureds* e os indianos formam a comunidade negra que foi despojada de seus direitos inalienáveis, e que, por isso, há muito se via um vazio político no seio da comunidade negra.

— Difundiu-se a idéia (falsa) de que era ilegal a formação de movimentos políticos por negros.

— Esta Comissão está, assim, trabalhando para a consolidação de um movimento político centralizador, cujo propósito primeiro é unir e solidificar o trabalho do povo negro em direção à sua libertação tanto da opressão física, quanto psicológica.

— Nossos interesses, portanto, repousam na comunidade negra, e nosso único objetivo se encaminhará no sentido de atender a suas necessidades, que são as de todos os povos oprimidos.

— É, pois, essencial e imperativo que todo o povo negro, individualmente ou em organizações,

concentre suas forças a fim de alcançar suas aspirações. *Seu futuro está em suas próprias mãos.* (Ver *Black Review*, BPC, 1972.)

De 8 a 10 de julho de 1972, no Centro Ecnômico de Edendale (Pietermaritzburg), deu-se por fim a conferência inaugural do Black Peoples' Convention, quando formalmente se apresentou a organização nacional e se aprovou sua constituição.

Primeiro Congresso Nacional do Black Peoples' Convention — BPC

O primeiro congresso nacional do BPC aconteceu a 16 e 17 de dezembro de 1972, em Hamanskraal, nas proximidades de Pretória, quando os delegados da Organização, representando recém-formadas seções do movimento em todos os pontos do país, adotaram diversas e importantes resoluções que vieram a constituir os alicerces da linha política seguida pelo BPC. Na ocasião, formou-se o primeiro Comitê Executivo Nacional—NEC, constituído por Winniefred Kgware (presidente), Christopher Mokoditso (vice-presidente), Siphon Buthelezi (secretário-geral), Mosibudi Mangena (coordenador nacional) e Sathsivani Cooper (relações-públicas), e se aprovou por unanimidade a constituição do BPC, tal como referendada na Conferência de Pietermaritzburg.

Dentre as importantes resoluções, citaremos aquelas que se revestem de enorme significado, uma vez que esclarecem algumas distorções sobre o caráter político do Black Peoples' Convention:

Sobre organizações negras

Em dezembro de 1972, quando de seu primeiro Congresso, o BPC decidiu como da maior importância a manutenção de estreitos contatos e ativa colaboração com outras organizações negras que tencionavam promover os interesses dos negros oprimidos da África do Sul. As organizações especialmente mencionadas foram Natal African Worship — NWA, Natal Indian Congress — NIC, SASO, ASSECA, IDAMASA (outras não o foram por razões óbvias). Uma vez que o principal objetivo do BPC é o total engajamento das mais extensas camadas do povo na luta por sua libertação, o Congresso Nacional do BPC resolveu, como princípio, cooperar com outras organizações para a efetiva luta em prol da libertação nacional. É importante, pois, notar que o BPC não tem a intenção de "engolir" qualquer organização, mas sim a de permitir que mantenham sua própria iniciativa e independência. Resta dizer que é não somente duvidoso como politicamente ingênuo sugerir que o BPC queira se afirmar como uma alternativa para qualquer organização ou movimento!

Sobre organizações sindicais negras

O Comitê Executivo Nacional, eleito nessa Conferência, foi encarregado da importante tarefa de encorajar uma maior colaboração entre todas as organizações autênticas de trabalhadores. À época, a principal organização de trabalhadores era a Black Allied Workers' Union—BAWU, embora houvesse outras de expressão fundadas por iniciativa do Black Workers' Project. Esta decisão surgiu do reconhecimento da importância da classe operária, que tem historicamente assumido a vanguarda das lutas.

Sobre organizações internacionais e países independentes

A este respeito o BPC adotou a seguinte resolução (BPC National Congress Minutes Resolution 17/72):

“Que este Congresso, compreendendo ser da mais alta relevância que tenhamos (nós do BPC) saudáveis relações a nível internacional, e reconhecendo que existem países (e organizações) realmente interessados no destino do povo negro (da África do Sul), mas que face à dominação e manipulação imperialistas, são forçados a manter laços com a África do Sul; (. . .) Resolve:

- relacionar-se apenas com países e organizações internacionais que simpatizem e apoiem nossa causa;
- não ter qualquer ligação com poderes colonialistas ou imperialistas que se encontrem ativamente envolvidos na ajuda e apoio ao regime racista branco da África do Sul;
- e mais: que os países associados ou coniventes ao regime racista branco, que fraudulentamente tenta falar pelo povo negro da África do Sul sob o disfarce de *diálogo*, sejam repudiados.”

Sobre investimentos estrangeiros na África do Sul

A posição do Black Peoples' Convention sobre esta questão é bastante clara. O BPC pediu (e ainda pede) a total retirada dos investimentos estrangeiros da África do Sul. Externando claramente sua oposição às multinacionais (IBM, ITT, Kodak, Polaroid, Ford, Chrysler, General Motors, Shell, Mobil e muitas outras), cartas-manifesto foram endereçadas a essas corporações, e em forma de sinopse à imprensa, em 31 de janeiro de 1971, pelo então secretário-geral do BPC, Siphon Buthelezi. A resolução do BPC, em parte, afirma:

“Que este Congresso registre:

1. O papel vital desempenhado pelos investidores estrangeiros como suporte do sistema econômico sul-africano.

2. Que o sistema (econômico) branco se destina à exploração máxima do povo negro.
3. Que as riquezas e as reservas da África do Sul pertencem ao negro como direito inato.
4. Que os investidores estrangeiros afirmam que sua presença neste país contribui para o desenvolvimento da comunidade negra.
5. Que esta afirmação é na realidade contestada pela própria experiência do negro na África do Sul.

E, em conseqüência, decide:

1. Condenar o envolvimento dos investidores neste sistema econômico de exploração.” (BPC: Resolução 20/72)

Repressão ao movimento

O Black Peoples' Convention e outras organizações de jovens e de estudantes, juntamente com o muito divulgado Black Consciousness Movement (Movimento de Conscientização Negra), sofreram dura repressão desde os seus primeiros dias. No caso do Black Consciousness Movement, a repressão se deu não só através de prisões, torturas e banimentos de líderes e ativistas, mas até mesmo de assassinatos a sangue frio.

Seis meses após o lançamento do BPC, em julho de 1972, Mthuli Ka Shezi, vice-presidente do Comitê provisório, veio a morrer (17 de dezembro de 1972) ao ser lançado sob as rodas de um trem em movimento, na estação de Gemiston.

Em março de 1973, foram banidos e sofreram prisão domiciliar: Drake Koka, secretário-geral do Comitê provisório do BPC, e Sathsivani Cooper, relações-públicas da organização.

Em setembro de 1973, expediram-se ordens de banimento para Siphon Buthelezi e Christopher Mokoditsoa, respectivamente secretário-geral e vice-presidente do BPC. Ainda no mesmo mês, o coordenador nacional do BPC foi condenado, ao se lhe aplicar o *Terrorism Act*, a cinco anos de prisão na ilha de Robben, nas proximidades da Cidade do Cabo. Acusaram-no de tentar recrutar pessoas para treinamento militar no exterior.

Até o final de 1973 assistiu-se ao banimento e à prisão domiciliar de mais de 100 preeminentes militantes negros do BPC e da SASO, condenados pelo *Communism Act*.

Em 25 de setembro de 1974, o BPC e a SASO organizaram o comício “Viva Frelimo”, em Curries Fountain, Durban, com o comparecimento de milhares de trabalhadores e militantes negros. O comício teve lugar para celebrar e solidarizar-se com a Revolução Moçambicana. Nesse dia, mais de 40 líderes dessas duas organizações foram presos em todo o país, e, nos dias que se seguiram, efetivou-se uma enorme investida sobre os militan-

tes do Black Consciousness, os quais foram jogados nas prisões do regime fascista da África do Sul. A consequência direta do comício "Viva Frelimo" foi a aplicação do *Terrorism Trial* sobre o BPC/SASO e que durou quase dois anos, alinhando-se entre os mais longos processos policiais na racista África do Sul.

Os líderes acusados, em número de nove, eram os seguintes: Sathasvan Cooper, chefe de relações-públicas do BPC; Maitshwe Nchape Aubrey Mokoape, membro-fundador do BPC e presidente do Comitê Central da Organização, em Durban; Absolom Zithulele Cindi, secretário-geral do BPC; Nkwenkwe Nkomo, coordenador nacional do BPC; Justice Lindane Myeza, secretário-geral da SASO e primeiro organizador do BPC, seção de Zululand; Mousiua Lekota, coordenador nacional da SASO; Pandelani Nevolvhodwe, presidente da SASO; Gaborone Sedibe, membro da SASO e presidente do SRC da Universidade Turfloop; Strinivasa Moodley, administrador-assistente da SASO.

Alegava-se então que esses nove líderes haviam conspirado pela introdução de mudanças revolucionárias na África do Sul, por meios inconsistentes ou violentos; de provocar ou encorajar a hostilidade racial entre negros e brancos; de tramarm a formação de um governo hostil ao regime; e de apoiar e enaltecer (como heróis e verdadeiros líderes dos negros) os que foram condenados por terrorismo, subversão e violação do *Suppression of Communism Act*.

Saths Cooper, chefe de relações-públicas do BPC, foi também acusado de, juntamente com Siphon Buthelezi (exilado em Botswana à época do julgamento, conspirar contra a manutenção da lei e da ordem na "República", ao redigir e enviar cartas abertas a corporações multinacionais, visando "desencorajar ou prevenir investimentos estrangeiros na economia da República".

Esses líderes foram, por fim, condenados a cumprir penas que variaram de cinco a seis anos, estando todos atualmente definhando na prisão sul-africana da ilha de Robben.

Desde 16 de junho de 1976, data do levante de Soweto, centenas de militantes do Black Consciousness vêm sendo lançados às prisões, torturados e banidos pelo regime racista, que pensa assim esmagar essa organização.

A 12 de setembro de 1977, as massas combatentes da África do Sul perderam um de seus maiores líderes da luta de libertação nacional — Stephen Bantu Biko, presidente-honorário do Black Peoples' Convention —, que morreu na prisão pelas mãos da polícia fascista da África do Sul. Ao tomar conhecimento de sua morte, o BPC falou à nação e ao mundo que "Steve Biko não morreu em vão!" Sua morte suscitou uma raiva irada nacional, a que se uniram protestos e censuras da

comunidade internacional. Seu sepultamento em King Williamstown foi acompanhado por mais de 20 mil pessoas, enquanto milhares de outras eram impedidas de chegar ao local.

O golpe final se deu quando, a 19 de outubro de 1977, o regime racista sul-africano banuiu as seguintes organizações negras:

- Black Peoples' Convention—BPC;
- South African Students Organization—SASO;
- Black Community Programs;
- Black Parents Association;
- Black Women's Federation;
- Border Youth Organization;
- Eastern Province (or Cape) Youth Organization;
- Medupe Writers Association;
- Natal Youth Organization;
- National Youth Organization—NAYO;
- South African Students Movement—SASM;
- Soweto Students Representative Council—SSRC;
- Soweto Teachers Action Committee—STAC;
- Transvaal Youth Organization—TRAYO;
- Union of Black Journalists—UBJ;
- Western Cape Youth Organization;
- Zimele Trust Fund;
- Association for the Educational and Cultural Advancement of the African People of South Africa — ASSECA.

Logo nas primeiras horas desse dia, foram presos importantes líderes dessas organizações. Entre os detidos encontravam-se, pelo BPC, Kenneth Rachidi (presidente), Thandisizwe Mazibuko (secretário nacional), Thomas Manthata (secretário do Trabalho), George Wauchope (presidente do Comitê seccional do BPC em Johannesburg), Aubrey Moksen (coordenador nacional), Jainis Kgokong (membro executivo), Thabo Sekume (presidente do Comitê seccional em Mamelodi, Pretória), e Tami Zani.

Constituição do Black Peoples' Convention—BPC (préambulo)

Nós, povo negro da África do Sul, após haver examinado, analisado, avaliado e definido nossas necessidades, aspirações, ideais e metas, e notando a inexistência de um movimento político para articular e agregar estas necessidades, aspirações, ideais e metas, e tendo também declarado nossa fé incondicional na eficácia e relevância dos movimentos políticos dos negros como único meio para nossa libertação e emancipação, e cientes de que:

1. O povo negro da África do Sul tem necessidades, aspirações, ideais, dificuldades e problemas a ele concernentes.
2. É um direito inato e inalienável de qualquer comunidade organizar-se em movi-

mento político que transforme efetivamente em realidade seus direitos, aspirações e metas.

3. É necessário e essencial para os negros da África do Sul unirem-se firmemente para que suas necessidades, aspirações, ideais e metas possam ser realizadas e atualizadas.
4. Há uma necessidade premente de os negros da África do Sul reavaliarem seu orgulho, sua dignidade humana, sua identi-

dade e solidariedade grupal através de um movimento político.

Nós, posto isso, decidimos fundar um movimento político que irá:

1. Agregar e articular as necessidades dos negros da África do Sul.
2. Representar nacional e internacionalmente os negros.

Tradução: Maria Helena de Oliveira Barbosa

CEAA

NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA LINHAS DE PESQUISAS

Preâmbulo

No sexto ano de sua existência, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos—CEAA encontra-se no limiar de uma nova fase que promete ser não só rica de desafios, mas também de possibilidades e recursos. O acúmulo de experiência prática e teórica dos primeiros cinco anos e o aumento de sua presença no plano nacional e internacional colocam o CEAA numa situação de destaque entre as instituições de ensino e pesquisa dedicadas ao estudo do mundo afro-asiático.

Os programas de cursos e pesquisas do CEAA* se singularizam por se voltarem para uma área de estudos e debates que o inserem no interior das questões teórico-políticas mais candentes de nosso tempo. A análise da natureza complexa dos processos de transição múltiplos, desiguais, contraditórios, pelos quais os povos do mundo entraram e entram no decorrer do nosso século nas vias de desenvolvimento urbano-industrial, descobre-nos um amplo quadro de debate acadêmico e político: desde o sempre renovado debate em torno da questão nacional e dos "imperialismos hegemônicos" ao estudo histórico das revoluções nacionais, passando pela problemática (cara à sociologia política de vanguarda) das formas de governo e de regimes políticos (alianças e tendências conflituais de classes); da discussão sobre os modelos econômico-políticos diversos propostos à escolha política dos povos do Terceiro Mundo até a magna questão do

* Os seguintes projetos de pesquisa encontram-se em elaboração do Centro de Estudos Afro-Asiáticos: *A emergência do Estado angolano no atual sistema mundial de poder* (Williams da Silva Gonçalves), *A teoria dos Três Mundos — uma alternativa à détente* (Severino Bezerra Cabral Filho), *A formação da ideologia nacional nas lideranças dos países africanos de expressão portuguesa* (José Maria Nunes Pereira e Maria Helena de Oliveira Barbosa), *A África do Sul e o problema estratégico do Oceano Índico e da Rota do Cabo* (Victor Vockerodt), *A influência da negritude de Léopold Sédar Senghor no advento da moderna literatura angolana* (João Carneiro); *Evolução dos estudos sobre o negro e as relações raciais no Brasil pós-Abolição* (Elizeth Tavares de Lacerda).

O CEAA realizou os seguintes cursos de extensão universitária: no primeiro semestre — *Pensamento Oriental I* (Prof. Gustavo Alberto Corrêa Pinto), *Pensamento Africano Contemporâneo I* (Prof. José Maria Nunes Pereira), *Ásia Contemporânea: China e Indochina* (Prof. Severino Bezerra Cabral Filho), *Filosofia da História da China* (Prof. Ricardo Joppert), *Literatura e Sociedade em Angola* (Prof. João Carneiro), *Relações Internacionais na África* (Prof. José Maria Nunes Pereira); no segundo semestre — *Literatura e Sociedade em Angola* (Prof. João Carneiro), *Pensamento Oriental II: o Zen e as Artes Japonesas* (Prof. Gustavo Alberto Corrêa Pinto), *Introdução Teórica à Escrita e Língua Chinesas I e II* (Prof. Simone Morea), *Painel das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (Prof. João Carneiro), *Introdução Prática à Escrita e Língua Chinesas* (Prof. Ricardo Joppert).

sistema mundial de poder (da correlação de forças entre os superpoderes ao peso específico de uma terceira força em relação às tendências que levam ao conservantismo e/ou à mudança no *statu quo* mundial).

Eis alguns dos alvos estratégicos perseguidos pelos estudos e pesquisas do CEEA. Não há dúvida quanto ao que está em questão em cada uma dessas áreas de problemas nodais: o destino dos povos de países dos três continentes em luta por sua independência, autonomia e direito aos bens e riquezas por eles produzidos no quadro histórico das sociedades modernas e, por fim, o próprio destino do mundo, pois o que está em jogo na reflexão teórica sobre a trama obscura desses acontecimentos é a própria sorte futura da humanidade.

Na grande literatura teórico-política clássica, cujas obras formam o campo discursivo em que nos situamos — desde os fundadores da Ciência Social (Comte, Marx, Durkheim e Weber) aos modernos sociólogos políticos americanos ou europeus — recolhemos grandes sínteses teóricas, inspiradas análises concretas histórico-políticas, um sem-número de brilhantes e operativas hipóteses de trabalho.

Entretanto, algumas análises *selvagens* por nós realizadas, em terrenos em larga medida ainda ocupados por descrições pouco rigorosas e objetivas, nos levam a pressentir alguns obstáculos teóricos, que, a certo nível de abstração, se apresentam ligados a todo um campo de problemas epistemológicos. Entre eles: a questão do “desenvolvimento” e do “subdesenvolvimento”, o problema constituído pela existência de sociedades ditas “primitivas” e o seu complexo cultural, ou a existência de formas de produção e controle da vida social diferentes do das sociedades urbanas ocidentais etc. Problemas e questões teóricas até agora estudadas e analisadas por especialistas de diferentes disciplinas e em conjunturas teóricas diversas, mas submetidas a um mesmo campo problemático de conceitos e noções, cuja pretensão universalista e filosófica deve ser quando nada discutida, criticada e, em certos pontos nodais, até mesmo recusada.

O primeiro desses obstáculos é causado por um diagrama teórico que forma ainda hoje o andaime inconsciente de diversas disciplinas (Economia, Sociologia, Antropologia etc.): o evolucionismo mecanicista do século XIX. Ele funda toda a representação das sociedades em uma síntese mecanicista e anti-histórica, apoiada na importação de leis e problemas teóricos desenvolvidos no interior das Ciências Naturais. A lei dos “três Estados” de Comte, a concepção spenceriana da lei que regula a

evolução social, são algumas variantes dessa ideologia filosófica, cuja dominação foi amplamente sofrida pelas Ciências Sociais nascentes.

Por sua vez, da Antropologia à Sociologia, os estudos proliferam sobre os povos “primitivos”, a mentalidade “primitiva”, ou esses “primitivos” e “selvagens” que no interior das sociedades ocidentais não se integravam no processo produtivo: os “menores”, os “loucos” e os “delinqüentes”. Esses estudos se ligam a um sem-número de técnicas de saber, voltadas para o controle e a vigilância no seio das sociedades de massas no Ocidente europeu. Algumas dessas técnicas surgiram no interior das grandes estratégias de disciplinarização e normalização que integram o diagrama do poder nas sociedades existentes. Da escola ao hospital, da caserna à usina, esses mecanismos de poder produziram saberes cuja legitimação passava pelo diagrama teórico evolucionista. Um exemplo notório são as formas de normalização que se acrescentaram às formas do texto, da lei, da tradição e da palavra como veículos de poder.

Da hipótese de Broussais, exposta e desenvolvida por Comte, segundo a qual os fenômenos normais e patológicos se equivaliam, diferindo apenas quantitativamente, se extrairá a tese de que o normal é um tipo médio e ao mesmo tempo um ideal normativo no qual se deveria fundar as normas de saúde dos indivíduos e das populações e, extensivamente, a saúde política da sociedade.

A idéia de normalidade, o poder da norma, se insere no interior das disciplinas cuja estratégia geral tem como alvo a utilização política dos corpos e das mentes dos indivíduos e das populações, visando o adestramento e o aumento da produtividade. Se ainda hoje encontramos nos países periféricos mecanismos de poder e de saber que escapam às determinações dessa estratégia geral de normalização e disciplinarização, a sua análise e conhecimento só são possíveis na forma crítica da recusa dos postulados dessa “razão normalizadora”.

Um outro dispositivo do saber histórico e filosófico, não menos importante no que tange à fundamentação teórica dos processos de normalização, é o historicismo, igualmente nascido no século XIX. A representação histórica das sociedades humanas é a outra face do universo ideológico oitocentista. Diferencia-se, porém, do mecanicismo evolucionista, ao assumir a complexidade e a variação das sociedades humanas. Submete, contudo, essa complexidade a um fator originário simples: a gênese do processo histórico. Este fator de síntese, unificador, ao qual a análise histórica se reduz — o espírito de uma época, a consciência de si de uma sociedade — é o princípio especulativo

que relaciona, periodiza, demarca as séries de acontecimentos históricos. É principalmente a partir dele que se reescreve a História, teleologicamente orientada para a realização de sua origem, como se pudéssemos, a cada momento, reduzir a complexidade histórica a um princípio básico, que, presente a todos os níveis da sociedade, representasse o desenvolvimento das suas determinações originais. E é a partir dessa concepção idealista da História que se fundamentam os saberes e os poderes constituídos ao fim do processo desencadeado pela Revolução Industrial Inglesa e pela Revolução Francesa. Legitima-se também a retomada do processo de expansão colonial européia, que deverá conduzir ao sistema imperialista contemporâneo em nome do progresso da Civilização e da Razão universal.

Essa idealização do processo histórico marcará o oitocentos também por uma contratendência crítica, ligada à oposição socialista do século burguês. Da crítica do idealismo clássico alemão sairão as obras de Feuerbach e Kierkegaard, cuja crítica liberará elementos decisivos de ruptura no interior da filosofia especulativa. E será exatamente um herético seguidor de Feuerbach, Karl Marx, quem produzirá uma mudança significativa, uma torsão no dispositivo historicista, ao fundar uma concepção de desenvolvimento não-historicista e não-mecanicista: a teoria dos modos de produção. Isso foi possível por um desses intercruzamentos inesperados que a história do saber registra: a crítica do transcendentalismo historicista pelo empirismo mecanicista. Podemos aproximar a essa crítica radical do pensamento filosófico ocidental — operada por Marx através de uma aproximação paradoxal do transcendentalismo com o mecanicismo —, as reflexões não menos críticas do idealismo filosófico desenvolvidas por Nietzsche em suas genealogias da moral, do saber histórico e do poder nas sociedades européias.

Entretanto, podemos hoje assinalar que essas críticas se incorporaram e, em certa medida, foram reinscritas na ordem do saber mecanicista e historicista. Os acontecimentos que marcaram a ascensão da social-democracia, transformaram o marxismo numa variante histórica do mecanicismo, por sua interpretação “econômica do fenômeno social”, integrada, em última instância, no campo ideológico europeu. Por outro lado, a emergência do leninismo e da Revolução Russa, embora retirasse parte do movimento socialista não-europeu do seu estágio reformista, não alterou o estado da teoria marxista a ponto de fazer saltar os postulados teóricos que a prendiam ao contexto evolucionista e historicista. O resultado histórico foi até mesmo um paradoxo. Confrontada com a realidade do poder em áreas não-européias, a teoria marxista refluíu para um quadro teórico pré-crítico, para um evolucionismo a meio termo entre o his-

toricismo e o mecanicismo, onde se encontraram os dois grandes pais filosóficos do século XIX: Hegel e Comte. Tornando-se uma ideologia de Estado, o marxismo enveredou pela justificação ideológico-política das razões de Estado e da política partidária. Ao longo deste século, quando o principal objetivo dessa nova ordem estatal será a rápida reconstrução e industrialização dos países socialistas, assistiremos à homogeneização do “saber marxista”. A partir do momento em que a sociedade soviética passa a ser normalizada como uma sociedade industrial avançada, o “marxismo”, sob a égide do stalinismo, consolida sua integração plena no grande dispositivo teórico-político ocidental.

Entretanto, uma outra significativa experiência histórica, por se situar no espaço do Terceiro Mundo, é a da República Popular da China, pois abriu uma porta para a crítica política dos socialismos existentes. A Revolução Chinesa e as teses maoístas pretenderam inaugurar um dispositivo teórico e político novo na teoria e na prática do socialismo, seja na crítica do burocratismo e aos mecanismos autoritários e elitistas — através dos quais Partidos e Estado, cúmplices, fazem a lei nas sociedades socialistas; seja na crítica às políticas econômicas traçadas por planejadores todo-poderosos que marginalizam e oprimem as massas camponesas; ou ainda ao criticar as formas de organização do trabalho industrial que reproduzem a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, perpetuando desta forma a clássica dicotomia entre dirigentes e dirigidos, presentes em todas as sociedades de massa socialistas e capitalistas modernas.

O terreno da teoria não ficou insensível a esses acontecimentos. Em larga medida, as análises do poder nas sociedades modernas e as profundas transformações a que têm sido submetidas as teorias clássicas do poder levam à constatação de que tais questões estão no âmago do pensamento político e filosófico contemporâneo.

Dessa forma, e em largos traços, se pode esboçar a trajetória das principais concepções teórico-políticas produzidas pela sociedade industrial moderna. Não há como estranhar que a erosão de parte dos fundamentos teórico-ideológicos, que formam de um lado as “ciências humanas e sociais” (o impensado dessas ciências) e de outro as formas oficiais vulgares do doxa marxista, seja um acontecimento político decisivo no campo do saber contemporâneo. Pois é capital que as análises sistemáticas dos mecanismos do saber — este espaço onde se articulam conhecimentos científicos e as ideologias políticas, morais, pedagógicas e outras — tenham encontrado o poder e redefinido sua articulação e os efeitos estratégicos gerais de dominação que dela decorrem.

É um fato histórico inegável que a crítica

quase unânime do racismo surgiu e se consolidou não só a partir da sua pura denúncia, mas também e principalmente por efeito da *débatte* do sistema colonial no segundo pós-guerra. Do mesmo modo, pode-se pensar que a "crise da Razão ocidental", caracterizada especialmente pela introdução da questão do político no domínio das técnicas de produção do "verdadeiro" (as Ciências e a Filosofia) e que percorre as sociedades de leste a oeste, seja um fato político e teórico que prenuncia significativa mudança nos destinos da sociedade mundial.

Estudos teóricos do CEEA: problemas e tendências

Os estudos teóricos encetados ao nível do CEEA se defrontam com essas questões, sem se esquivar a dar uma resposta positiva aos problemas que elas suscitam. A política teórica que perseguem, encontra no questionamento crítico das ciências humanas um dos pólos de sua atividade permanente, particularmente quando do enfrentamento das seguintes linhas tendenciais:

- a) O problema das transições e das transformações históricas no Terceiro Mundo.
- b) O levantamento histórico das formas de vida social e cultural pré-capitalistas, que formam o solo fundador da historicidade das sociedades afro-asiáticas.
- c) As relações políticas internacionais, o sistema mundial de poder e o papel político do mundo afro-asiático.

A problemática das transições (definindo a entrada das sociedades africanas e asiáticas no mundo industrial urbano) e o levantamento histórico das formas de vida sócio-cultural pré-capitalistas ganharam relevância maior a partir dos anos cinqüenta. Marxistas e não-marxistas constataram e se espantaram com a coriácea resistência dos povos à hegemonia política e cultural do hemisfério Norte. O resultado desse impasse foi, imediatamente, uma retomada dos estudos voltados para dois campos temáticos: primeiro, a transição do mundo senhorial/feudal para a sociedade burguesa moderna; segundo, o retorno da questão recalcada das formas não-européias de produção e os caminhos originais ao desenvolvimento industrial capitalista. A respeito dessas duas questões, longas discussões foram travadas entre os teóricos marxistas que se rebelaram contra a camisa-de-força político-ideológica, representada pela versão oficial do marxismo. A contrapartida desse debate nos meios não-marxistas se deu no confronto, em igual medida vigoroso, entre os partidários do modelo formal da economia de mercado livre e sua extensão às sociedades periféricas e os críticos "substantivistas", que defendiam a especificidade e originalidade de formas econômicas não submetidas ao mode-

lo da racionalidade própria do mercado capitalista.

Esses debates, cujos ecos ainda não se apagam, enriqueceram o cabedal de conhecimentos acerca do mundo afro-asiático, onde uns e outros buscaram elementos de comprovação de seus respectivos quadros de análises. Do grande projeto de pesquisa interdisciplinar dirigido por Karl Polanyi, em que vários pesquisadores se debruçaram sobre as formas econômicas dos antigos impérios orientais, aos notáveis ensaios de crítica à racionalidade formal da teoria econômica ocidental por Maurice Godelier; do rigoroso e exaustivo levantamento das teses, conceitos e problemas deixados pela teoria clássica marxista realizado por Louis Althusser e sua escola, inspiradora de alguns pensadores voltados para a análise da problemática da economia de transição no Terceiro Mundo, como Charles Bettelheim, Arghiri Emmanuel ou Samir Amin, aos trabalhos inovadores dos modos de produção encontráveis nas sociedades tribais, desenvolvidos por Claude Meillassoux, Emmanuel Terray e Pierre-Philippe Rey — encontram-se os exemplos mais positivos saídos desses debates.

Por outro lado, a sociologia política tem hoje um elenco de autores e obras de grande interesse para o estudo localizado de alguns problemas, compreendendo desde os grandes estudos devidos a Meyer Fortes e Evans-Pritchard sobre o sistema político africano ao vasto painel de análise comparada dos sistemas políticos no Terceiro Mundo, coordenado por Gabriel A. Almond e James S. Coleman. Em análises recentes sobre a evolução política dos jovens Estados africanos, os "africanistas" já procuraram incorporar os conceitos que a conjuntura teórica apresenta nos domínios de vanguarda da ciência política atual — bloco de poder, hegemonia, aparelhos ideológicos de Estado —, estabelecendo deste modo um novo referencial teórico e político. Autores como Althusser, Balibar, Poulantzas, Perry Anderson, Barrington Moore, são citados e arrolados ao lado de clássicos como Marx, Weber, Pareto, Lênin, Mao, Gramsci.

O estudo das grandes civilizações históricas do mundo africano e oriental não constitui um anacronismo, mas a chave explicativa para muitos dos nexos causais que ainda hoje regulam a vida dos países africanos e asiáticos. A análise histórica comparada das transformações econômicas e políticas desses povos apresenta ao pesquisador um vasto campo de estudo: do modelo chinês de desenvolvimento às diversas formas de capitalismo de Estado surgidas no Terceiro Mundo, os problemas de sua inserção no sistema mundial, as relações entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento e, por fim, as questões geradas pelo debate em torno da construção de uma nova ordem econômica internacional.

Um outro grande campo estratégico para onde se dirigem nossos esforços teóricos de pesquisa é o estudo das relações internacionais. Por sua natureza e pela sua concepção teórica do Terceiro Mundo, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos não pode deixar de se preocupar com os problemas apresentados pela conjuntura internacional e os efeitos da correlação de forças no sistema mundial de poder. Analisar concretamente essas conjunturas é vital para o bom uso dos conhecimentos críticos da realidade mundial. Em nada satisfaz o levantamento exaustivo da documentação e a elaboração de crítica conceitual se não formos capazes de, ainda que no limite de nossos recursos e capacidades, definir o quadro atual da realidade mundial, visto do ângulo objetivo em que os problemas se colocam para os países do hemisfério Sul.

O estudo das relações internacionais são de tradição recente (se excetuarmos a história diplomática), datando do fim da Primeira Guerra Mundial, quando a escola dos historiadores ingleses dos anos 20-30, sob a liderança de Edward Carr, fundou os primeiros cursos e programas de Relações Internacionais. Contudo, foi preciso esperar pelo aparecimento da escola realista americana, na década de 40, e em torno dos trabalhos clássicos de Hans J. Morgenthau, para que tivéssemos na tradição acadêmica ocidental uma definição teórica do objetivo próprio a esses estudos. É do poder mundial que se trata de analisar quando estudamos as relações políticas entre os Estados-nações, na definição pioneira de Morgenthau. Essa definição realista do alvo estratégico próprio das análises políticas no campo das relações internacionais, e que retoma os grandes teóricos do Poder, desde Maquiavel, não deixou de despertar reações as mais diversas, desde os liberais aos marxistas (estes obnubilados pelo dogma mecanicista da "determinação econômica dos fenômenos sociais").

No ponto em que nos encontramos hoje, a avaliação da literatura política ocidental e socialista (como a clássica teoria do campo imperialista e dos seus elos principais e secundários devida a Lénia e sua descendência) deve ser seguida do confronto com a história contemporânea e com análises que alteraram em alguns pontos essas formulações. Do ponto de vista do hemisfério Sul, é vital a leitura e compreensão crítica do que de mais importante ocorreu em termos de experiência teórico-política: desde a emergência na Ásia do pensamento da Gandhi e Mao até as novas lideranças que, no continente africano, pensaram as vias de libertação econômica, política e cultural, tais como Nkrumah, Senghor, Fanon, Julius Nyerere, Amílcar Cabral e tantos outros. Também encontra-

mos autores africanos que se voltaram para os recursos teóricos da Sociologia ocidental, como Pathé Diagne, cujo estudo clássico sobre o poder político tradicional da África Ocidental abriu caminho para sua obra sobre a integração econômica dos países africanos. Nessas obras vamos encontrar os primeiros elementos de uma reflexão original, ao se enunciar a questão estratégica da produção de um espaço político e econômico capaz de dar forma a uma sociedade democrática e tecnicamente avançada dos novos Estados africanos. E, colocando em questão as vias para a constituição de uma sociedade democrática no Terceiro Mundo, defronta-se o problema, muitas vezes denegado, do autoritarismo político dos regimes militares e/ou de partido único.

Nessa linha de estudos sobre a unidade africana destaca-se Mamadou Dia. No seu clássico ensaio sobre a unidade das nações africanas, Dia confronta as teses marxistas sobre a questão nacional e as realidades do mundo colonial e neocolonial. Desligado da vida pública por acontecimentos políticos em seu país, elabora na prisão sua importante obra *Émancipation des Économies Captives*, onde reflete sobre as chances históricas de desenvolvimento de uma "economia libertária".

São ainda de grande relevância para o conhecimento das realidades africanas as discussões em torno do papel desempenhado pelo "capitalismo de Estado" na via para a industrialização dos países do Terceiro Mundo. Quase todos os autores debatem esse tema, a partir de reflexões críticas sobre os postulados economicistas, segundo os quais "o capitalismo de Estado é a antecâmara do socialismo". Entre esses autores podemos citar Kader Ammour, Christian Leucate e Jean-Jacques Moulin em *La Voie Algérienne - les Contradictions d'un Développement National*, ou Marc Raffinot e Pierre Jacquemot, em *Le Capitalisme d'État Algérien*. Esses estudos analisam o processo de formação de uma sociedade industrial submetida a uma liderança popular nacionalista, na via do capitalismo de Estado.

Nesse sentido, particular esforço deve ser despendido na análise da formação dos Estados nacionais nos países africanos recém-libertados do colonialismo: o estudo das condições históricas ligadas à emergência desses Estados e das formas de regime neles implantados, procurando determinar o quadro político em que se movem as atuais lideranças e sua relação com o contexto das relações políticas e econômicas mundiais. Esses trabalhos deverão se constituir em subsídios básicos para o conhecimento dos problemas colocados pela transformação econômica (a industrialização e seus efeitos sociais) e política (as vias autoritárias ou democráticas) dos países africanos de hoje.

PRELIMINARY NOTES ON RESEARCH ORIENTATION

Preface

In its 6th year of existence the Center of Afro-Asian Studies — CEAA finds itself on the threshold of a new phase that promises to be not only challenging, but also full of potential. The accumulation of experience, both practical and theoretical, over these past five years and the CEAA's increased visibility both nationally and internationally place it in a key position among teaching and research institutions dedicated to the study of the Afro-Asian world.

The CEAA's courses and research works* are outstanding in that they center on areas of study and debate which place the Center within the framework of present-day discussion on vital theoretical-political questions. Analysis of the complex nature of the multiple processes of change — unequal and often contradictory — through which the people of the world have entered and continue to enter into the ways of urban-industrial development during the 20th century, gives us an ample frame-work for academic and political debate: from renewed discussions of the national question and "hegemonic imperialisms" to the historical study of national revolutions, touching the problem (dear to *avant-garde* political sociology) of forms of government and political regimes (class alliances and conflicts); from discussion of various political-economic models proposed to the people of the Third World, to the important question of the world system of power (from the correlation of forces among super-powers to the specific weight of a third force in relation to the tendencies which lead toward conservatism and/or a change in the global *statu quo*).

* The following research projects are in progress in the Center of Afro-Asian Studies (CEAA): *The Emergence of the Angolan State in Today's World System of Power* (Williams da Silva Gonçalves); *The Theory of Three Worlds: an Alternative to Détente* (Severino Bezerra Cabral Filho); *The Formation of a National Ideology among the Leadership of Portuguese-Speaking African Countries* (José Maria Nunes Pereira and Maria Helena de Oliveira Barbosa); *South Africa and the Strategic Question of the Indian Ocean and the Cape Sea Route* (Victor Vocke-rodt); *The Influence of Negritude of Léopold Sédar Senghor in Modern Angolan Literature* (João Carneiro); *Evolutions of the studies regarding blacks and race relations in Brazil since the Abolition* (Elizeth Tavares de Lacerda).

The following are the CEAA's university extension courses: first semester — *Oriental Thinking I*, (Prof. Gustavo Alberto Corrêa Pinto), *Contemporary Political African Thinking* (Prof. José Maria Nunes Pereira), *Contemporary Asia: China and Indochina* (Prof. Severino Bezerra Cabral Filho), *Philosophical History of China* (Prof. Ricardo Joppert), *Literature and Society in Angola* (Prof. João Carneiro), *International Relations in Africa* (Prof. José Maria Nunes Pereira); second semester — *Literature and Society in Angola* (Prof. João Carneiro), *Oriental Thinking II: Zen and Japanese Arts* (Prof. Gustavo Alberto Corrêa Pinto), *Theoretical Introduction to the Study of Chinese I and II* (Prof. Simone Morea), *Panel of Portuguese African Literature* (Prof. João Carneiro), *Practical Introduction to Written Chinese* (Prof. Ricardo Joppert).

These are some of the important issues being researched by members of the CEAA. There is no doubt about the central problem involved in each of these areas: the destiny of the people of the three continents struggling for their independence, autonomy and right to the products and wealth produced by them in the historical setting of modern societies; finally, the destiny of the world itself, for what is at stake in the theoretical reflexion on these obscure happenings is the future destiny of humanity itself.

In classical political-theoretical literature providing the basis for our investigation, from the founders of Social Science (Comte, Marx, Durkheim and Weber) to modern political sociologists (whether American or European) we obtain theoretical synthesis, concrete historical-political analysis, as well as numerous brilliant and operative hypothesis of work.

However, our own *preliminary* analysis, largely descriptive and less rigorous, leads us to put forward some theoretical obstacles, which at a certain level of abstraction present themselves as tied to the over-all field of epistemological problems. Such as: the question of "development" and "under-development"; the existence of societies called "primitive" and their cultural complexity, the existence of forms of production and control of social life different from western urban societies, etc. These are problems and theoretical questions up to now studied and analyzed by specialists of different disciplines at different theoretical moments, but subject to the same problematic area of concepts and notions, whose universal and philosophical pretensions must be discussed, criticized, and in certain key points, even rejected.

The first of these obstacles results from a theoretical model which even today unconsciously underlies various disciplines (Economy, Sociology, Anthropology, etc.): 19th century mechanistic evolutionism. This notion views all social formations through the prism of a mechanistic and anti-historical synthesis based upon laws and theoretical problems developed within Natural Sciences — from thermodynamics to biological evolution. Comte's law of "three states" and Spencer's conception of the laws regulating social evolution represent variants of this philosophical ideology which dominated the nascent Social Sciences.

On the other hand, from Anthropology to Sociology, studies have proliferated on so-called "primitive" peoples, the "primitive" mentality; or "primitives" and "savages" in the heart of Western societies who did not integrate themselves into the productive process: "minorities", "madmen" and "delinquents". These studies are linked to innumerable techniques of knowledge, directed at control and vigilance within the mass societies of Western Europeans. Some of these techniques emerged as part of strategies of discipline and "normalization" which is part and parcel of power relationships within these societies. From the school to the hospital, from the barracks to the factory, these power mechanisms produced knowledge whose legitimacy was based on the evolutionary theoretical model. A notorious example is the forms of "normalization" accredited to text-books, laws, tradition and the spoken-word as vehicles of power. From the hypothesis of Broussais, exposed and developed by Comte, for whom normal and pathological forms differ only quantitatively, he propounds the thesis that normal is average, and at the same time a normative ideal upon which must be founded the norms of health of individuals

and populations, and furthermore, the political health of society.

The idea of normalness, the power of the norm, inserts itself in the interior of disciplines whose overall strategy is the use of bodies and minds of individuals and populations, to perfect and increase productivity. If today we can still find mechanisms of power and knowledge in peripheral countries which escape the demands of this general strategy of normalcy and discipline, their analysis and understanding is only possible through the critical rejection of this "normalizing" motive.

Another device of philosophical and historical knowledge, no less important than evolutionism regarding the theoretical basis of the normalizing process, is historicism, also born during the 19th century. The historical representation of human societies is the other side of the 18th century worldview. However, it differs from mechanical evolution by assuming the complexity and variation of human societies. Nevertheless, it submits this complexity to a simple factor: the genesis of historical process. This factor of a genetic, unifying synthesis to which history is reduced — the spirit of an age, the self-consciousness of a society — is the speculative principle that relates and demarcates a series of historical events. History is written principally from this perspective, teleologically oriented towards the realization of its genesis, as if we could, at any given moment, reduce historical complexities to a basic principle that, present at all levels of society, represents the development of their original determinations. This idealistic conception of history dominated the knowledge and the institutions of power (schools, universities, hospitals, etc.) which emerged with the English Industrial Revolution and the French Revolution. It legitimized European colonial expansion, which would later lead to contemporary imperialism in the name of progress of Civilization and Universal Reason.

This idealization of the historical process would mark the 18th century as well by a critical counter-tendency, tied to the socialist opposition to the bourgeois century. From the crisis of classical German idealism would come forth the work of Feuerbach and Kierkegaard, whose criticism provided a decisive opening within speculative philosophy. And it would be precisely an heretical follower of Feuerbach, Karl Marx, who would produce a significant change, a twist in historical development, by proposing a conception of a non-historical and non-mechanistic development: the theory of the modes of production. This was made possible by one of those unexpected interchanges that the history of ideas registers: the criticism of transcendental historicism by mechanical empiricism. We could approximate this radical criticism of western philosophical thought — performed by Marx through the paradoxical approximation of transcendentalism with mechanism — to the reflections (no less critical of philosophical idealism) developed by Nietzsche in his moral genealogies of historical ideas and of power in European societies.

However, today we can note that these criticisms have been incorporated and, to a certain degree, reinstated in the domain of mechanistic knowledge and historicism. The events which marked the ascension of social-democracy transformed Marxism into another variant of mechanism, by its "economic interpretation of social phenomena", integrated most recently into European ideological camps. On the other hand, the emergence of Leninism and the Soviet Revolution, although impelling part of the socialist movement beyond its reformist stage — did not alter the state of Marxist theory to the extent of freeing it from the theoretical postulates tying it to the evolutionist and historicist context. The historical result was paradoxical: confronted by a power reality in non-

European areas, Marxist theory fell back onto a pre-critical theoretical model; a variety of evolutionism falling somewhere between historicism and mechanism, where the two great philosophical fathers of the 19th century Hegel and Comte meet. Upon becoming a state ideology, Marxism was turned into the simple political/ideological justification for the reasons of State and Party politics. During the 20th century, when the principal object of this new state order has been the rapid reconstruction and industrialization of socialist countries, we are witnessing the homogenization of "Marxist knowledge". From the moment that Soviet society became normalized as an advanced industrial society, "Marxism", under the aegis of Stalinism, consolidated its full integration into the Western theoretical-political model.

However, another significant historical experience, for being within the Third World, is the Popular Republic of China, for it opened the door to a political criticism of existing socialisms. The Chinese Revolution and Mao's theses pretended to inaugurate a new political and theoretical model in the theory and practice of socialism, whether through its criticism of bureaucracy or authoritarian and elitist mechanisms — through the complicity of the party and the State — that promulgates laws in socialist societies; whether its criticism of oppressive economic policies developed by planners so powerful that they marginalize and oppress the peasant masses; or when criticizing the forms of organizing industrial work that reproduces the division between manual labour and intellectual labour, thus perpetrating the classical dichotomy between rulers and those ruled, present in all mass socialist and modern capitalist societies.

The field of theory did not remain insensitive to these events. To a large degree the analyses of power in modern societies and the profound transformations to which classical theories of power have been subjected, bring to the fore that this question is the essence of contemporary political and philosophical thinking.

In this way, and in large outlines, one can describe the trajectory of the principal political-theoretical concepts produced by modern industrial society. It is no surprise that the erosion of the essentials of these theoretical-ideological disciplines, that form on the one hand human and social sciences and on the other the forms of official and vulgar Marxist opinions, is a decisive political development in the area of contemporary knowledge. For it is an important development that the systematic analysis of the mechanisms of knowledge — this space where one articulates scientific knowledge and political, moral, pedagogical and other ideologies — have discovered power, and redefined its articulation and the overall strategic effects of domination that derive from them.

It is an undeniable historical fact that the nearly unanimous criticism of "racism" came about and consolidated itself not simply as a result of denunciations but also, and principally, as a result of the *débat* of colonial systems after the Second World War. Similarly, one might think that the "crisis of Western Reason", characterized especially by the introduction of the political question of the dominion of techniques of production of truth (Science and Philosophy) and which penetrate societies of West and East, is a political and theoretical fact that forbodes a significant change in the destiny of global society.

Theoretical studies of the CEEA: problems and tendencies

The theoretical studies begun by the CEEA confront these questions, without sidestepping the need

to give a positive answer to the problems raised. The political theory that they pursue, finds in the critical questioning of human sciences one of its areas of permanent activity, particularly through confronting the following questions:

- a) the problem of transition and historical transformations in the Third World;
- b) an historical inquiry into pre-capitalist social and cultural forms of life, the historical soil of Afro-Asian societies;
- c) international political relations, the world-system of power, and the political role of the Afro-Asian world.

The problem of transitions (defined as the entrance of Afro-Asian societies into the urban-industrial world) and the historical inquiry into pre-capitalist forms of social-cultural life acquired greater relevance during the fifties. Marxists and non-Marxists noticed and were astonished by the strong resistance of the people to the political and cultural hegemony of the Northern hemisphere. The result of this impasse was, immediately, the retaking of studies concentrating on two thematic areas: first, the transition from the feudal-lord world to modern bourgeois society, and secondly, a return to the oft-repeated question of non-European forms of production and the original paths that led to industrial capitalist development.

Regarding these two questions, long discussions took place among marxist theoreticians who rebelled against the hard-line political-ideology, represented by the official version of Marxism. The counterpart to this debate among non-Marxists was confronted, with equal vigor, between the formal defenders of the free market and its extension to peripheral societies and the "substantive" critics, who defended the specificity and originality of economic forms not submitted to the rational model proper to the capitalist market.

These debates, whose echos still have not abated, enriched the capital of knowledge about the Afro-Asian world, where each one tried to find proofs for their respective model of analysis. From the huge inter-disciplinary study project directed by Karl Polanyi, in which various researchers studied and analyzed the ancient economic forms of eastern empires, to the notable critical essays on the formal rationality of Western economic theory by Maurice Godelier; from the rigorous and exhaustive inquiry into the thesis, concepts, and problems left by classical marxist theory undertaken by Louis Althusser and his school, inspiring some thinkers that reverted to the analysis of the problem of economic transition in the Third World, like Charles Bettelheim, Arghiri Emmanuel or Samir Amin, to the innovating works on the modes of production found in tribal societies, developed by Claude Meillassoux, Emmanuel Terray and Pierre-Philippe Rey — one finds the positive examples that came out from these debates.

On the other hand, Political Sociology today has a list of authors and works of great interest for the particular study of certain problems, incorporating the studies of Meyer Fortes and Evans-Pritchard on African political systems to the comparative analysis of Third World political systems coordinated by Gabriel A. Almond and James S. Coleman. In recent analyses of the political evolution of young African States, "Africanists" have already tried to incorporate the concepts that the present theoretical political conjuncture introduces into current vanguard political science — power blocs, hegemony, ideological instruments of the State —, establishing, in this way a new political and theoretical

reference. Authors like Althusser, Balibar, Poulantzas, Perry Anderson, Barrington Moore, are cited and listed alongside classics, like Marx, Weber, Pareto, Lenin, Mao and Gramsci.

The study of the great historical civilizations of the African and Oriental World does not constitute an anachronism, but rather the key for explaining many of the causal *nexi* that today still regulate life in Afro-Asian countries. The comparative historical analysis of political and economic transformations of the Afro-Asian people present the researcher with a vast field of study: from the Chinese model of development to the various forms of State Capitalism that came about in the Third World, the problem of their insertion into the world system, the relations between the industrialised world and developing countries, and finally, questions raised in the debate on the construction of a new international economic order.

Another strategic area that we are trying to develop in our theoretical research, is the study of international relations. By nature and through its critical-theoretical conception of the Third World, the Center for Afro-Asian Studies cannot but preoccupy itself with the problems presented by the international conjuncture and the effects of forces in the world system of power. The concrete analysis of these conjunctures is vital for the good use of the critical knowledge of world reality. It would be entirely unsatisfactory to undertake an exhaustive documentary survey and a critical conceptual elaboration if we were not able, within the limits of our resources and capacity, to define the current state of world reality, as seen from the objective angle in which problems are placed for the countries of the Southern Hemisphere.

The study of international relations is of recent tradition (excluding diplomatic history). It dates from the end of the First World War, when a school of English historians in the 1920's-30's, under the leadership of Edward Carr, established the first courses and programs of International Relations. However, it was necessary to wait for the American realist school, in the forties, developed around the classical works of Hans J. Morgenthau (a student of philosopher Reinhold Niebuhr), to provide a theoretical definition of the objective proper to these studies in Western academic tradition. It is world power that must be analyzed when studying political relations between Nation-States, in the pioneering definition of Morgenthau. This realistic definition, (which reexamines the great theories of Power — from Machiavelli onwards of the proper strategic target of political analysis in the field of international relations, produced a variety of reactions — from liberals to marxists (the latter obscured by the mechanist dogma of "economic determination of social phenomena").

Where we find ourselves today, the evaluation of strategic Western and socialist political literature (such as Lenin's classic theory of the imperialist camp and its principal and secondary links), must be seen in the perspective of contemporary history and with analyses which changed certain aspects of these formulations. From the point of view of the Southern Hemisphere, the reading and critical comprehension of the most important events in theoretical political experience is absolutely vital from the emergence in Asia of Gandhian and Maoist thinking to the new African leaders who studied and wrote about the road to their economic, political and cultural liberation, such as Nkrumah, Senghor, Fanon, Julius Nyerere, Amílcar Cabral and many others. Also, we find African authors who returned to theoretical works in Western Sociology like Pathé Diagne, whose classic study of traditional political power in Western Africa opened the way for his great work on the

economic integration of African countries. In the latter we find the first elements of original reflection, when he defines the strategic question of the creation of a political and economic space capable of shaping a democratic, technically advanced society among the new African States. And, putting in question the way toward the development of democratic societies in the Third World, the author faces the problem, often left aside, of the political authoritarianism of military regimes and/or one party states.

Another significant author, on the question of African national unity, is Mamadou Dia. In his classical essay on the unity of African nations, Dia confronted the Marxist thesis on the national question and the reality of the colonial and neo-colonial world. Separated from the public due to political developments in his country, Mamadou Dia elaborated in prison his important work *Émancipation des Économies Captives*, where he reflects on the historical possibilities of development within a "free economy".

Discussions about the role played by State Capitalism as a means of development in Third World countries is still of great importance for the understanding of African realities. Nearly all authors are debating this

question from the perspective of theoretical reflections based on economist postulates, according to which "state capitalism is the ante-chamber of socialism". Among the authors dedicating themselves to this theme we could cite Kader Ammour, Christian Leucate and Jean-Jacques Moulin in *La Voie Algérienne: Les Contradictions d'un Développement National*, or Marc Raffinot and Pierre Jacquemont in *Le Capitalisme d'État Algérien*. These studies analyze the processes of the formation of industrial society under popular nationalist leadership, leading toward State Capitalism.

In this sense, special effort must be expended in the analysis of the formation of national states in African countries recently freed from colonialism: the study of the historical conditions linked to the emergence of these states and of the types of regimes installed in them, in an effort to determine the political arena in which current leaders are moving and its relation to the wider context of international economic and political relations. These works should provide the basic framework for understanding the problems brought about by economic (industrialization and its social effects) and political (authoritarian ways or democratic) transformations of African countries today.

QUELQUES NOTES INTRODUCTIVES POUR DES LIGNES DE RECHERCHE

Préambule

A la sixième année de son existence, le Centre d'Études Afro-Asiatiques-CEAA, se trouve au seuil d'une nouvelle phase qui promet d'être non seulement riche en défis mais aussi en possibilités et en ressources. L'accumulation de l'expérience pratique et théorique de ces cinq premières années et la progression de sa présence (sur le plan national et international), placent le CEAA dans une situation de prééminence entre les institutions de l'enseignement et de la recherche dédiées à l'étude du monde afro-asiatique.

Les programmes des cours et des recherches du CEAA* se singularisent à travers sa concentration sur les études et les débats qui l'insère à l'intérieur des questions théorico-politiques les plus brûlantes de notre temps. L'analyse de la nature complexe des processus de transitions multiples, inégaux, contradictoires, par lesquels les peuples du monde sont entrés et entrent au cours de

notre siècle dans les voies du développement urbano-industriel, nous offre un vaste champ du débat académique et politique: du débat toujours renouvelé sur la question nationale et les "impérialismes hégémoniques", à l'étude historique des révolutions nationales, en passant par la problématique (chère à la sociologie politique d'avant-garde) des formes de gouvernements et des régimes politiques (alliances et tendances conflictuelles des classes); de la discussion sur les divers modèles économico-politiques proposés au choix politique des peuples du Tiers-Monde, jusqu'à la grande question du système mondial du pouvoir (de la corrélation des forces entre les super-puissances, au poids spécifique d'une troisième force en relation avec les tendances qui conduisent au conservatisme et/ou au changement du *statu-quo* mondial).

Voici quelques uns des buts stratégiques poursuivis par les études et les recherches du CEAA. Il n'y a pas de doute quant à ce qui est en question, pour chacune de ces

* Les suivants projets de recherche se trouvent en cours d'élaboration au Centre d'Études Afro-Asiatique-CEAA: *L'Émergence de l'État Angolais dans l'Actuel Système Mondial de Pouvoir* (Williams da Silva Gonçalves), *La Théorie des Trois Mondes: Une Alternative à la Détente* (Severino Bezerra Cabral Filho), *La Formation de l'Idéologie Nationale dans les Liderances des Pays Africains d'Expression Portugaise* (José Maria Nunes Pereira et Maria Helena de Oliveira Barbosa), *L'Afrique du Sud et le Problème Stratégique de l'Océan Indien et de la Route du Cap* (Victor Vockerodt), *L'Influence de la Négritude de Léopold Sédar Senghor dans l'Avènement de La Littérature Moderne Anglaise* (João Carneiro); *L'Évolution des Études Concernant le Noir et les Relations Raciales au Brésil depuis l'Abolition* (Elizeth Tavares de Lacerda). Le CEAA a réalisé les cours d'extension universitaire

suivants: durant le premier semestre – *Pensée Orientale I* (Prof. Gustavo Alberto Corrêa Pinto), *Pensée Africaine Contemporaine* (Prof. José Maria Nunes Pereira), *L'Asie Contemporaine: Chine et Indochine* (Prof. Severino Bezerra Cabral Filho), *Philosophie de l'Histoire de la Chine* (Prof. Ricardo Joppert), *Littérature et Société en Angola* (Prof. João Carneiro), *Relations Internationales en Afrique* (Prof. José Maria Nunes Pereira); durant le deuxième semestre – *Littérature et Société en Angola* (Prof. João Carneiro), *Pensée Orientale II: le Zen et les Arts Japonais* (Prof. Gustavo Alberto Corrêa Pinto), *Introduction Théorique à l'Écriture et Langue Chinoises* (Prof. Simone Morea), *Tableau des Littératures Africaines d'Expression Portugaise* (Prof. João Carneiro), *Introduction Pratique à l'Écriture et Langue Chinoises* (Prof. Ricardo Joppert).

zones d'études de problèmes clefs: le destin des peuples des pays des trois continents en lutte pour leur indépendance, leur autonomie, et leurs droits aux biens et aux richesses produits par eux, dans le cadre historique des sociétés modernes; enfin, le propre destin du monde, car ce qui est en jeu, dans la réflexion théorique sur l'enchaînement obscur de ces événements c'est la future chance même de l'humanité.

De la grande littérature théorico-politique classique dont les oeuvres forment le champ discursif dans lequel nous nous situons, des fondateurs de la Science Sociale (Comte, Marx, Durkheim et Weber), nous retirons des grandes synthèses théoriques, des analyses inspirées et concrètes historico-politiques, un grand nombre d'hypothèses brillantes et productives de travail.

Pendant, quelques analyses *sauvages* réalisées par nous, dans une large mesure encore occupées par des descriptions peu rigoureuses et objectives, nous conduisent à entrevoir quelques obstacles théoriques, qui, à un certain niveau d'abstraction, se présentent liés à une série de problèmes épistémologiques et politiques. Entre eux, la question du "développement" et du "sous-développement", le problème constitué par l'existence de sociétés dites "primitives" et leur complexe culturel, ou l'existence de formes de production et de contrôle de la vie sociale différant de ceux des sociétés urbaines occidentales, etc. Des problèmes et des questions théoriques jusqu'ici étudiés et analysés par des spécialistes de différentes disciplines et dans des conjonctures théoriques diverses, mais soumises à un même champ problématique de concepts et de notions, dont la prétention universaliste et philosophique doit être discutée, critiquée, et, dans certains points clefs, même refusée.

Le premier de ces obstacles est causé par un diagramme théorique qui forme encore aujourd'hui l'armature inconsciente de diverses disciplines (Economie, Sociologie, Anthropologie, etc.): l'évolutionnisme mécaniciste du dix-neuvième siècle. Il fonde toute la représentation des sociétés dans une synthèse mécaniciste et anti-historique appuyée par l'introduction de lois et de problèmes théoriques développés à l'intérieur des Sciences Naturelles — de la thermo-dynamique à la théorie de l'évolution biologique — qui servira comme support théorique aux sciences humaines. La loi des "trois États" de Comte, la conception Spencérienne de la loi qui régit l'évolution sociale, sont quelques unes des variantes de cette idéologie philosophique, qui ont exercé une ample domination sur les Sciences Sociales naissantes.

D'autre part, de l'Anthropologie à la Sociologie, les études prolifèrent sur les peuples "primitifs", la mentalité "primitive", ou ces "primitifs" et "sauvages" qui, à l'intérieur des sociétés occidentales ne s'intégraient pas au processus productif, les "minorités", les "fous" et les "délinquants". Ces études se joignent à une grande quantité de techniques du Savoir, tournées vers le contrôle et la vigilance au sein des sociétés de masses dans l'Occident européen. Quelques unes de ces techniques jaillirent à l'intérieur des grandes stratégies de disciplinarisation et de normalisation qu'englobaient le diagramme du pouvoir dans les sociétés existantes. De l'école à l'hospital, de la caserne à l'usine, ces mécanismes du pouvoir produisirent des savoirs dont la légitimité passait par le diagramme théorique évolutionniste. Un exemple notoire, sont les formes de normalisation qui s'ajoutèrent aux formes du texte, de la loi, de la tradition et du mot comme véhicules du pouvoir. De l'hypothèse de Broussais, exposée et développée par Comte, selon laquelle les phénomènes normaux et pathologiques s'équivalaient, différant seulement quantitativement, on concluait par la thèse que, le normal est un modèle moyen et en même temps un idéal normatif par lequel on devrait établir les normes de santé de l'individu et des populations, et, par

la suite, la santé politique de la société.

L'idée de normalité, le pouvoir de la norme, s'insèrent à l'intérieur des disciplines dont la stratégie générale a pour but l'utilisation politique des corps et des esprits des individus et des populations, visant à l'encadrement et à l'augmentation de la productivité. Si encore aujourd'hui nous rencontrons des mécanismes du pouvoir et du savoir, dans les pays périphériques, qui échappent aux déterminations de cette stratégie générale de normalisation et de disciplinarisation, leur analyse et leur connaissance sont uniquement possibles, dans la forme critique du refus des postulats de cette "raison normalisatrice".

Un autre dispositif du savoir historique et philosophique, non moins important que l'évolutionnisme en ce qui concerne l'établissement théorique des processus de normalisation, est l'historicisme, né également au dix-neuvième siècle. La représentation historique des sociétés humaines est une autre face de l'univers idéologique. On la distingue, néanmoins, du mécanicisme évolutionniste, en assumant la complexité et la variation des sociétés humaines. On soumet, toutefois cette complexité à un facteur originaire simple: la genèse du processus historique. Ce facteur de synthèse génétique, unificateur, auquel l'analyse historique se réduit — l'esprit d'une époque, la conscience de soi d'une société — est le principe spéculatif qui relie, tempore, et démarque les séries des événements historiques. C'est principalement à partir de celui-ci que l'on réécrit l'histoire, téléologiquement orientée vers la réalisation de sa genèse, comme si nous pouvions, à chaque instant, réduire la complexité historique à un principe de base, qui, présent à tous les niveaux de la société, représenta it le développement de ses déterminations originales.

Et c'est à partir de cette conception idéaliste que s'établissent les savoirs et les pouvoirs constitués à la fin du processus libéré par la Révolution industrielle anglaise et par la Révolution française. On légitime également la reprise de processus d'expansion coloniale européenne, qui devra conduire au système impérialiste contemporain au nom du progrès de la Civilisation et de la Raison Universelle.

Cette idéalisation du processus historique marquera le dix-neuvième siècle aussi par une contre-tendance critique liée à l'opposition socialiste au siècle bourgeois. De la crise de l'idéalisme classique allemand naîtront les oeuvres de Feuerbach, Kierkegaard, dont la critique libèrera des éléments décisifs de rupture à l'intérieur de la philosophie spéculative et sera exactement un disciple hérétique de Feuerbach, Karl Marx, qui produira une transformation significative, un retournement dans le dispositif historiciste, en créant une conception du développement non historiciste et non mécaniciste: la théorie des modes de production. Ceci fut possible par un de ces croisements inespérés que l'histoire du savoir enregistre: la critique du transcendantalisme historiciste par l'empirisme mécaniciste. Nous pouvons rapprocher à cette critique radicale de la pensée philosophique occidentale opérée par Marx à travers un rapprochement paradoxal du transcendantalisme avec le mécanicisme — des réflexions non moins critiques de l'idéalisme philosophique développé par Nietzsche dans ses généalogies de la morale, du savoir historique et du pouvoir des sociétés européennes.

Toutefois, nous pouvons noter aujourd'hui que ces critiques s'incorporaient et, dans une certaine mesure, furent réinscrites dans l'ordre du savoir mécaniciste et historiciste. Les événements qui ont marqué l'ascension de la social démocratie, transformèrent le marxisme en une variante historique du mécanicisme par son interprétation "économique du phénomène social" intégrée, en derniers recours dans le champ historique européen. D'autre part, la naissance du léningisme et de la Révolution Soviétique,

bien qu'elle retirait une partie du mouvement socialiste de son stade réformiste, n'a pas altéré l'état de la théorie marxiste au point de faire sauter les postulats théoriques qui la liaient au contexte évolutionniste et historiciste. Le résultat historique fut presque même un paradoxe: confrontée à la réalité du pouvoir dans les zones non-européennes, la théorie revient vers un cadre théorique pré-critique, vers un évolutionnisme à moyen terme entre l'historicisme et le mécanicisme, où se rencontraient les deux grands pères philosophiques du dix-neuvième siècle: Hegel et Comte. Se tournant vers une idéologie d'État, le marxisme s'acheminait vers la simple justification idéologico-politique des raisons d'État et de la politique du parti. Au cours de notre siècle, au moment où l'objectif principal de ce nouvel ordre d'État sera la rapide reconstruction et industrialisation des pays socialistes, nous assisterons à une homogénéisation du "savoir marxiste". A partir du moment où la société soviétique vient à être normalisée comme une société industrielle avancée, le "marxisme", sous l'égide du stalinisme, consolide sa pleine intégration dans le grand dispositif théorico-politique occidental.

Cependant, une autre expérience historique significative, pour se situer dans l'espace du Tiers-Monde, c'est la République Populaire de Chine, parce qu'elle a ouvert une porte pour la critique politique du socialisme existant. La Révolution Chinoise et les thèses maoïstes prétendaient inaugurer un dispositif théorique et politique nouveau dans la théorie et dans la pratique du socialisme, soit dans la critique du bureaucratisme historique et des mécanismes autoritaires et élitistes — à travers duquel le Parti et l'État, complices, font la loi dans les sociétés socialistes —; soit dans la critique des politiques économiques, tracées par les planificateurs tous puissants qui rendent marginales et oppriment les masses paysannes; ou encore, en critiquant les formes d'organisation du travail industriel, qui reproduisent la division entre le travail manuel et travail intellectuel, perpétuant de cette façon la classique dichotomie entre dirigeants et dirigés, présente dans toutes les sociétés de masse socialistes et capitalistes modernes.

Le terrain de la théorie n'est pas resté insensible à ces événements. Dans une large mesure, les analyses du pouvoir dans les sociétés modernes, et des transformations profondes qui ont été soumises aux théoriques classiques du pouvoir, conduisent à constater que ces questions au cœur de la pensée politique et philosophique contemporaine.

De cette manière, et en gros, on peut décrire la trajectoire des principaux dispositifs théorico-politiques produits par la société industrielle moderne. On ne doit pas s'étonner que l'érosion de quelques fondements théorico-idéologiques, que forment d'une part les sciences humaines et sociales, et d'autre part, les formes officielles, vulgaires de la doctrine marxiste, soit un événement politique décisif dans le champ du savoir contemporain. Car, c'est un événement capital que les analyses systématiques des mécanismes du savoir — cet espace où s'articulent les connaissances scientifiques et les idéologies politiques, morales, pédagogiques et autres — aient rencontré le pouvoir et redéfini son articulation et les effets stratégiques généraux de domination qui en découlent.

C'est un fait historique inégalable que la critique presque unanime du racisme surgit et se consolide non seulement à partir de sa pure dénonciation mais aussi et principalement en raison de la débâcle du système colonial dans le deuxième après-guerre. De la même façon, on peut penser que la "crise de la raison occidentale", caractérisée spécialement par l'introduction de la question du politique dans le domaine des techniques de production du Vrail (les sciences et la philosophie) et que traversent les sociétés

de l'Est et de l'Ouest, soit un fait politique et théorique qui annonce un changement significatif dans les destins de la société mondiale.

Études théoriques de CEEA: problèmes et tendances

Les études théoriques entamées au niveau du CEEA se heurtent à ces questions, et ne reculent pas à donner une réponse positive aux problèmes qu'elles suscitent. La politique théorique qu'elles poursuivent, trouve dans la recherche critique des sciences humaines un des pôles de son activité permanente, particulièrement à partir de la confrontation avec les lignes tendancielles suivantes:

- a) Le problème des transitions et des transformations historiques dans le Tiers-Monde;
- b) la réflexion historique sur les formes de vie sociale et culturelle pré-capitalistes, qui forment la base créatrice de l'historicité des sociétés afro-asiatiques;
- c) les relations politiques internationales, le système mondial du pouvoir et le rôle politique du monde afro-asiatique.

La problématique des transitions (définissant l'entrée des sociétés africaines et asiatiques dans le monde industriel urbain) et la réflexion historique sur les formes de vie socio-culturelles et pré-capitalistes, obtinrent une importance primordiale à partir des années cinquante. Marxistes et non-marxistes constatèrent et s'étonnèrent de la résistance coriace des peuples, à l'hégémonie politique et culturelle de l'hémisphère Nord. La résultat de cet impasse fut, immédiatement, une reprise des études tournées vers deux champs thématiques: d'abord, la transition du monde seigneurial-féodal vers une société bourgeoise moderne; ensuite, le retour à la question refoulée des formes non-européennes de production, et les voies originales qui introduisent le développement industriel capitaliste. En ce qui concerne ces deux questions, de longues discussions furent engagées entre les théoriciens marxistes qui se revoltèrent contre la camisole de force politico-idéologique, représentée par la version officielle du marxisme. La contrepartie de ce débat dans les milieux non-marxistes fit se confronter, d'une façon toute rigoureuse, les partisans du modèle formel de l'économie libre et son étendue aux sociétés périphériques et les critiques "substantivistes" qui défendaient la spécificité et l'originalité des formes économiques non soumises au modèle de rationalité propre au marché capitaliste.

Ces débats dont on entend encore des échos, enrichissent le capital des connaissances à l'égard du monde afro-asiatique, où les uns et les autres cherchèrent des éléments comprobante à leurs cadres respectifs d'analyses. Du grand projet de recherche interdisciplinaire dirigé par Karl Polanyi, sur lequel de nombreux chercheurs se sont penchés sur les formes économiques des anciens empires orientaux, aux essais remarquables de critique à la rationalité formelle de la théorie-économique occidentale par Maurice Godelier; de la rigoureuse et exhaustive réflexion des thèses, concepts et problèmes laissés par la théorie classique marxiste réalisé par Louis Althusser et son école, inspiratrice de quelques penseurs penchés sur l'analyse de la problématique de l'économie de transition du Tiers-Monde, comme Charles Bettelheim, Arghiri Emmanuel ou Samir Amin, aux travaux innovateurs des moyens de production que l'on a rencontrés dans les sociétés tribales, développés par Claude Meillassoux, Emmanuel Terray et Pierre-Philippe Rey. De ces débats sont tirés les exemples les plus positifs.

D'un autre côté, la Sociologie Politique a aujourd'

hui une liste d'auteurs et d'oeuvres de grand intérêt quant à l'étude de ces problèmes, qui va des grandes recherches faites par Meyer Fortes et Evans-Pritchard sur le système politique africain au vaste éventail d'analyse comparée des systèmes politiques du Tiers-Monde, coordonné par Gabriel A. Almond et James S. Coleman. Dans les analyses récentes sur l'évolution politique des jeunes états africains, des "Africanistes" ont déjà trouvé le moyen d'incorporer les concepts que la conjoncture théorique présente dans les domaines d'avant-garde de la science politique actuel — bloc au pouvoir, hégémonie, appareils idéologiques d'État — établissant, ainsi, une nouvelle référence théorique et politique. Des auteurs comme Althusser, Balibar, Poulantzas, Perry Anderson, Barrington Moore, sont cités et joints au côté des classiques comme Marx, Weber, Pareto, Lénine, Mao et Gramsci.

Le travail de recherche sur les civilisations historiques du monde oriental et africain ne constitue pas un anachronisme, mais la clé explicative à beaucoup de relations causales qui régissent encore aujourd'hui la vie des pays africains et asiatiques. L'analyse historique comparée des transformations économiques et politiques des peuples africains et asiatiques offre au chercheur un vaste champ d'étude. Du modèle chinois de développement, aux diverses formes de capitalisme d'État nés dans le Tiers-Monde, les problèmes de son insertion dans le système mondial, les relations entre le monde industrialisé et les pays en voie de développement et, enfin, les questions soulevées par le débat autour de la construction d'un nouvel ordre économique international.

Une autre terrain stratégique, vers où se portent nos efforts théoriques de recherche, est l'étude des relations internationales. Par sa nature et par sa conception théorico-critique du Tiers-Monde, de Centre d'Études Afro-Asiatique ne peut s'empêcher de se préoccuper des problèmes présentés par la conjoncture internationale, et les effets corrélatifs des forces dans le système mondial du pouvoir. Analyser concrètement ces conjonctures, est vital pour le bon usage des connaissances critiques de la réalité mondiale. La réflexion exhaustive de la documentation et l'élaboration de la critique conceptuelle, ne nous sont en rien satisfaisants si nous ne sommes pas capables, bien sûr dans la limite de nos ressources et capacités, de définir le cadre actuel de la réalité mondiale, vue sous l'angle objectif dans lequel se situent les problèmes pour les pays de l'hémisphère Sud.

L'étude des relations internationales sont de tradition récente (si nous exceptons l'histoire diplomatique), datant de la fin de la Première Guerre Mondiale, lorsque l'école des historiens anglais, des années 20-30, sous la direction d'Edward Carr, créa les premiers cours et programmes des Relations Internationales. Malgré tout, on dut attendre l'arrivée de l'école réaliste américaine, à partir de la décennie 40, et autour des travaux classiques de Hans J. Morgenthau, pour avoir dans la tradition académique de l'Occident une première définition théorique de l'objectif propre à ces recherches. C'est le pouvoir mondial que l'on essaie d'analyser lorsqu'on étudie les relations politiques entre les États-Nations, dans la première définition de Morgenthau. Cette définition réaliste du point de vue stratégique propre aux analyses politiques dans le champ des relations internationales, et que reprennent les grands théoriciens du pouvoir, à partir de Machiavelli n'a pas cessé de produire les réactions les plus diverses, des libéraux aux marxistes (ceux-ci obnubilés par le dogme mécaniste de la "détermination économique des phénomènes sociaux").

Au point où nous en sommes aujourd'hui, l'évalua-

tion de la littérature politique occidentale et socialiste (comme la classique théorie du champ impérialiste et de ses liens principaux et secondaires, dûs à Lénine et à sa descendance) doit être suivie de la confrontation avec l'histoire contemporaine et avec les analyses qui altèrent, en quelques points, ces formulations. Du point de vue de l'hémisphère Sud, la lecture et la compréhension de ce qui est survenu de plus important en termes d'expérience théorico-politique sont vitales: depuis la naissance en Asie de la pensée de Gandhi et Mao, jusqu'à ces nouveaux dirigeants qui, sur le continent africain, pensèrent les nouvelles voies de libération économique, politique et culturelle, comme Nkrumah, Senghor, Fanon, Julius Nyerere, Amílcar Cabral et tant d'autres.

Également, on trouve des auteurs africains qui se penchèrent sur les ressources théoriques de la sociologie occidentale comme Pathé Diagne, dont l'étude classique sur le pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale a ouvert le chemin à sa grande oeuvre sur l'intégration économique des pays africains. Dans ces oeuvres nous trouvons les premiers éléments d'une réflexion originale, lorsque s'annonce la question stratégique de la production d'un espace politique et économique capable de donner forme à une société démocratique et techniquement avancée des nouveaux États africains et, en mettant en question les voies pour la constitution d'une société démocratique au Tiers-Monde, l'auteur affronte le problème, maintes fois renié, de l'autoritarisme politique des régimes militaires et/ou du parti unique.

De cette ligne d'études sur l'unité africaines se détache est Mamadou Dia. Dans son essai classique sur l'unité des nations africaines, Dia confronte les thèses marxistes sur la question nationale et les réalités des mondes colonial et néocolonial. Retiré de l'ordre public par des événements politiques dans son pays, Mamadou Dia, élabora en prison son importante oeuvre, *Émancipation des Économies Captives*, où il nous entretient sur les chances historiques du développement "d'une économie libertaire".

Les discussions quant au rôle joué par le capitalisme d'État, restent encore de grande importance en ce qui concerne la connaissance des réalités africaines, dans la voie de l'industrialisation des pays du Tiers-Monde. Presque tous les auteurs se débattent autour de ce thème, à partir des réflexions critiques sur les postulats "économistes" selon lesquels le capitalisme d'État est "l'anti-chambre du socialisme". Parmi les auteurs qui se dédient à ce thème, on peut citer Kader Ammour, Christian Leucate et Jean-Jacques Moulin dans *La Voie Algérienne: Les Contradictions d'un Développement National*, ou Marc Raffinot et Pierre Jacquemot dans *Le Capitalisme d'État Algérien*. Ces études analysent le processus de formation d'une société industrielle, soumise à une direction populaire nationaliste, dans la voie du capitalisme d'État.

Ainsi, un effort particulier doit être fourni dans l'analyse de la formation des États nationaux dans les pays africains récemment libérés du colonialisme: l'étude des conditions historiques liées à la naissance de ces États et des formes de régime qui y sont implantés, dans le but de déterminer le cadre politique où se meuvent les dirigeants actuels et leur relation avec le contexte des relations politiques et économiques mondiales.

Ces travaux devront constituer des subsides fondamentaux à la connaissance des problèmes posés par la transformation économique (l'industrialisation et ses effets sociaux) et politique (les voies autoritaires ou démocratiques) des pays africains d'aujourd'hui.

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A VIA CHINESA

*Williams da Silva
Gonçalves**

Com a realização em outubro de 1961 do XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, divergências até então encobertas entre o PC soviético e o PC chinês vêm a tona, tornando públicos relevantes problemas que irão propiciar uma vertical cisão entre as duas maiores Revoluções de nosso século.

Os graves e incessantes debates travados pelos órgãos oficiais de informação, reservados ou não, suscitarão o aprofundamento de questões fundamentais às sociedades em transição para o socialismo, e que abrangem desde a ligação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a participação dos quadros no trabalho produtivo, a democracia no exército, até a segurança pública como responsabilidade do povo, explicitadas por Mao Tsé-tung em seu artigo "Le pseudo-communisme de Khrouchtchev et les leçons historiques qu'il donne au monde".¹

Esta tomada de posição, levada às últimas conseqüências, frente o "revisonismo soviético", representa uma transformação no campo do movimento comunista internacional e o anúncio dos principais pontos teóricos que se materializarão na "Revolução Cultural Proletária", em 1966. A partir daí, se delineará melhor a nova via de desenvolvimento empreendida pela República Popular da China que, ao contrário da "via Ocidental" (podendo-se incluir aí a União Soviética), subordina a necessidade de uma rápida acumulação de capital às transformações das relações sociais no campo e nas cidades.

Quanto à política externa, esta irá refletir a luta de classes levada a cabo internamente pelo bloco proletário-camponês contra os elementos revisionistas. A constante ameaça às nações do Terceiro Mundo pelo imperialismo norte-americano e pelas tendências expansionistas soviéticas, aliada à concepção da inevitabilidade da marcha para o socialismo em escala mundial e à análise da conjuntura internacional, levará a China à construção de uma estratégia global de relações externas. Esta estratégia tem como documento fundamental as teses formuladas por Mao Tsé-tung e executadas por Chou En-lai — "Teoria dos Três Mundos" — onde se coloca centralmente que "os Estados Unidos e União Soviética constituem o Primeiro Mundo, forças intermediárias como o Japão, Europa e Canadá integram o Segundo Mundo, e todas as demais nações formam parte do Terceiro".² O aspecto mais relevante, e que melhor expressa a posição chinesa, é o fato de se situar como um país socialista e integrante do Terceiro Mundo, na medida em que tem os mesmos inimigos, o imperialismo e o hegemonismo.

Estes são, sinteticamente, alguns dos pontos básicos pertinentes à sociedade chinesa, tanto na sua estruturação interna, quando na formulação de

* Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

sua política externa, que julgamos merecedores de cuidadosas pesquisas e análises que possam contribuir para uma mais ampla compreensão da rica e original via socialista chinesa. Façamos, pois, nossas as palavras de Enrica Collotti Pischel, renomada

pesquisadora do tema: (. . .) as teses sobre a China não são teses fáceis, nem podem ser elaboradas rapidamente, nem constituem uma opção que possa ser encarada levemente por quem se encontre longe de locais providos de bibliotecas".³

NOTAS

1. J. Chesneaux et al., *La Chine — Un nouveau communisme: 1949-1976*.
2. Mao Tsé-tung, *La Teoría del Presidente Mao sobre los Tres Mundos constituye una gran contribución al marxismo-leninismo*. (Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1977).
3. E. Collotti Pischel, *História da Revolução Chinesa*.

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA*

1. Baby, Jean, *As Grandes Divergências do Mundo Comunista*. São Paulo: Editora Senzala, s/d, 402 p.
2. Balazs, Étienne, *La Bureaucratie Céleste*. Paris: Éditions Gallimard, 1968, 346 p.
3. Barnett, A. Doak, *Uncertain Passage — China's Transition to the Post-Mao Era*. Washington: The Brookings Institution, 1974, 387 p.
4. Boorman, Scott A., *Gô et Mao*. Paris: Éditions du Seuil, 1972, 208 p.
5. Broué, Pierre, *La Question Chinoise dans l'Internationale Communiste (1926-1927)*. Paris: Études et Documentation Internationales, 1976, 539 p.
6. Chesneaux, J., Bastid, M., *La Chine*. Paris: Hatier Université, Collection d'Histoire Contemporaine, 4 vol., 1969.
7. Chesneaux, J., *China — A Revolta dos Camponeses*. Lisboa: Ed. Ullisséia, 1973, 206 p.
8. Couvreur, S., *Chou King — Les Annales de la Chine*. Paris: Cathasia, 1950, 464 p.
9. Granet, Marcel, *La Civilisation Chinoise*. Paris: La Renaissance du Livre, L'Évolution de L'Humanité, 1948, 503 p.
10. ———, *La Pensée Chinoise*. Paris: La Renaissance du Livre, L'Évolution de l'Humanité, 1934, 614 p.
11. Guillermez, J., *Histoire du Parti Communiste Chinois*. Paris: Éditions Payot, 2 vol., 1975.
12. Hinton, William H., *Fanshen — La Revolution Communiste dans un Village Chinois*. Paris: Librairie Plon, 1976, 768 p.
13. Howe, Christopher, *Wage Patterns and Wage Policy in Modern China — 1919-1972*. Londres: Cambridge University Press, 1973, 171 p.
14. Hsueh, Chun tu, *Revolutionary Leaders of Modern China*. Londres: Oxford University Press, 1971, 580 p.
15. Jacoviello, A., *L'Hypothèse Chinoise*. Paris: Éditions du Seuil, 1973, 217 p.
16. Karol, K. S., *La Deuxieme Révolution Chinoise*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1973, 563 p.
17. Larkin, Bruce D., *China and Africa 1949-1970*. Berkeley: University of California Press, 1971, 268 p.
18. Lawrence, Alan, *China's Foreign Relations Since 1949*. Londres: Boston: Routledge and Kegan Paul, 1975, 261 p.
19. Macciocchi, Maria Antonietta, *De la Chine*. Paris: Éditions du Seuil, 1974, 479 p.
20. Mao Tsé-tung, *Obras Escolhidas*. Pequim: Edições em Línguas Extranjeras, 5 vols., 1972.
21. Muggiati, Roberto, *Mao e a China*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Edifício, 1968, 374 p.
22. Ness, Peter Van, *Revolución y Política Exterior — China*. Buenos Aires: Editorial Libera, 1970, 285 p.
23. Pasqualine, Jean, *Prisionier de Mao*. Paris: Éditions Gallimard, 1975, 339 p.
24. Pischel, Enrica Collotti, *História da Revolução Chinesa*. Lisboa: Paralelos, Língua América, 3 vols., 1976.
25. Richer, Philippe, *La Chine et le Tiers Monde*. Paris: Payot, 1969, 444 p.
26. Rue, John E., *Mao Tsé-tung in Opposition — 1927-1935*. Berkeley: University of California Press, 1966, 387 p.

27. Schram, Stuart, *Mao Tsé-tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968, 485 p.
28. Schurmann, Franz, *Ideology and Organization in Communist China*. Califórnia: University of California Press, 1973, 642 p.
29. Selden, Mark, *The Yenán Way in Revolutionary China*. Massachusetts: Harvard University Press, 1974, 311 p.
30. Sigurdson, Jon. *Rural Industrialization in China*. Massachusetts: Harvard University Press, 1977, 281 p.
31. Smedley, Agnes, *La Longue Marche – Mémoires du Maréchal Chu Teh*. Paris: Éditions Richelieu, 2 vols., 1969.
32. Snow, Edgard, *Red Star Over China*. Nova York: Garden City Publishing Co., 1939, 520 p.
33. ———— *La Longue Revolution*. Paris: Éditions Stook, 1973, 320 p.
34. Soymié, Michel, *Chine Ancienne – Actes du XXIX^e Congrès International des Orientalistes*. Paris: L'Asiathèque, 1977, 377 p.
35. Suyin, Han, *Mao Tsé-tung and the Chinese Revolution*. Nova York: Panther Books, 2 vols., 1976.
36. Tôkei, F., *Naissance de l'Élégie Chinoise*. Paris: Éditions Gallimard, 1967, 218 p.

* Estas obras fazem parte do acervo da biblioteca do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

LIVROS

A SINOLOGIA NO BRASIL

Severino Bezerra Cabral
Filho*

O Alicerce Cultural da China

Ricardo Joppert

Rio de Janeiro: Editora Avenir Ltda., 1978

Em 1918 aparecia, em edição promovida por Ezra Pound, o ensaio de Ernest Fenollosa, *O Caráter da Escrita Chinesa como um Instrumento para a Poesia*.¹ Nele o grande orientalista norte-americano anunciava: "Este século XX não somente vira uma página do livro do mundo como também dá início a outro espantoso capítulo. (. . .) O problema chinês, de per si, já é tão vasto que nenhuma nação se pode permitir ignorá-lo. (. . .) E a única maneira de dominá-lo será esforçando-nos com paciente simpatia por compreender os elementos melhores, mais promissores e mais humanos nele contidos".

A devotada simpatia de Fenollosa ao ideograma chinês produziu inegáveis e positivos efeitos: influenciou a obra de Pound que estava no centro de gravidade da revolução estética por que passou a poesia e a prosa inglesas no imediato pós-guerra (Joyce e Eliot lançam quase a seguir *Ulisses* e *The Waste Land*). Por outro lado legitimou todos os esforços de compreensão do universo cultural chinês.

À mesma época, na China, uma nova geração de intelectuais, sob o impacto da Revolução de Outubro e do Movimento de 4 de Maio, se dirigia para um destino revolucionário. E isto ocorria no momento em que a continuidade do mundo histórico chinês estava mais do que nunca ameaçada pela cobiça das grandes potências.

Desde então os estudos do mundo chinês ampliaram-se na proporção mesma do reerguimento desse povo. Hoje em dia, aos estudos do mundo chinês clássico, se acrescentam as análises da Revolução Chinesa e da Nova China.

Infelizmente, no Brasil a tradição desses estudos é pequena, e escassa é a bibliografia de autores nacionais voltados para um conhecimento profundo da cultura chinesa.

Entre esses poucos e raros especialistas encontramos, possuindo da mesma simpatia pelo mundo síncico de que reclamava Fenollosa, o prof. Ricardo Joppert. Abando erudição e sensibilidade, Joppert analisa, em seu livro *O Alicerce Cultural da China*, o sistema cultural chinês quase que em sua época, tal como se deixou fixar ao fim dos primeiros Han, no segundo século de nossa era.

Neste livro o sinólogo brasileiro acompanha em um grande painel a evolução da cultura no espaço chinês desde a idade perdida no tempo do paleolítico superior (Homem de Lantian e Homem de Pequim) até a exposição do neolítico com as culturas de Yangshao e Longshan. A cristalização dessa longa e rica e quase perdida civilização histórica chinesa se deu, afirma o autor, com a funda-

* Professor de História da China Moderna e Contemporânea do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

dação do Estado-Império de Qin Shihuangdi — um imenso Estado que durou dois mil anos.

O “alicerce cultural”, tema central do livro, aparecerá como o princípio unificador do mundo chinês clássico. Nas palavras do autor, é “uma tentativa de revelar os elementos constitutivos do alicerce de uma civilização, que, por sua capacidade de manter-se e pelos valores superiores defendidos nessa sobrevivência, bem representa a humanidade”.

A idéia básica a presidir o livro é a de que na China se desenvolveu, como um sistema filosófico universal, a concepção de uma ordem natural, que tudo gera e governa (O Dao) e à qual é necessário adaptar-se, integrar-se. Esta ordem que rege o mundo e a sociedade constitui uma totalidade resultante do jogo alternado de dois princípios opostos e complementares: o Yin e o Yang. A totalidade orgânica da cosmologia chinesa clássica influiu decisivamente no sistema político chinês. Por meio da teoria do “mandato celeste” (Tienming) detido pelo soberano (Wang) se legitimavam as dinastias. Como mediador entre a ordem do céu e o mundo dos homens, o soberano representava a garantia de que a harmonia do mundo não se veria perturbada por convulsões sociais ou catástrofes naturais.

O sistema filosófico confuciano² se encontra, portanto, articulado a uma ordem social por ele coordenada e dirigida. Desde o século III a.C., unificou-se o mundo chinês sob a forma de um imenso Estado unitário e centralista. A sua administração só será possível por meio de um corpo de especialistas formados no “saber das tradições” e dos livros clássicos. O controle exercido sobre a massa dos camponeses — os inumeráveis braços que sustentavam com seu trabalho todo o esplendor da civilização do Zhonghua — baseava-se, pois, em mecanismos de poder-saber que produziram um alto consenso, com um relativamente baixo nível de coerção física (se compararmos com outras formações e excetuarmos os períodos de crise).

Os elementos dessa configuração filosófica genericamente denominada confucionismo³ são, pois, longamente descritos e expostos no livro. E a sua leitura desperta o leitor para o conhecimento histórico dessa formação social — a China clássica — e o seu sistema cultural e político, cuja forma acabada o autor considera ter emergido na época da dinastia Han.

Há, entretanto, dois aspectos que nos parecem importante assinalar. O autor restringiu-se a analisar o que chamou de a “mentalidade chinesa arraigada no inconsciente do povo”, ou o “arca-bouço psicológico humano ditado pelo *global* da civilização chinesa”. Esse tipo de análise, embora lastreada num sólido conhecimento da cultura clássica chinesa, permanece detida no interior de um campo de noções desenvolvidas no Ocidente e que

se encontra realizada nos princípios da Filosofia da História, de Hegel: “A China é uma forma sem tempo.” Este preconceito, que permeia toda a análise hegeliana do mundo oriental, é a outra face de uma concepção idealista, espiritualista da história. O “princípio espiritual” — no caso chinês, segundo Hegel, a relação patriarcal — é uma essência interna a cada fenômeno histórico. Seu caráter reducionista, evolucionista está presente na análise histórica de Hegel e na sua continuidade.

Em certa medida, o organicismo da filosofia tradicional chinesa pode ser descrito a partir de alguns elementos centrais. Mas a articulação desse sistema teórico e político com as relações de produção presentes na formação social chinesa é um processo complexo que não se deixa apreender por uma erudição que busca seu referencial teórico no quadro de uma ciência do “espírito” ou da “moral”. Até mesmo as análises históricas empreendidas no quadro de uma concepção marxista idealizante, como na monumental obra de Joseph Needham e seus colaboradores, *Science and civilization in China*, podem apresentar o mesmo e desarmante encontro com uma “natureza humana” em busca de harmoniosa integração com o “mundo natural”. Uma alternativa liberalizadora desses dogmas idealistas deve fundar uma análise que tenha por meta apreender cada elemento como um processo múltiplo, desigual, contraditório de um sistema material de produção de formas ideológicas.

Outro aspecto a salientar é o distanciamento das análises do livro com as preocupações que hoje se apresentam à análise histórica do mundo chinês, mesmo clássico, a partir do desencadeamento da Revolução Chinesa. Acontecimento que transformou profundamente a cultura clássica, que passou a ser determinada por novos interesses sociais e coletivos. Que o caráter de classe das formas culturais tenha sido exposto de maneira iniludível ao longo das transformações políticas ocorridas na China Contemporânea é um fato de ampla significação. Desde o fim do sistema dos exames, passando pela evolução nas formas do chinês literário até a forma de Língua, inúmeros acontecimentos remodelaram o espaço político-cultural chinês e abrem campo de investigação novos e instigantes aos estudiosos que, como Ricardo Joppert, conhecem a cultura clássica.

Talvez o jovem sinólogo brasileiro venha a se interessar por essas questões e nos brindar com análises ricas, nuançadas, do complexo mundo cultural chinês de hoje. Para tanto, cremos que ganharia muito em romper com certa concepção unilateral dos fenômenos históricos e em procurar conhecer o passado na perspectiva do presente. Estaria seguindo sábias palavras de Wei Zhang, do século VI: “Aquele que escuta os dois lados terá o espírito esclarecido”.

O livro de Ricardo Joppert, professor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, é uma contribuição de méritos inegáveis. Faz avançar entre nós a idéia da necessidade de estudos acadêmicos sérios sobre o mundo chinês clássico e contemporâneo.

Além do que, concordamos inteiramente com sua justa advertência de que "cresce a evidência da impossibilidade de ignorar a China e o seu papel no mundo".

NOTAS

1 Publicada em português na importantíssima antologia organizada e apresentada por Haroldo de Campos, sob o título *Ideograma lógica poesia linguagem* (São Paulo: EDUSP/Cultrix, 1977).

2 O confucionismo é a forma convencional de se referir a um conjunto de formas ideológicas sistematizadas ao longo de séculos e que têm no sábio ministro de Lu um referencial emblemático. Um extrato da obra de Mêncio na edição de Legge ilustra as concepções acerca do governo dos homens segundo a tecnologia política confuciana: "Os que se dão ao trabalho da inteligência governam os demais; os que trabalham com sua força são governados. Os que são governados sustentam os demais, os que governam são sustentados por eles".

3 O sistema de exame, que passou a controlar a cooptação dos quadros para a burocracia mandarínica desde o reinado de Han Wudi em 136 a.C., foi instituído a partir dos Tang, e perdurou até o início do século XX. O fim desse sistema — um dispositivo político e institucional de produção de saber-poder — precedeu de pouco o eclipse do Império e da última dinastia, em meio a grande vaga revolucionária que varreu o "antigo regime" e impôs a Nova China. Um importante estudo sobre o sistema dos exames é o trabalho de Wolfgang Franke, *The Reform and Abolition of the Traditional Examination System* (Cambridge, 1961).

ARTES GRÁFICAS SCHULZE LTDA.
Rua Flack, 171 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: 201-9046 - 281-2513

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

NÚMERO ANTERIOR:

África do Sul – “Distensão Branca” e Libertação Nacional

A. Mangunte Lukele

Cultura Afro-Brasileira na Costa Ocidental da África – Um Perfil

J. Michael Turner

As Raízes do Apartheid

José Maria Nunes Pereira

Literatura Africana de Expressão Portuguesa: “Mensagem” e Reafricanização

João Carneiro

A Antropologia e a Colonização da África

Kabengele Munanga

Documento: A Educação na Guiné-Bissau

